UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

VESTÍGIOS DAS PRÁTICAS DE LEITURA DOS APENADOS DA PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE EM FLORIANÓPOLIS (1941-1945)

FABIANA FERREIRA MARTINS

FLORIANÓPOLIS, 2020

FABIANA FERREIRA MARTINS

VESTÍGIOS DAS PRÁTICAS DE LEITURA DOS APENADOS DA PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE EM FLORIANÓPOLIS (1941-1945)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Gisela Eggert-Steindel

FLORIANÓPOLIS – SC
2020

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da

Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,

com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Martins, Fabiana Ferreira
Vestígios das Práticas de Leitura dos Apenados da Penitenciária da Pedra Grande em Florianópolis (1941-1945) / Fabiana Ferreira Martins. -- 2020.
157 p.

Orientadora: Gisela Eggert Steindel
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2020.

1. Práticas de leitura. 2. Leitores privados de liberdade. 3. Fichas de leitura. 4. Penitenciária da Pedra Grande - Florianópolis (SC). I. Steindel, Gisela Eggert. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

FABIANA FERREIRA MARTINS

VESTÍGIOS DAS PRÁTICAS DE LEITURA DOS APENADOS DA PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE EM FLORIANÓPOLIS (1941-1945)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Educação.

Banca Examinadora:

Orientadora: _____
Profa. Dra. Gisela Eggert-Steindel
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____
Prof. Dr. Ademir Valdir dos Santos
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro: _____
Prof. Dr. Norberto Dallabrida
Universidade do Estado de Santa Catarina

Suplente Externo: _____
Prof. Dr. Cezar Karpinski
Universidade Federal de Santa Catarina

Suplente Interno: _____
Profa. Dra. Vera Lúcia Gaspar da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 16 de julho de 2020.

Dedico esta obra aos *nossos leitores privados de liberdade* da Penitenciária da Pedra Grande (1941-1945)

AGRADECIMENTOS

Decidida a percorrer um caminho desconhecido em busca de novos saberes e alçar voo no terreno da palavra escrita, por vezes perdida em pensamentos e dúvidas, encontrei o refrigério em almas inspiradoras e generosas que atenuaram as angústias e o cansaço dessa travessia. Assim, neste singelo texto, intento expressar minha gratidão às pessoas que me ouviram, me apoiaram, me instruíram e acreditaram que eu seria capaz de elaborar esta pesquisa, ainda que, em certos momentos, eu mesma duvidasse.

Gratidão especial à minha orientadora, Gisela Eggert-Steindel. No horizonte turvo da minha inexperiência acadêmica, ela magistralmente iluminou com paciência, sabedoria e generosidade o meu caminhar. Agradeço por me acolher e me possibilitar todo esse conhecimento e autoconhecimento.

Agradeço ao professor Norberto Dallabrida, pela generosidade em ampliar meus conhecimentos pelo empréstimo de seus livros e e pelas reuniões com seu grupo de estudo. Em verdade, me senti atingida pela luz do conhecimento durante suas explanações. Uma vez apreendido, jamais esquecido.

Minha gratidão ao professor Ademir Valdir dos Santos, pelas importantes contribuições na área da educação e da vida. Seus apontamentos me proporcionaram um amadurecimento acadêmico e pessoal. Com efeito, este texto contém muito do que apreendi com suas exposições. Alegro-me com sua participação neste percurso.

Meu muito obrigada à professora Silvia Maria Fávero Arend, por apresentar com maestria uma parte da história do Brasil, antes por mim ignorada. Obrigada à professora Vera Lucia Gaspar da Silva, por me aceitar como aluna especial em sua disciplina de História da Profissão Docente e me estimular a continuar nessa empreitada acadêmica. Agradeço às professoras Alba Regina Battisti de Souza e Julice Dias, por compartilhar seus saberes. Agradeço também à professora Fernanda de Sales, pela acolhida e pelos ensinamentos tão significativos para completar esse trajeto.

Agradeço aos funcionários da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGE/UDESC), Danilo Ledra, Christian Souza e Scharlene Clasen. Sempre atenciosos à resolução das questões burocráticas e gentis em lidar comigo em meio às tantas dúvidas acadêmicas que me cercavam.

Minha gratidão sincera a Juarez Segalin, que dissipou as nuvens da minha escrita como um sol irradiando conhecimento; aos funcionários, estagiários e bolsistas do Arquivo Público

de Santa Catarina, e do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH/UDESC), que atenderam com extrema gentileza às minhas solicitações e ajudaram na busca de informações nos momentos em que me sentia confusa em meio a documentos e pensamentos. Todo esse movimento de estudo, procura e encontro de documentos durante esta pesquisa me foi possibilitado pela ajuda financeira da Capes. Muito obrigada.

Ao caminhar pelo vale do saber acadêmico, encontrei pessoas que se tornaram amigas de jornada, amigas para a vida. Da luz fulgurante de bom humor e otimismo, surge Cristina A. Mendes Makoviecki. Nos momentos de desânimo e desencanto, ela ilumina tudo e a todos com seu carisma. Outros laços de amizade foram se formando ao longo desse percurso, alguns mais frouxos, outros mais fortes. Em meio a aulas, palestras, orientações e distrações, efetivam-se felizes encontros. José Augusto da Silva Neto, Nicholas C. Gomes da Silva e Dirceu Bruno, almas gentis e generosas que me ajudaram e me ensinaram a cada dia. Alguns laços de amizade foram se fortalecendo com o tempo, como um vinho em processo de amadurecimento. Assim reconheço Sandor F. Bringmann, de orientador de trabalho de conclusão de curso (TCC) do curso de Pedagogia do Centro Universitário São José (USJ) a amigo muito estimado, um incentivador de sonhos. Nesta esteira, também se encontram Simone Maura Pôrto, amiga querida e irmã de coração; Luana Souza, jovem e brilhante amiga; Marina Silva Pereira, pessoa de espírito amoroso e sincero; Carlos Henrique Alves de Souza, amigo sábio e generoso que, mesmo a distância, está sempre disposto a ajudar; Alessandro Santana, amigo e filho do coração, com quem posso sempre contar; Rosilene Henriques e Cristiane Alaminos, amigas que a distância não separa nem diminui o carinho; minha vizinha e amiga Suzana Simas, por me socorrer em todos os momentos, principalmente naqueles em que eu não conseguia dar conta dos estudos e dos filhos ao mesmo tempo.

Agradeço, também, a Fernanda Biava, pela generosidade em compartilhar seus estudos comigo, mesmo sem me conhecer pessoalmente; aos colegas da turma do curso de mestrado de 2018, que proporcionaram bons momentos de estudo; às colegas da linha de pesquisa de História e Historiografia da Educação, Gislene Prim e Dilce Schueroff, pelas boas conversas e reflexões; às colegas do grupo de estudos do professor Norberto: Juliana, Iomara, Fernanda e Mari, que me acolheram e dividiram seus saberes. Para além da vida acadêmica, manifesto minha gratidão à minha professora e às colegas do curso de costura da Escola Profissional de Campinas em São José, pela paciência, alegria e incentivo nas costuras dos tecidos e do texto acadêmico; a meus vizinhos Juliana e Everton, pelas caronas que davam a meus filhos quando eu não estava presente; às professoras Renata Buratti, Mariane Silva Cruz, “Tia” Dolores e Giselle Fiamoncini, por me acolherem e me ensinarem muito sobre a profissão docente.

Na estrada da vida, muitas pessoas passam por nós; algumas, de forma vertiginosa; outras, demoram-se um tempo, depois partem em busca de novos horizontes; já outras, com jeito despretensioso, sentem-se cativadas e permanecem ao nosso lado. Com essas, partilhamos alegrias, tristezas, segredos, medos e até mesmo nossos defeitos. Em sentimento mútuo de contentamento e afeto, concebemos nosso refúgio. Nessa trilha, encontrei Anderson Cabral, meu amigo, meu companheiro e parceiro de aventuras e desventuras. Pessoa rara, generosa e correta. Acredita e investe em minhas escolhas, me apoia emocionalmente, me ensina a viver e a conviver com minhas limitações humanas e espirituais, e a aproveitar os momentos, sejam eles bons ou ruins. Já que tudo está em constante movimento, logo, passam. Dessa união brotaram dois filhos, Luiz Fernando e Anderson Junior. Desde muito pequenos, já me acompanhavam às aulas e a atividades acadêmicas. Compreendiam minhas ausências, minhas broncas, minhas fragilidades e minhas tentativas frustradas de ser perfeita. Minha gratidão especial e todo meu amor a vocês que, a cada dia, vão me ensinado com carinho e paciência todos os meandros desse viver e conviver.

Todo esse viver e amar, que aqui expresso em palavras, germinou de uma pessoa generosa e carinhosa, minha mãe Fátima. Agradeço por me apoiar e me amar incondicionalmente. Agradeço também à minha sogra, Vera Lúcia, por sempre me ajudar, ensinar e incentivar meus sonhos.

A marca da minha escrita, ousada, digo, sofrem as influências de diversos autores/as que me fascinam e me inspiram. Ainda que não consiga apreendê-los em suas grandezas, um pouco deles está presente em minha memória afetiva. Assim, agradeço a Léon Tolstói, a Clarice Lispector, a Fiódor Dostoiévski, a Alexandre Dumas, a Jane Austen, a Machado de Assis, a Antoine de Saint-Exupéry, a Mary Shelley, a Arthur Conan Doyle, a Fernando Sabino, a Maria Teresa Horta, a Ernest Hemingway, a Fernando Pessoa, a Platão e a tantos outros/as que deixaram um pouco de si em mim.

Por tudo o que tenho, sinto e sou, agradeço a Deus.

Acabou-se o contente desvario, e meus olhos saudosos do engano quase querem formar um novo rio.

(Maria Teresa Horta, 2011, p. 19)

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo identificar, analisar e compreender indícios das práticas de leitura dos apenados na Penitenciária da Pedra Grande, em Florianópolis (SC). Ancorados nos estudos da História Cultural, utilizamos as categorias de análise de apropriação e representação de Roger Chartier nas seguintes obras deste estudioso da história do livro e da leitura: *A história cultural: entre práticas e representações* (1990) e *Formas e Sentidos - Cultura Escrita*: *entre distinção e apropriação* (2003). Outras categorias utilizadas para compreender os indícios de leitura desses apenados foram as estratégias e táticas de Michel de Certeau, na obra *A invenção do cotidiano* (1998). Este arcabouço teórico permitiu compreender a forma contrastante como os sujeitos usaram os objetos culturais, os livros e como deles se apropriaram. O recorte temporal do estudo tomou como início o ano de 1941, ano em que se identificam os primeiros prontuários com vestígios de práticas de leitura disponíveis no Instituto de Documentação de Ciências Humanas da Universidade do Estado de Santa Catarina (IDCH/UDESC). Adotou-se como término da pesquisa o ano de 1945, que coincide com o fim da gestão do diretor da penitenciária, Edelvito Campelo D'Araújo e do governador de Santa Catarina, Nereu Ramos, e com o fim da ditadura de Vargas. Os prontuários de detentos dessa instituição prisional constituem as fontes utilizadas, atualmente salvaguardadas pelo Instituto de Documentação de Ciências Humanas da Universidade do Estado de Santa Catarina (IDCH/UDESC). O universo documental de prontuários disponíveis no instituto soma 965 relativos aos anos de 1931 a 1945. Limitamo-nos, porém, às 105 pastas que contêm as referências à leitura e/ou ao empréstimo de livros da biblioteca prisional relativos ao corte temporal já assinalado. Em um total de 95 prontuários que continham informações sobre leitores que frequentavam a escola primária da penitenciária, identificamos 27 com fichas de leitura, e deles fizemos o objeto de nossa análise. Nesta amostra, decidimos pelos documentos que proporcionaram maior riqueza de dados. Deste modo, restringimos o *corpus documental deste estudo* a cinco prontuários, com suas respectivas fichas de leitura. A partir disso, aprofundamos a análise dos vestígios deixados pelos leitores apenados, para identificar seus usos e apropriações do acervo da biblioteca no tempo e espaço definidos. Como resultado, é possível apontar que o gesto da consulta e os empréstimos semanais de títulos da biblioteca se repetiam a cada sete dias. Os presos liam, em suas celas silenciosas, obras de variados gêneros, como as de bem viver, de religião, poesia, história, contos, entre outras, com preferência pelos romances. Em alguns casos, suas práticas incluíam a repetição da leitura de alguns livros, e a prática da leitura parcial ou sem finalização com competências de leituras singulares, diferentes descrições e/ou percepções de um mesmo título. As fontes também revelam que um ambiente prisional, ainda que cercado, controlado e vigiado, não impede gestos de estudos e gostos literários próprios de formação e de autoformação de indivíduos com diferentes histórias de vida. Por fim, as fontes levam a compreender que as estratégias dessa prisão vão além da punição da alma; deduz-se que terão ido ao encontro da regeneração humana por meio do trabalho, da escolarização e da leitura.

Palavras-chaves: Práticas de leitura. Leitores privados de liberdade. Fichas de leitura. Penitenciária da Pedra Grande – Florianópolis (SC).

ABSTRACT

The research aims to identify, analyze and understand evidence of convict reading practices at the Pedra Grande Penitentiary, in Florianópolis (SC). Anchored in the studies of Cultural History, we used the categories of analysis of appropriation and representation by Roger Chartiernas the following works by this scholar of the history of books and reading: Cultural history: between practices and representations (1990) and Forms and Senses - Written Culture: between distinction and appropriation (2003). Other categories used to understand the indications of reading these convicts were Michel de Certeau's strategies and tactics, in the work The invention of everyday life (1998). This theoretical framework allowed us to understand the contrasting way in which the subjects used cultural objects, books and how they appropriated them. The time frame of the study started in 1941, the year in which the first medical records with traces of reading practices available at the Institute of Documentation of Human Sciences of the University of the State of Santa Catarina (IDCH / UDESC) are identified. The year 1945 was adopted as the end of the research, which coincides with the end of the term of office of the director of the penitentiary, Edelvito Campelo D'Araújo and the governor of Santa Catarina, Nereu Ramos, and with the end of the Vargas dictatorship. The records of detainees in this prison institution are the sources used, currently safeguarded by the Institute of Documentation of Human Sciences of the University of the State of Santa Catarina (IDCH / UDESC). The documentary universe of medical records available at the institute totals 965 for the years 1931 to 1945. However, we limit ourselves to the 105 folders that contain references to reading and / or borrowing books from the prison library relating to the time period already mentioned. In a total of 95 medical records that contained information about readers who attended the primary school at the penitentiary, we identified 27 with reading forms, and made them the object of our analysis. In this sample, we decided on the documents that provided the greatest wealth of data. In this way, we restricted the documentary corpus of this study to five medical records, with their respective reading files. From this, we deepen the analysis of the vestiges left by the imprisoned readers, to identify their uses and appropriations of the library's collection in the defined time and space. As a result, it is possible to point out that the gesture of the consultation and the weekly loans of titles of the library were repeated every seven days. The prisoners read, in their silent cells, works of various genres, such as those on good living, religion, poetry, history, stories, among others, with a preference for novels. In some cases, their practices included the repetition of reading some books, and the practice of partial or unfinished reading with unique reading skills, different descriptions and / or perceptions of the same title. The sources also reveal that a prison environment, although surrounded, controlled and monitored, does not prevent gestures of studies and literary tastes proper to training and self-training of individuals with different life histories. Finally, the sources lead to understand that the strategies of this prison go beyond the punishment of the soul; it is deduced that they will have met human regeneration through work, schooling and reading.

Keywords: Reading practices. Freedom-deprived readers. Reading sheets. Pedra Grande Penitentiary - Florianópolis (SC).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Escola da Penitenciária da Pedra Grande (1940) 51
Figura 2 - Fichas de leitura da biblioteca da Penitenciária da Pedra Grande (1944) 56
Figura 3 - Livros *Senhora*, de José de Alencar (1875) 72
Figura 4 - Livro *O sucesso pela vontade*, de Orison Swett Marden (1925) 74
Figura 5 - Página do volume 1 da coleção *Thesouro da Juventude* (s.d.) 77
Figura 6 - Ficha de leitura da biblioteca da Penitenciária da Pedra Grande (1941-1945) 80
Figura 7 - Vista de uma cela da Penitenciária da Pedra Grande (década 1940) 85
Figura 8 - Livro Esta hora tremenda, de Heitor J. Peverini (1946) - capa e contracapa 93
Figura 9 - Livro O poder da vontade, de Orison Swett Marden (1944) - capa e índice 104
Figura 10 - Livro Memórias, de Humberto de Campos (1933) - capa e primeira página do capítulo 113
Figura 11 - Livro Família sem nome, de Júlio Verne (1890) - capa e contracapa 121
Figura 12 - Livro A derrota da Napoleão na Rússia, do general Conde de Ségur (1942) – Capa 129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de empréstimos das obras da biblioteca da Penitenciária (1944-1945) - Vitor 91
Quadro 2 - Dados das fichas de leitura (Vitor)..... 96
Quadro 3 - Relação de empréstimos das obras da biblioteca da Penitenciária (1944-1945) - Ivan 101
Quadro 4 - Relação de empréstimos das obras da biblioteca da Penitenciária (1944-1945) - Sérgio..... 109
Quadro 5 - Dados das fichas de leitura (Sérgio)..... 111
Quadro 6 - Relação de empréstimos das obras da biblioteca da Penitenciária (1943-1945) - Mário 117
Quadro 7 - Dados das fichas de leitura (Mário)..... 120
Quadro 8 - Relação de empréstimos das obras da biblioteca da Penitenciária (1944-1945) - Jonas 126
Quadro 9- Dados das fichas de leitura (Jonas) 128

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

1 AS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS DA PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE EM FLORIANÓPOLIS (1930-1945) 38
1.1 A ESCOLA DA PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE 46
1.1.1 Ensino de leitura, escrita e caligrafia 53
1.1.2 A educação para o espírito 57
1.1.3 A disciplina do corpo 60
1.2 A BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE 63
1.2.1 Coleções da biblioteca da Penitenciária da Pedra Grande 69
1.2.2 As fichas de leitura dos apenados 79

2 PRÁTICAS DE LEITURA DE ALGUNS APENADOS DA PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE: VESTÍGIOS 83
2.1 VITOR, MAIS UM ABANDONADO DO DESTINO DO QUE UM DELINQUENTE? 87
2.2 IVAN, PRESIDIÁRIO EXEMPLAR? 100
2.3 SÉRGIO, REVELANDO SENTIMENTOS MORAIS? 107
2.4 MÁRIO, LER PARA MATAR O TEMPO 116
2.5 JONAS, FORTE VONTADE DE SE INSTRUIR 124

CONSIDERAÇÕES FINAIS 133
REFERÊNCIAS 139
APÊNDICES 147
A – CORPUS DOS PRONTUÁRIOS DA PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE (1931-1945) – IDCH 147
B – RELAÇÃO DAS PROFISSÕES IDENTIFICADAS NOS PRONTUÁRIOS DOS LEITORES APENADOS (1941-1945) – IDCH 148
C – GRAU DE INSTRUÇÃO INFORMADO NOS PRONTUÁRIOS DOS LEITORES APENADOS (1941-1945) – IDCH 149
D – RELAÇÃO DAS OBRAS IDENTIFICADAS NOS PRONTUÁRIOS DOS LEITORES APENADOS (1943-1945) – IDCH 150
E – RELAÇÃO DAS OBRAS SEM IDENTIFICAÇÃO DE AUTORES DESCRITAS NOS PRONTUÁRIOS DOS LEITORES APENADOS (1943-1945) – IDCH 156

INTRODUÇÃO

Juntando o temor à coragem, à memória ou à recriação de narrativas extremadas pelo entusiasmo, a ânsia do conhecimento me invade numa mistura de gostos e desgostos, de mitos e verdades. A inquietação por novos saberes acadêmicos persistia ao longo do curso de Pedagogia do Centro Universitário de São José (USJ). No trilho da urgência do saber, segui com os estudos no mestrado em Educação da UDESC. Se a proposta inicial para ingressar no Programa de Pós-Graduação, Linha de História e Historiografia da Educação, foi investigar histórias de vida e de leituras de professoras primárias de uma escola, outras possibilidades foram apresentadas no decorrer da realização das disciplinas e encontros de trabalho com minha orientadora. Por meio da coordenadora do IDCH/Faed, tomamos conhecimento de que este instituto abriga e preserva prontuários de apenados[1] de 1931 a 1980 da Penitenciária da Pedra Grande, atual Penitenciária Estadual de Florianópolis, e que alguns contêm fichas de leitura que me poderiam remeter às minhas lembranças a leituras do âmbito da literatura de ficção, cujo mote eram ambientes e tramas prisionais que me tocam particularmente. Assim, a existência de tal acervo, pautado nas discussões acerca de fontes de pesquisa no campo da Educação a respeito das disciplinas do curso, sintonizaram este tipo de fonte com meu interesse em investigar teoricamente tal conjunto de documentos. Embora nunca tenha estado numa prisão, títulos e autores inscritos neste cenário sempre me despertaram um interesse por livros, filmes e documentários que retratassem este tema.

A imersão nesta pesquisa me remeteu a lembranças de minhas tantas leituras de romances policiais, suspense investigativo, assim como a clássicos da literatura como *Crime e Castigo*, de Fiódor Dostoiévski e *O Conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas. Estes dois livros, em particular, suscitaram em mim reflexões acerca da prisão e suas estratégias para transformar a consciência dos indivíduos, bem como as apropriações que seus personagens fazem de suas leituras. No romance *Crime e Castigo*, o personagem principal, Rodka Raskólhnikov, ex-estudante de Direito, encheu-se de cólera após ler a carta de sua mãe sobre o casamento de sua irmã, concluindo que ela se sacrificaria em união com um homem que não a amava apenas para continuar a ajudá-lo em seus estudos. Sua situação de miséria, seu orgulho e sua raiva diante das pessoas que considerava

[1] Aquele que cumpre pena. Sinônimo de condenado, sentenciado, detento, preso. Dicionário Jurídico: Academia Brasileira de Letras Jurídicas, 2006.

ordinárias, culminaram em um crime. Atormentado pela possibilidade de ir para a prisão, sentia-se angustiado; no entanto, buscava conforto na ideia de que, por seu crime, iria "se consagrar depois ao serviço de toda a humanidade e ao bem geral" (DOSTOIÉVSKI, 2002, p. 67), pois acreditava que pessoas consideradas ruins devem morrer. Seu entendimento acerca dos textos lidos e discutidos ao longo da trama são ressignificados conforme vai vivendo novas experiências. Após sua prisão na Sibéria, passou a refletir sobre quantas mortificações e sofrimentos terríveis teria de suportar como castigo por seu crime e assim alcançar sua liberdade como um homem renovado.

Na obra *O conde de Monte Cristo*, o personagem Edmond Dantes é um jovem marinheiro com pouca instrução, que passa por todas as nuances das desgraças que sofrem os presos esquecidos na cadeia. Em pouco tempo, sem a liberdade, torna-se tão castigado, quase louco, alienado. O medo produz seu efeito, condiciona o corpo e doma a consciência:

> Começou pelo orgulho, que é a consequência da esperança e a consciência da inocência; depois chegou a duvidar da sua inocência, o que não deixava de justificar as ideias acerca da sua alucinação; por fim, caiu da altura do orgulho, e dirigiu súplicas, não a Deus, mas aos homens (DUMAS, 2009, p. 125).

Com o passar dos anos no cárcere, Dantes torna-se amigo de um prisioneiro erudito, que lhe apresenta os textos extraídos de livros de autores como Dante Alighieri, Camões, Espinosa, Maquiavel, entre outros, como uma fonte essencial de conhecimento. Assim, o cativeiro proporcionou a Dantes uma educação, ou autoformação, antes ignorada por uma vida em liberdade. Por acreditar que sua condenação se devia à sua ignorância, utilizou a instrução recebida no cárcere para elaborar sua fuga e um grandioso plano de vingança contra os que haviam tramado sua prisão. Logo, o sentimento de dor que há muito o atormentava, foi cedendo espaço ao desejo de fazer a sua própria justiça.

No senso comum, há quem acredite que a prisão seja uma coisa perigosa e possa deixar uma pessoa louca. Alexandre Dumas e Fiódor Dostoiévski, contudo, em suas obras, intentam mostrar que, diante do cruel castigo, que é a perda da liberdade, a consciência se transforme e nasça a esperança na liberdade. Seus personagens têm em comum os sofrimentos provocados no cárcere, mas se diferenciam por suas histórias particulares. Isto faz com que o uso e as apropriações de suas leituras deem um sentido específico à realidade de cada um. A história de cada indivíduo é singular; sua carga afetiva e emocional, seu conteúdo intelectual e seu enraizamento social produzem diferenciados sentidos. Cada um ressignifica, com suas experiências, suas vidas pelo aprendizado daí colhido.

Da ficção para a realidade, os prontuários dos presos da Penitenciária da Pedra Grande retratam um pouco da vida pregressa do indivíduo, de suas relações, de sua formação, de sua profissão, auxiliando-nos a compreender os indícios de suas práticas de leitura frente à vida carcerária. Considerando que a leitura de um livro e/ou texto também gera práticas criadoras, podendo produzir respectivamente práticas sociais, Chartier (1990) entende que a história das práticas culturais deve considerar necessariamente esses emaranhados e reconstituir trajetórias complexas, da palavra proferida ao texto escrito, da escrita lida aos gestos feitos, do livro impresso à palavra leitora.

Neste sentido, o interesse em pesquisar os vestígios das práticas de leitura dos apenados da Penitenciária da Pedra Grande está consubstanciado na leitura como um tipo de estratégia desenvolvido pela instituição prisional e por seu uso por parte dos detentos. Tais vestígios são aqui compreendidos como táticas utilizadas pelos apenados para construir seus significados, e deles se apropriar. Assim, o presente estudo se apoia nas categorias de análise de apropriação e representação de Roger Chartier (1990, 2003), de estratégias e táticas Michel de Certeau (1998). Destaca-se a primeira das categorias elencadas, pautada na história dos usos e das interpretações, com base nas formulações de Roger Chartier, estudioso contemporâneo, dedicado a pensar a história do livro e da leitura, para quem a história cultural está relacionada às formas pelas quais os indivíduos e grupos constroem um sentido para os fatos históricos e, de uma maneira geral, para o mundo.

O estudo consiste em uma abordagem da história cultural e visa a facilitar o entendimento da análise das fontes e das culturas numa perspectiva histórica. As fichas de leitura da penitenciária são descritas pelo subdiretor João Gualberto Furtado como "questionário – teste de apreciação das tendências e dos sentimentos dos reclusos" (SANTA CATARINA, 1944). Considerando que tais fichas representavam um instrumento de avaliação das competências de leitura e escrita e das intenções dos apenados, serão analisadas à luz dos conceitos de apropriação e representação de Roger Chartier, para quem a apropriação permite compreender "a maneira contrastante como os grupos ou os indivíduos fazem uso dos motivos ou das formas que partilham com os outros" (CHARTIER, 1990, p. 136). Em outras palavras, o ato de apropriação refere-se ao uso/recepção particular ou criativo dos objetos culturais feito pelo sujeito a partir dos conceitos, ideários e conhecimentos de que dispõe previamente.

A apropriação da leitura, que é como cada um compreende o objeto, pode levar à formulação de significados diferentes dos almejados pelo autor. O leitor reinterpreta o

texto e lhe confere novas significações, que podem ou não concordar com as ideias do autor. O texto está sujeito a múltiplas interpretações a partir das vivências e conhecimentos adquiridos ao longo do tempo. Chartier (2001, p. 13) reconhece que "as apropriações dos textos pelo leitor implicam sempre a consciência de que a possibilidade de leitura se efetua por um processo de aprendizado particular, de que resultam competências muito diferentes". Todo texto é produto de uma leitura, uma construção do seu leitor, no qual, nas palavras de Chartier (1990, p. 61), "este não toma o lugar do autor nem um lugar de autor; inventa um produto diferente, combina seus fragmentos em seu tempo e lugar e cria suas significações a partir da pluralidade que possui". A leitura, na concepção do autor (2003, p.154), aparentemente passiva e submissa, é, com efeito, a sua maneira inventiva e criadora. A representação, para Chartier (1990), é entendida como um instrumento de disseminação cultural, forma integradora da vida social, expressa por normas, discursos, instituições, ritos, objetos e imagens construídas pelos homens para manter a coesão do grupo.

Segundo Michel de Certeau (1998, p. 40), "a presença e a circulação de uma representação não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários", sendo necessário analisá-la pelos comportamentos dos que não a produzem. As "maneiras de fazer" constituem inúmeras práticas pelas quais os "usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural" (CERTEAU 1998, p. 41). Nesta análise, os conceitos de estratégia e tática são definidos por Michel de Certeau: esta primeira, como aquela à qual cabe produzir, mapear e impor, enquanto às táticas, caraterizadas como lugar de não poder, cabe a manipulação e o desvio. As táticas são "a arte do fraco"; por terem como lugar o lugar do outro, dependem do tempo e fazem da ausência do poder lugares de ação. Por só lhes restar a astúcia, atuam, golpe por golpe, na direção de suas criações, movimentando-se no espaço controlado pelo oponente. Em suma, pelas palavras de Certeau, "a tática é determinada pela ausência de poder, assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder" (1998, p. 96). Consideram-se, portanto, as fichas de leitura como componentes disponíveis de um repertório de táticas, nos quais os usuários realizaram suas próprias operações.

Sandra Pesavento (2008, p. 39) afirma que "as representações são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real". Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. Não são uma cópia perfeita, mas uma construção feita a partir do real. As representações apresentam múltiplas configurações;

a partir do que é construído pelos diferentes grupos sociais, traduzem os seus interesses e suas posições, tais como compreendem o mundo.

O acervo documental abrigado no IDCH/Faed pertencia à Penitenciária Pública do estado de Santa Catarina, guardados sem qualquer organização em uma antiga cela da penitenciária. A professora dra. Viviane Borges, vinculada ao Departamento de História (Faed/UDESC), no ano de 2012, juntamente com seus bolsistas, com a devida permissão institucional, recolheu esse acervo documental. Toda a documentação passou por um longo processo de higienização e catalogação e se encontra guardada e preservada em caixas, por ordenada por ano (1931-1980). Estas ações permitem o acesso a pesquisadores e interessados neste tipo de fonte documental. Para a presente pesquisa, foram mobilizados quase mil prontuários de 1931 a 1945, de condenados homens, maiores de 18 anos. Os prontuários são pastas identificadas por um número e pelo nome completo do sentenciado; neles também constam informações pessoais (tipo físico, familiares, profissão, escolaridade). Nestas pastas, foram acondicionados outros documentos, como memorandos, cartas, ofícios judiciais, etc. O acesso a este tipo de documento, ainda que disponível ao pesquisador/a, teve de ser aprovado pelo Comitê de Ética da universidade mediante um projeto de pesquisa a ele submetido e devidamente autorizado por nossa universidade.

Este cenário me apresentou um profícuo e instigante tema de estudo, na linha da História e Historiografia da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Para realizar tal investigação, parti, inicialmente, da análise de artigos e dissertações que tinham como tema a Penitenciária da Pedra Grande. A história desta instituição prisional tem sido tema de estudo, nos últimos anos, de alguns pesquisadores desta universidade (UDESC) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Os estudos da professora dra. Viviane Borges, da UDESC – *Abandonados e Pervertidos, ou em perigo de o ser: biopoder e práticas de normalização dos menores enviados à Penitenciária de Florianópolis/Santa Catarina, década de 1930* (2016); *O tempo abre as portas a quem sabe esperar: usos do passado e embates do presente no percurso da exposição realizada na Penitenciária de Florianópolis/SC* (2014) - vêm contribuindo para a preservação dos arquivos institucionais, promovendo seu acesso à pesquisa e problematizando fontes ainda pouco exploradas pela historiografia.

Fernanda Biava Cassetari, autora da dissertação intitulada *Periculosidade e Internação Obrigatória: os menores infratores na Penitenciária da Pedra Grande entre*

os anos de 1935 e 1945, indicou alguns documentos desta instituição prisional que se encontravam disponíveis para fins de pesquisa no Arquivo Público de Santa Catarina. A partir destas leituras e das análises dos documentos dessa penitenciária, pude elaborar o projeto inicial para submeter ao Comitê de Ética. Com sua aprovação em abril de 2019, fui autorizada a abrir a suposta caixa de Pandora[2] e refestelar-me com as descobertas.

A Penitenciária da Pedra Grande, considerada um presídio de moldes modernos, foi inaugurada em 30 de setembro de 1930, na capital do estado de Santa Catarina. Contava com um pavilhão, dividido em 50 celas e quatro oficinas – encadernação; artefatos de chifre; carpintaria e obras de vime. Antigamente localizada numa grande pedreira, na estrada da Trindade, está hoje em área totalmente urbanizada. Servia para o cumprimento de todas as penas restritivas de liberdade, impostas por sentenças passadas em julgado no território do estado de Santa Catarina e "tinha por finalidade, além do mais, reformar o caráter do delinquente, restituindo-se à sociedade, curado moralmente" (SANTA CATARINA, 1933, p. 11 e 12).

Na manhã do dia 20 de setembro de 1930, o Jornal O Estado publicava o convite para a inauguração da primeira penitenciária na cidade de Florianópolis:

> Realiza-se amanhã às 15 horas, o acto oficial da inauguração da Penitenciária da Pedra Grande. A solenidade será presidida pelo sr. Presidente dr. Bulcão Vianna, a ella comparecendo as altas autoridades estadoaes e municipaes. O governo do Estado *convida, por nosso intermédio, o povo para assistir a aludida cerimônia* (O ESTADO, 1930, Ano XI, n. 5097, p. 1, grifo nosso).

Segundo a imprensa, a inauguração da penitenciária da Pedra Grande constituiu um verdadeiro acontecimento na cidade de Florianópolis, com a presença de políticos, desembargadores, militares e da população, que compareceram à cerimônia, em grande parte, com suas famílias. Ao término da solenidade, todos puderam visitar as dependências daquele edifício. Segundo o jornal *A República* (1930, a. IV, n. 1192, p. 2): "A impressão era de perfeita admiração ante uma obra formidável pelo arrojo da sua concepção, dadas as possibilidades financeiras do Estado, dentro dos seus recursos ordinários'.

A aglomeração de pessoas nos centros urbanos exigia a criação de grandes estabelecimentos. As políticas públicas do período republicano - tanto a República Velha (1889 – 1930) quanto a Era Vargas (1930–1945) - foram responsáveis pela construção de diversas edificações importantes, muitas em estilo moderno, como hospitais gerais,

[2] Caixa onde os deuses colocavam todas as desgraças do mundo, entre as quais a guerra, a discórdia, as doenças do corpo e da alma. Contudo, nela havia um único dom: a esperança (BULFINCH, Thomas. *O Livro de Ouro da Mitologia.* 2002).

psiquiátricos, sanatórios para tuberculose, leprosários e penitenciárias, espaços que mediaram as inciativas governamentais de controle e proteção (BORGES, 2015). A cidade de Florianópolis passou por uma série de transformações entre o final do século XIX e o início do século XX, devidas à classe dirigente local, respaldada por uma política inserida dentro dos ideais burgueses de reformar, higienizar e modernizar a sociedade. Os grupos dirigentes buscavam implementar as reformas necessárias para respaldar seu discurso modernizador. Essa nova organização norteou as discussões entre os grupos dirigentes locais a respeito do controle da criminalidade, que aparece como peça importante nesse processo, pois significava o controle sobre um determinado segmento da sociedade, organizando e distribuindo cada coisa em seu devido lugar (MIRANDA, 1998; POYER, 2000; REBELO, 2004).

A valorização dos princípios considerados científicos por uma sociedade 'civilizada', convergiu com a ideia de implantação de um modelo penitenciário na cidade de Florianópolis. "Havia as ideias de regeneração do indivíduo, de reforma, do crime visto como a violação de um direito, com base na corrente da Escola Penal Clássica, salientando-se por sua índole filosófica e de orientação humanitária ou liberal" (NORONHA, 1998, p. 31-32). Assim, a Penitenciária da Pedra Grande foi construída de acordo com os modernos preceitos da ciência penal, que consistia, segundo Edgard Noronha (1982, p. 26), "em tratamento mais humano ao encarcerado, dando-lhe trabalho, separação individual diurna e noturna, alimentação sadia, condições higiênicas, etc." Consonante esta concepção, o jornal A República noticiava sobre a inauguração da penitenciária, que contou com uma banda de música e grandes nomes da política catarinense:

> Em todas as dependências há conforto, abundância de luz, ar, na preocupação de oferecer-se ao detento *um presídio mais humano de acordo com os princípios modernos*. As instalações são deveras confortáveis, salientando-se pelo seu esmerado gosto [...] A Penitenciária, com as suas amplas oficinas, com as suas áreas para recreio, com as suas cellas hygienicas, com todas as instalações mais decentes, que se possam imaginar, é um estabelecimento que honra a nossa cultura de povo civilizado (A REPÚBLICA, 1930, Ano IV, n. 1192, p. 2, grifo nosso).

A estabilização da nova ordem política, de acordo com os princípios modernos, estava baseada no consenso em torno da necessidade de regeneração[3] e reajustamento social, que envolviam propostas integradoras e homogeneizadoras. Dessa forma, o

[3] Noção de regeneração como oposição à degenerescência, acepção aplicada aos discursos vinculados à área da saúde, na dimensão de efeito das políticas assistencialistas do governo de Nereu Ramos (CAMPOS, 2008, p. 22).

discurso renovador preocupou-se em tornar mais eficiente a gestão do Estado sobre a sociedade. Uma história do sistema de crenças, de valores e de representações são próprias de um grupo, em determinada época. Ao analisar a sociedade da corte, Norbert Elias (1994 v. 1, p. 123) compreende que, "juntamente com uma situação social muito específica, os sentimentos e emoções começam a ser transformados na classe alta, e a estrutura da sociedade como um todo permite que as emoções assim modificadas se difundam lentamente pela sociedade". Da mesma forma, a consciência e a subjetividade são afetadas pelo modo como cada sociedade estrutura sua rede de censuras e proibições em cada época. Seguindo esta lógica, nesse período da história brasileira, em que se buscava forjar indivíduos dóceis e disciplinados, a escola e a biblioteca constituíam instrumentos fundamentais de difusão das representações sociais definidas como exemplos a serem seguidos.

As políticas de Vargas após o golpe de 1937, conduzidas aos objetivos de bem-estar social e ao nacionalismo econômico, muito debatidos no começo da década, iriam ser perseguidas sob a tutela autoritária (SKIDMORE, 1982). No período da interventoria de Nereu Ramos[4] (1935-1945), Santa Catarina ganha uma certa projeção nacional e, consequentemente, vai adquirir mais recursos federais para projetos no estado, recebendo, de 1935 a 1938, novos investimentos para a remodelação do prédio (MIRANDA, 1998). Neste período, também é possível constatar uma série de investimentos institucionais e políticas assistencialistas no estado, as quais, segundo Cyntia Campos (2008, p. 105), nos princípios ditados pelo discurso estadonovista, "a assistência social se pautava em proposições racionalizadoras que seguiam modelos das mais modernas instituições brasileiras e estrangeiras". De acordo com Foucault (1997), a população aparece como sujeito de necessidades, também como objeto do poder público, consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça, submetida às múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social. Foi neste contexto de saberes e de relações de poder que a Penitenciária da Pedra Grande se afirmou como instituição de regeneração social:

> À medida que o governo Vargas afirmava sua proposta trabalhista e seu projeto nacional-corporativista, ficava cada vez mais evidente, para o conjunto dos setores dominantes, que a afirmação de um projeto de regeneração social para Santa Catarina devia passar por uma atuação eficiente do Estado, no sentido de promover a acomodação desta sociedade, principalmente dos dispersos segmentos populares (CAMPOS, 2008, p. 62).

[4] Governador de Santa Catarina de 1935 a 1945.

A prisão, no estado de Santa Catarina, seria, em sua origem, um instrumento de aperfeiçoamento do indivíduo, ligada a um projeto de transformação do ser humano numa perspectiva de nação moderna. Por tal perspectiva, reclusão não significaria mais um depósito de pessoas inconvenientes à sociedade, o que explica por que, paulatinamente, desaparece, na sociedade ocidental, o grande espetáculo da punição física. Segundo palavras de Foucault (1997, p. 19), "penetramos na época da sobriedade punitiva. A pena se dissocia totalmente de dor física; no entanto, permanece [...] envolvida cada vez mais amplamente por uma penalidade do incorporal". Dentro desta concepção, as estratégias da instituição prisional foram sendo direcionadas a domar a consciência por meio de dispositivos de inculcação de valores e sentimentos. É o que o autor chama de 'mecânica do poder' em sua forma capilar de existir, no ponto em que "o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana" (FOUCAULT, 2009, p. 131).

Na perspectiva de alinhar a penitenciária do estado de Santa Catarina ao projeto nacionalista do governo Vargas, o magistrado baiano Edelvito Campelo D'Araújo assumiu a direção no período de 1935 a 1945, sendo responsável por uma reforma física e administrativa da instituição. O diretor relata que nos primeiros anos de funcionamento da penitenciária foram constatados inúmeros problemas estruturais, administrativos e de degeneração humana. Ele enfatiza o estado precário das instalações, o despreparo do pessoal técnico-administrativo e as condições consideradas desumanas em que se encontravam os detentos. Neste cenário de desarmonia com a proposta nacional de modernização, regeneração e prosperidade social, o diretor solicita ao governador Nereu Ramos autorização para a obra de manutenção e ampliação da penitenciária:

> A Penitenciária da Pedra Grande embora localizada em prédio de construção recente, está muito aquém das finalidades que se propõe. Desde a sua situação, encravada, por assim dizer, numa grande pedreira que lhe dificulta e encarece qualquer ampliação, desprovida de muralhas que isolem e proteja, dispondo de um número pequeno de celas, com poucas e acanhadas salas, tendo logo a entrada a cozinha, possuindo somente quatro oficinas ainda por organizar, até o pessoal administrativo sem a devida technica, tudo faz da Penitenciária mais uma grande cadeia, com os inconvenientes todos das grandes prisões (SANTA CATARINA, 1935, p.1).

A reforma, iniciada em 1936, durou aproximadamente três anos. Após sua conclusão, a Penitenciária da Pedra Grande passou a contar com "três pavimentos, 211 celas, sete salas de oficinas, uma capela e uma escola" (POYER, 2000, p. 80). Assim como a escola, a religião estava presente na educação do detento. Embora a máxima sustentada pelo ideário de renovação educacional do período fosse o ensino laico, a Igreja

anunciava que a educação deveria compreender o homem em sua totalidade, sem perder de vista a moral cristã. Neste contexto, esse estabelecimento prisional vai se transformando, segundo as fontes consultadas, em um possível instrumento de educação intelectual, moral e profissional do detento, como descrita por Edelvito Campelo D'Araújo em seu relatório de 1938.

Até o início do século XIX, o sistema prisional era utilizado unicamente como local de detenção de pessoas, não havia proposta de requalificar os presos. Segundo Foucault (1997, p. 223), "a prisão se constituiu fora do aparelho judiciário quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente". Na perspectiva do autor (1997, p. 265), a educação do detento deveria ser, por parte do poder público, obrigação e precaução indispensáveis ao interesse da sociedade, e, ao mesmo tempo, para o detento, uma grande força de pensar. Portanto, no processo civilizatório da sociedade ocidental, desenvolveram-se dentro das prisões os programas de tratamento e educação.

Para compreender o teor regenerativo intentado na Penitenciária da Pedra Grande, é preciso retroceder às décadas de 1920 e 1930, período de importantes mudanças na educação brasileira. Neste tempo, educadores e políticos preocupavam-se em formar o novo cidadão republicano: alfabetizado, disciplinado e trabalhador. De acordo com Neide Fiori (1991, p. 120), o panorama educacional brasileiro foi atingido pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, cujos ideais básicos podiam ser sintetizados em ensino ativo, escola leiga, obrigatória e gratuita. Em seguida, a Constituição de 1934 instituiu medidas inovadoras de ordem educacional. Em seu Art. 150, parágrafo único, estabelece: "[...] *ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos*" (BRASIL, 1934). Embora a pauta da educação no sistema prisional não fosse contemplada no Código Criminal do Império de 1830, nem no Código Penal de 1940, tampouco na Constituição Federal (1891, 1934, 1937), esta intencionalidade estava presente no Regimento Interno de 1º de agosto de 1931 da Penitenciária da Pedra Grande, que determinava a criação e manutenção de uma escola primária, a qual, mais tarde, de acordo com as fontes, contribuiu para o processo de livramento condicional.

Na análise das fontes documentais, pude conferir que os investimentos na Penitenciária da Pedra Grande continuaram nos anos seguintes. Em 1940, instalou-se mais uma sala de aula, assim como se contrataram mais um professor primário e um professor adjunto; novos livros e revistas foram adquiridos para a biblioteca e numa área de terras se instalou uma seção agrícola, com o intuito de complementar a reeducação dos

apenados. A reeducação pela leitura pode ser notada no tipo e quantidade de obras adquiridas pela instituição. Nesta pesquisa, o material encontrado pode ser catalogado como manuais de bem viver, manuais de moral religiosa, de história do Brasil, de história geral e romances, produto e exemplo da cultura e do heroísmo do povo brasileiro.

No Estado Novo (1937-1945), foi intensificado o projeto político-hegemônico, utilizando-se a cultura[5] como um dos instrumentos patrióticos e disciplinadores. Em meio à dualidade estímulo e censura, foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL) para executar as ideias do Estado no campo da difusão cultural e educacional. O INL, criado pelo Decreto-lei nº 93, em 21 de dezembro de 1937, incorporou propostas do Plano Nacional de Educação (PNE), com vistas a contribuir para a criação de uma cultura nacional. O instituto centrou seu trabalho no livro, como instrumento de estabilidade social e transmissão dessa cultura. Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde (1934-1945), apresentou o livro como um poderoso instrumento de transformação social, capaz de produzir no leitor sentimentos positivos ou negativos (OLIVEIRA, 1994).

O INL buscou identificar todas as bibliotecas, públicas e privadas, com o intuito de sistematizar em um guia nacional de bibliotecas existentes no país. Segundo este guia, a biblioteca da Penitenciária da Pedra Grande, inaugurada no ano de 1938, continha aproximadamente 150 volumes. As fontes revelam que, a partir de 1940, esta instituição passou a receber verbas anuais para aquisição de livros e revistas para compor o acervo de sua biblioteca. O acervo ficava à disposição dos presos e dos funcionários da instituição, com horário de funcionamento restrito a uma hora por dia, sendo possível retirar uma obra por vez, com prazo de empréstimo de sete dias. A princípio, os livros e revistas eram escolhidos pelos próprios presos que, após a leitura, deveriam preencher as fichas que acompanhavam os títulos. Dessa forma, a penitenciária tinha uma importante ferramenta de análise do perfil do preso, cumprindo, assim, o projeto cultural proposto pelo Estado. Reitero, como já disse anteriormente, que, nessa época, a educação prisional não constava da legislação então vigente, sendo um investimento assistencialista fundamentado no discurso de uma nação moderna e racionalizadora, a qual, segundo Cynthia Campos (2008, p. 66), firmou "uma racionalidade no gerenciamento da sociedade, que passou pelo aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e de sua propagação por todos os meios, tempos e espaços".

[5] Pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo (PESAVENTO, 2008, p.15).

No desafio de mapear produções acadêmicas em diferentes campos do conhecimento, como Educação, História e Direito, tentando localizar o tema e/ou objeto do estudo destacado e privilegiado em diferentes publicações como dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminário, procurei delimitar o estado da arte acerca da temática do estudo com a realização do levantamento nas bases de dados do portal de periódicos da Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT), do Repositório da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (BU/UFSC) e do Repositório da Biblioteca Universitária da Universidade do Estado de Santa Catarina (BU/UDESC), no intuito de investigar publicações na forma de artigo, dissertações e teses que pudessem ser relevantes para a produção do presente estudo. Os termos escolhidos para a busca foram "leitura AND prisional", no período de 10 anos (2009-2019), e "Penitenciária da Pedra Grande OR Penitenciária de Florianópolis", no período de 20 anos (1999-2019). Na base de dados do Portal Capes, foram localizados 153 trabalhos dos últimos dez anos com o assunto "leitura AND prisional". Com a leitura dos resumos, foi possível refinar a pesquisa e selecionar os três artigos mais relevantes que discutiam o tema leitura prisional. No entanto, em nenhuma destas bases foram localizei itens bibliográficos com estudos pautados na investigação de práticas de leituras na Penitenciária da Pedra Grande, com foco nos prontuários e, mais especificamente, as fichas de leitura como fonte, no recorte temporal deste trabalho - 1941-1945. A seguir apresento, por tipo bibliográfico, o resultado do levantamento de dados, destacando os artigos a seguir analisados.

A leitura como prática de (re)socialização no Sistema Penitenciário Nacional, de Marcio José de Lima Winchuar; Diego Paiva Bahls (2017). Artigo publicado na *Revista Educação e Emancipação,* São Luís, v. 10, n. 2, mai./ago. 2017. O estudo teve como objetivo realizar um levantamento de pesquisas e políticas que envolviam a leitura no sistema penitenciário nacional, mapeando dissertações e teses de programas de pós-graduação que tiveram como tema projetos de leitura no cárcere nos últimos dez anos.

A influência da leitura no contexto de encarceramento e o marco jurídico das bibliotecas prisionais. Artigo constante em Cadernos de Informação Jurídica, Brasília, v. 5, n. 2, p. 43-67, jul./dez. 2018, de autoria de Antonio Martín Román (2018). Este artigo tem por finalidade apresentar ao leitor as atividades literárias acontecidas na Penitenciária Industrial de Joinville pela óptica de seu idealizador e realizador. A prática acontece desde

o ano de 2014 e já está em sua quinta publicação, tendo por foco principal dar voz aos apenados por meio das atividades de leitura e escrita.

Biblioteca prisional e reinserção social: o olhar das internas do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa. Artigo encontrado na revista Informação em Pauta, Fortaleza (CE), v. 3, n. 2, p. 31-49, jul./dez. 2018, de Martins de Sousa, Francisca Liliana e Pinto Bentes Virginia (2018). Discorre sobre a atuação da biblioteca prisional do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF), considerando a possibilidade de que a biblioteca contribua para a reinserção social do indivíduo encarcerado.

Com o assunto "Penitenciária da Pedra Grande OR Penitenciária de Florianópolis", na base de dados do Portal Capes, encontrei seis trabalhos dos últimos 20 anos. Com a leitura dos resumos, pude refinar a pesquisa e selecionar três artigos mais relevantes, com o tema da Penitenciária de Florianópolis. Localizei trabalhos que utilizaram o recorte temporal (1930-1945); nenhum deles, entretanto, utilizou as fichas de leitura como fonte. Destaco alguns dentre eles.

Abandonados e Pervertidos, ou em perigo de o ser: biopoder e práticas de normalização dos menores enviados à Penitenciária de Florianópolis (Santa Catarina, década de 1930). Artigo. TRASHUMANTE – publicado na Revista Americana de História Social 8 (2016): 176-199. ISSN 2322-9381, de Viviane Trindade Borges. Este artigo objetiva problematizar a dinâmica institucional e as estratégias de biopoder e normalização voltadas aos menores em conflito com a lei durante a década de 1930.

A medicalização do crime: a Penitenciária de Florianópolis como espaço de saber e poder (1933-1945). Artigo publicado em Interface (Botucatu), v. 11, n. 22. Botucatu, mai. /ago. 2007, de Fernanda Rebelo e Sandra Caponi. Este trabalho discute a instalação do modelo penitenciário em Florianópolis nos anos 30 do século passado, sob a ótica do pensamento médico-higienista, e suas interfaces com o jurídico. A partir da década de 1920, em Florianópolis, observa-se a criação de diversos tipos de instituições de controle.

O gabinete do doutor Edelvito Campelo D'Araújo: a Penitenciária Pedra Grande como espaço de construção de um saber (1933-1945). Artigo Publicado em Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos, v.14, n. 4. Rio de Janeiro, out./dez .2007, de Fernanda Rebelo, Fernanda e Sandra Caponi. O estudo discute a instalação do modelo penitenciário na cidade de Florianópolis, em Santa Catarina, na década de 1930, sob a ótica do pensamento médico-higienista, e suas interfaces com o pensamento jurídico. Analisa também os

discursos que, na época, eram aceitos ou considerados com valor científico, de Edelvito Campelo D'Araújo, diretor da Penitenciária Pedra Grande entre 1935 e 1945.

Estudos sobre a assistência e controle de crianças e jovens ditas anormais e delinquentes em Santa Catarina (1930-1951), artigo publicado na Revista Brasileira de História & Ciências Sociais (RBHCS), v. 8, n. 15, jul. 2016. Artigo de Bruna Viana e Fernanda Biava Cassettari (2016). Neste trabalho, as autoras discutem algumas das práticas de assistência e controle voltadas à infância e à juventude, consideradas anormais e/ou infratoras em Santa Catarina entre as décadas de 1930 e 1940.

Na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, foram apresentados 28 resultados entre teses e dissertações dos últimos dez anos, com o tema "leitura prisional". Após a leitura dos resumos, a pesquisa foi refinada para dois estudos, uma tese e uma dissertação. No entanto, nenhuma delas tem como fonte fichas de leitura, ou recorte temporal (1941-1945), ou a Penitenciária da Pedra Grande. Destaco alguns dos estudos, abaixo apresentados.

Leitores escritores, eu vi: uma experiência de leitura e escrita em presídios no sul do estado de Minas Gerais. Tese de 2019, de Davidson Sepini Gonçalves. Esta pesquisa tem como objetivo investigar e analisar a participação de leitores escritores presos em três presídios do sul do estado de Minas Gerais, que aderiram, durante os anos de 2015 e 2017, ao projeto "Remição pela Leitura", no âmbito do sistema prisional brasileiro.

As práticas de leitura presentes na população carcerária do presídio de Igarassu". Dissertação de Suzan Kelly Negromonte, de 2009. Esta pesquisa tem como objetivo investigar as práticas de leitura presentes na população carcerária do presídio de Igarassu. Para tanto, faz uma revisão teórica de três concepções da leitura: cognitivista, sociointeracionista e discursiva.

Com o tema *Penitenciária da Pedra Grande ou Penitenciária de Florianópolis*, encontrei, na base de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 16 trabalhos produzidos nos últimos 20 anos. Com a leitura dos resumos, pude refinar a pesquisa e selecionar duas dissertações, consideradas mais relevantes relativamente ao tema da Penitenciária de Florianópolis. Encontrei trabalhos que utilizaram o recorte temporal (1935-1945), embora nenhum deles tenha utilizado as fichas de leitura como fonte. Destaco, dentre eles, algumas dissertações.

Penitenciária Estadual da Pedra Grande: um estudo sobre a política de combate à criminalidade em Florianópolis entre 1935-1945. Dissertação de Viviani Poyer, de 2000. O trabalho desenvolve um estudo sobre as reformas efetuadas na Penitenciária Estadual da Pedra Grande, em Florianópolis, de 1935 a 1945. Através desta reforma, que contemplou não só a parte física da instituição, como também a estrutura técnico-administrativa, afirma haver-se tentado implementar um efetivo regime penitenciário no estado.

A Penitenciária de Florianópolis e a medicalização do crime (1935-1945)", dissertação de Fernanda Rebelo Pinto, de 2004. Este trabalho discute a instalação do modelo penitenciário na cidade de Florianópolis nos anos 30, sob a ótica do pensamento médico-higienista e suas interfaces com o pensamento jurídico.

Na base de dados da Biblioteca Universitária UFSC, foram apresentados 16 resultados - entre teses e dissertações dos últimos 20 anos -, com o assunto "Penitenciária da Pedra Grande" ou "Penitenciária de Florianópolis".

Após a leitura dos resumos, a pesquisa foi refinada para duas dissertações. Embora tais pesquisas não tenham como fontes as fichas de leitura, uma aborda a história da penitenciária no período de 1930-1945 e a outra, a cultura escrita.

A Penitenciaria de Florianópolis: de um instrumento da modernidade a utilização por um estado totalitário. Dissertação de Antônio Luiz Miranda, de 1998. O estudo analisa o processo de implantação da penitenciária em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX, ressaltando as reformas urbanas que vinham ocorrendo na cidade no período, impostas pelos grupos dirigentes locais. Estuda os primeiros anos de funcionamento da penitenciária na década de 1930, compreendendo a realidade criada com o surgimento desse novo padrão de prisão na cidade.

Outro estudo aqui apreciado é uma dissertação de Daniela Cristina da Silva Garcia, de 2018 - *Cultura escrita e educação escolar em espaço de privação de liberdade: (im)possibilidades de uma formação humana integral* - que tematiza a educação escolar e a imersão na cultura escrita em um espaço de privação de liberdade. Em seu trabalho, a autora procura compreender e problematizar a educação de acordo com a linguagem utilizada no campo estudado, considerando, pelos fundamentos da Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), que a educação se valeria, no Centro de Educação de Jovens e Adultos no Complexo Penitenciário de Florianópolis, de uma linguagem que facultaria uma imersão mais ampla dos detentos nas diversas manifestações da cultura escrita, com vistas à formação humana integral desses sujeitos.

Na base de dados da Biblioteca Universitária UDESC, levantei 16 resultados - entre teses e dissertações dos últimos 20 anos -, com o assunto "Penitenciária da Pedra Grande" ou "Penitenciária de Florianópolis". Após leitura dos resumos, fixei-me numa dissertação, *Periculosidade e internação obrigatória: os menores infratores na penitenciária da pedra grande entre os anos de 1935 e 1945*. Embora esse trabalho não tenha como fonte as fichas de leitura, aborda os prontuários dos menores infratores no período de 1935-1945. Dissertação defendida em 2018, na qual a autora, Fernanda Biava Cassetari, buscou compreender como se deu a internação obrigatória dos menores considerados perigosos em Santa Catarina na Penitenciária da Pedra Grande, entre 1935 e 1945, período em que o advogado Edelvito Campelo d'Araújo esteve na direção da instituição. O conjunto de documentos utilizados para este estudo é formado por 45 prontuários de menores internados na penitenciária.

Com base nos resultados apresentados por este mapeamento, pude constatar ainda não não haverem sido publicados trabalhos com a temática proposta neste meu estudo, o que confirma o ineditismo da pesquisa no campo da História e Historiografia da Educação Brasileira.

Tendo como estratégia da instituição prisional a leitura e seus usos como forma de apropriação dos presos, a pergunta de pesquisa que norteia este estudo é: que práticas de leitura foram adotadas pelos apenados na Penitenciária da Pedra Grande (1941-1945)?

Pautado nesta pergunta, o objetivo geral é o de compreender teoricamente os indícios das práticas de leituras registrados nos documentos e nas fichas de leituras que integram os prontuários de sentenciados reclusos na Penitenciária Pedra Grande no município capital Florianópolis (SC) no período delineado. Na esteira de se alcançar as respostas e objetivos estabelecidos, recorro a dois objetivos específicos:

a) investigar os caminhos para a instalação da escola e da biblioteca da Penitenciária da Pedra Grande, desvelando seus acontecimentos a partir da análise dos documentos produzidos pela instituição; e
b) analisar os vestígios das práticas de leitura na instituição nos anos de 1941 a 1945, a partir das informações contidas nos prontuários e nas fichas de leitura que acompanhavam cada livro retirado da biblioteca, preenchidas pelos próprios apenados.

A História revela a complexa manifestação da experiência humana enlaçada nas teias dos acontecimentos e das instituições. Ao (re)interpretar os fatos a partir das fontes, o/a pesquisador/a lhes confere novas significações, já que um texto está sujeito à

construção de múltiplos sentidos. O caráter variável, imperfeito e relativo da experiência humana permite proceder a múltiplas interpretações dessa historicidade. Como descreve Sandra Pesavento:

> O historiador escolheu o tema, formulou uma pergunta, construiu seu tema como objeto a partir dessa questão e dos pressupostos teóricos com os quais pensou resolvê-la; foi aos arquivos, selecionou fontes e com elas armou uma rede de significados que expôs por meio de um texto, onde buscou dar a ver o passado numa versão, plausível, possível, que aspira a ser tomada como a mais próxima possível do real acontecido. Ele buscou traduzir como as pessoas de um tempo agiam, pensavam, se expressavam (2008, p. 61).

Um consistente trabalho de pesquisa em História e Historiografia exige, além do conhecimento teórico e metodológico, a sensibilidade no tratamento das fontes, matéria-prima fundamental na qual será construída a narrativa histórica. Para que o/a pesquisador/a possa conhecer devidamente seu objeto de estudo, este/a deve buscar vestígios que possam fornecer informações para a construção de seu discurso. Assim, a busca pelas fontes, muitas vezes árdua, poderá ampliar o conhecimento sobre as possibilidades de uma pesquisa fecunda. Após longo tempo em arquivos em busca do Santo Graal, nos deparamos com documentos que, a princípio, não eram o alvo do nosso interesse, e, no desenrolar dos fios e na tecitura dos fatos, nos levam ao encantamento. Nesse rompante de deleite, somos tomados pela satisfação da descoberta, uma simpatia pelos personagens, quando não uma certa intimidade, como se conversássemos diretamente com eles e entendêssemos suas posições, seus desejos e suas desventuras diante do momento singular pelo qual passaram.

Ao ler os prontuários atentamente, senti profunda solidariedade por alguns desses homens privados de liberdade em seus horizontes de espectro cruel. Contudo, entendia a necessidade de utilizar um rigor metodológico para não fragilizar a pesquisa. A esse respeito, escreve Bacellar:

> O trabalho com fontes manuscritas é, de fato, interessante, e todo historiador que entra por essa seara não se cansa de repetir como os momentos em arquivos são agradáveis. [...] Os personagens parecem ganhar corpo, e é com tristeza que, muitas vezes, percebe-se que o horário do arquivo está encerrando, que precisamos fechar os documentos e partir [...] (2006, p. 24).

O estudo centra as atenções nas fontes documentais no período de 1931 a 1945 da Penitenciária da Pedra Grande. No Arquivo Público de Santa Catarina, localizei os documentos: Regimento Interno da Penitenciária (1931); Relatório do Diretor Cleto Barreto (1933); Relatórios do Diretor Edelvito Campelo D'Araújo (1935, 1936, 1938 e 1940); Relatórios do Governador Nereu Ramos (1935-1943); Ofícios da Penitenciária

(1940-1943). No arquivo do IDCH, encontrei prontuários de apenados (1931-1945) e fichas de leitura/relação de livros (1941-1945). Analisei, a seguir, cada um desses documentos.

Regimento Interno de 1931, decretado pelo interventor general Ptolomeu de Assis Brasil - A penitenciária foi inaugurada em setembro de 1930 e o regimento interno foi publicado a partir do Decreto nº 147, de 1º de agosto de 1931, da Secretaria do Interior e Justiça do Estado de Santa Catarina. Este documento reorganiza o regime penitenciário do estado e estabelece que a Penitenciária da Pedra Grande servirá para o cumprimento de todas as penas restritivas de liberdade impostas por sentenças passadas em julgado, no território do estado. Estabelece, também, um quadro pessoal e suas atribuições e deveres, bem como o que cumpre aos condenados. Institui a criação da Escola na Penitenciária, com programa adotado nas escolas do estado, com frequência obrigatória para todos os condenados, salvo os de idade avançada e os de mau comportamento.

Relatório do Diretor Cleto Barreto 1933 - Este relatório consiste em apresentar a rotina e o funcionamento da penitenciária, bem como em fazer a prestação de contas. Nele consta a existência de uma biblioteca "com livros escolhidos, os quais são fornecidos aos sentenciados de boa conduta e aos que frequentam a escola" (SANTA CATARINA, 1933). Esta descrição apresenta algumas informações sobre a estratégia utilizada pela penitenciária para a prática de leitura: selecionar o que se pode ler, quem pode ter acesso aos livros, à leitura, como gratificação aos presos disciplinados. Assim, a prisão exerce seu poder utilizando-se do discurso para incutir a disciplina em todos os ambientes. Foucault afirma (1997, p. 139): "A disciplina procede, em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço. A disciplina, às vezes, exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo". Ainda de acordo com o autor (2009, p. 180), "somos julgados, condenados, classificados. Obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que seguem consigo efeitos específicos de poder". Mais que distribuir e vigiar os indivíduos em todos os espaços, criam-se condições restritas para o uso dos bens culturais como forma de exercer o poder sobre o indivíduo.

Relatórios do Diretor Edelvito Campelo D'Araújo (1935, 1936, 1938 e 1940) – Nestes relatórios, estão registrados o funcionamento e a prestação de contas da penitenciária. No relatório de 1935, consta o relato do diretor sobre as precárias condições da penitenciária e a necessidade de uma reforma técnico-administrativa "de forma a transformá-la em uma verdadeira casa de regeneração de criminosos". Este relatório

evidencia a preocupação do diretor com o desenvolvimento intelectual e moral dos apenados, condizente com o ideário assistencialista do governo Nereu Ramos. O relatório de 1940 apresenta gráficos diversos sobre o crime: crime por idade, por profissão, por instrução, por estado civil, etc. Este relatório, diferentemente dos anteriores, demonstra o caráter racionalizador adotado pelo diretor da penitenciária. As informações contidas no documento compuseram o relatório do governador Nereu Ramos ao então presidente da República, Getúlio Vargas.

Relatórios do Governador Nereu Ramos (1935-1943) – Nestes relatórios, estão as informações anuais do Conselho Penitenciário sobre as sessões de exame e emissão de pareceres de processos; da seção industrial; da seção de medicina e criminologia; da seção odontológica; do livramento de condicional; das receitas e despesas orçamentárias; da instrução. Nereu Ramos zelava pela organização de todas as ações institucionais do estado, recebia o detalhamento de todas as atividades relativas ao funcionamento anual da Penitenciária da Pedra Grande como forma de prestação de contas. A partir dessas informações, elaborava seus relatórios e os encaminhava ao presidente Getúlio Vargas.

Prontuários dos apenados 1931 a 1945 – Estas pastas abrigam os dados pessoais dos presos como filiação, nascimento, profissão, altura, estado civil, escolaridade, fotografia, pareceres do juiz, pedido de livramento de condicional, faltas, castigos, elogios, cartas, memorandos e as fichas de leitura. Estas foram encontradas a partir do exame dos prontuários de 1941, período após a reforma da penitenciária e durante a gestão do diretor Edelvito Campelo D'Araújo. Nem todas possuem fichas de leitura; no entanto, algumas apresentam uma lista com a descrição de empréstimo de livros.

De 1931 a 1945, são 965 prontuários. A partir das observações, restringi-o *corpus* aos indivíduos que retiravam títulos da biblioteca, que totalizaram 105. Considerei os documentos como referências à leitura e/ou ao empréstimo de livros: data do empréstimo e título da obra. Nesta análise, localizei 27 prontuários com fichas de leitura. Nestes, identifiquei um total de 71 fichas de leitura. Os prontuários referentes ao ano de 1943 foram os que mais preservaram estes documentos, com 36 fichas de leitura.

Ao analisar os 105 prontuários dos apenados que liam, observamos que 95 frequentavam a escola primária da penitenciária; os demais já haviam estudado até o ginasial e, conforme descrito no relatório de 1933, constatei que o bom comportamento lhes permitia retirar os livros na biblioteca. Desses 95 estudantes, apenas sete foram declarados analfabetos; 88 foram declarados alfabetizados, mas com instrução deficiente. Nesta análise, também pude observar que a maioria dos presos que frequentavam essa

escola primária era de homens,[6] com idade de 18 a 35 anos, com profissão declarada de lavrador. Nesse período, Santa Catarina ainda era um estado majoritariamente rural. Contava com poucas escolas para atender a todo o território. Assim Nereu Ramos descreveu em seu relatório de 1940: "Daí a conclusão que o crime avultou onde menor era a educação e mais precárias a assistência e a vigilância do Estado" (SANTA CATARINA, 1940).

Para Cynthia Campos (2008), os discursos e práticas do governador do estado se direcionam à institucionalização de concepções educativo-pedagógicas, cientificistas, industriais, médico-higiênicas, assistencialistas e de urbanização. Nesta perspectiva, a escola e a biblioteca da Penitenciária da Pedra Grande eram entendidas como importante instrumento para o ajustamento social e disciplinar da sociedade moderna.

Paolo Nosella e Ester Buffa (2004, p. 24) afirmam que "a primeira preocupação do pesquisador que pretende pesquisar uma instituição escolar é a escolha do objeto do estudo. Essa escolha definirá todo o trabalho seguinte". Assim, ao pesquisar as instituições escolares, é importante que haja uma relação de empatia entre o pesquisador e o objeto pesquisado. De certo, a escolha do objeto – fichas de leitura – envereda por caminhos de empatia, curiosidade e apreensão do conhecimento sobre a representação da leitura no cárcere naquele período. Na concepção de Nosella e Buffa (2004, p. 24), "um objeto de pesquisa nunca é dado; é construído. Ou seja, não é um pacote fechado que o pesquisador abre e investiga. É um conjunto de possibilidades que o pesquisador percebe e desenvolve, construindo, aos poucos, o seu objeto". Nessa perspectiva, durante a busca pelas fichas de leitura nos prontuários, foram aparecendo novas pistas, outros registros de que os apenados liam mais do que os vestígios das fichas contavam, sendo possível identificar cerca de 306 obras que compunham o acervo da biblioteca da penitenciária. Entre elas, romances nacionais de José de Alencar, Humberto de Campos, Monteiro Lobato; romances estrangeiros de Julio Verne, Emily Bronte; obras sobre religião, história geral e do Brasil, entre outros.

Além das fontes documentais acima descritas, também consultei os jornais 'A República' e 'O Estado' (1926 a 1935) por meio da hemeroteca digital. Os periódicos oferecem inúmeras possibilidades de abordagem. Ao lado de outros veículos, como o rádio e o cinema, a publicação cumpria uma função estratégica na difusão dos valores e modo de vida (LUCA, 2006, p.129). A escolha por estes dois jornais se deu porque "A

[6] Tal estudo foca o presídio masculino. Nesse período (1941-1945), não foram encontrados documentos sobre funcionamento de uma ala feminina nessa instituição prisional

República" representava o Partido Republicano Catarinense (PRC) e "O Estado", a oposição. Assim, há duas visões de uma mesma realidade para análise. O papel desempenhado por jornais, seja na condição de difusor de propaganda política favorável ou espaço de contestação, contribui para ampliar a discussão e a reflexão sobre o passado. Assim sendo, tenho-me amparado na reflexão de Michel Foucault, que escreve: "Nem tudo é verdadeiro, mas em todo lugar e a todo momento existe uma verdade a ser dita e a ser vista, uma verdade talvez adormecida, mas que, no entanto, está somente à espera de nosso olhar para aparecer, à espera de nossa mão para ser desvelada" (2009, p. 113).

Neste universo, a proposta de estudo classifica-se, metodologicamente, como qualitativa, de cunho documental histórico e bibliográfico. O método qualitativo difere do quantitativo, não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc. (MARCONI E LAKATOS, 2011, p. 269). Para tanto, examinei os documentos decorrentes das atividades da penitenciária de 1931 a 1945, a Legislação Educacional e a Legislação Penal produzidas até 1945. Nesta pesquisa, foram contempladas a revisão de literatura pertinente aos estudos sobre a Penitenciária da Pedra Grande, a educação brasileira e as práticas de leitura. Além disto, analisei os prontuários dos apenados disponíveis no IDCH, juntamente com o regimento interno de 1931, as atas e os relatórios da penitenciária relativas ao período de 1930 a 1945, disponíveis no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Este acervo constituirá a matéria-prima da análise desenvolvida.

Ao analisar as condições da produção dos documentos, percorri um caminho de significações definidas em determinado espaço e tempo que orientam o pesquisador na compreensão dos fatos. De acordo com Peter Burke (2005, p. 33), "os historiadores culturais têm de praticar a crítica das fontes, perguntar por que um dado texto ou imagem veio a existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação", e assim produzir um estudo que tenha relevância para a linha de pesquisa. A intenção de se compreender os documentos não é para pensá-los como prova de verdade, transformando a história da Penitenciária da Pedra Grande, analisada no presente trabalho, como expressão real do que foi e acontecia nas demais instituições prisionais do país, mas considerar as informações como representações das práticas prisionais nesse estabelecimento, pois, como descrito por Chartier (1990, p. 17), "as representações do

mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam". Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem as utiliza. Nesse movimento, mais do que apresentar os resultados, o estudo poderá contribuir para a reflexão sobre as práticas de leitura na instituição prisional, bem como para dar visibilidade às instituições educativas do sistema prisional, a seus estudantes e leitores privados de liberdade.

As categorias analíticas, de apropriação e representação de Chartier (1990, 2003), e as estratégias e táticas de Certeau (1998), já anunciadas, serão aqui empregadas para compreender os indícios das práticas de leitura na Penitenciária da Pedra Grande, pois correspondem às experiências dos apenados em relação aos produtos culturais presentes nas instituições educativas deste estabelecimento prisional. Efetivamente, tais práticas, por sua vez, serão compreendidas a partir dos indicadores: i) estruturação do ensino na Penitenciária da Pedra Grande; ii) estratégias desenvolvidas para a educação dos presos; iii) leitura prisional e iv) desdobramentos da experiência dos leitores privados de liberdade.

Nesta direção, estruturei o texto desta dissertação em INTRODUÇÃO, para contextualizar o tema de pesquisa, a finalidade, dos estudos aqui pretendidos, reproduzir um cenário introdutório a respeito do tempo e lugar da Penitenciária Pedra Grande e da educação prisional, além das questões metodológicas que envolvem o estudo.

A dissertação compreende, na sua sequência, a introdução e dois capítulos, assim configurados: o capítulo 1 abordará o percurso das políticas educacionais, no nível nacional e local do início do século XX para a educação de toda a população e tratará, especificamente, das instituições educativas da Penitenciária da Pedra Grande - a escola e a biblioteca -, constituídas durante o processo de industrialização do país, que necessitava de mão de obra alfabetizada, sadia e moralmente disciplinada. Ainda, e por isso ocorrer no caminho dicotômico do processo civilizatório da Era Vargas (1930-1945), nele serão abordados o entusiasmo pela escolarização e o otimismo pedagógico, os princípios da moral religiosa e do militarismo, também presentes na educação dos presos. Nesta direção, a escola e a biblioteca foram utilizadas como complemento da ação educativa dos homens privados de liberdade da Penitenciária da Pedra Grande.

O capítulo 2 será dedicado aos vestígios das práticas de leitura dos apenados da penitenciária, identificando as estratégias e táticas no cotidiano dessa instituição, e de seus sujeitos.

Para uma análise mais detalhada, foram selecionados cinco detentos leitores, que frequentavam a escola, aqui denominados Vitor, Ivan, Sérgio, Mário e Jonas. Nesse processo de seleção, foram consideradas como relevantes, para a análise aqui pretendida, algumas anotações dos agentes penitenciários sobre as vidas pregressas e na detenção dos presos, como relação das obras por eles lidas, as fichas de leitura por eles preenchidas, os pedidos de livramento de condicional produzidos pelos subdiretores, além de outros documentos que, além de comporem os prontuários desses homens privados de liberdade, também revelam indícios de suas apropriações das leituras frente à vida carcerária.

Nas Considerações Finais, sintetizo as impressões repassadas por um estudo pautado na leitura e análise de fontes documentais, com o objetivo de também apontar as descobertas e as lacunas que me pareceram relevantes e, por isso, como possíveis sugestões para futuras pesquisas nesse profícuo tema. Os conteúdos pós-textuais incluem o conjunto de Referências Bibliográficas, Bibliografia Complementar e Apêndices.

1 AS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS DA PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE EM FLORIANÓPOLIS (1931-1945)

Neste primeiro capítulo, intenta-se guiar o leitor no cenário político educacional nacional e local, que serviu de referência para a escola e a biblioteca enquanto instituições educativas, como sobre algumas das estratégias empregadas na regeneração de indivíduos não cumpridores das normas da sociedade de então.

No início da República, discutia-se, nos meios intelectuais e educacionais, a questão do ensino obrigatório. A educação, então, passou a ser encarada como um dos fatores da própria eficiência da nova ordem política, despertando a preocupação dos governos para o problema da democratização do ensino. No início do século XX, predominavam expectativas de controle e modernização social de uma população brasileira em que proliferavam "doenças, vícios, falta de vitalidade, degradação e degenerescência". Nessa época, o que se propunha como papel da educação era "dar forma ao país, transformar a população, construir uma nação disciplinada e produtiva e, por fim, regenerar e homogeneizar o povo brasileiro (CARVALHO, 1989, p. 10).

A atribuição da importância cada vez maior do tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos, ficou caracterizada como entusiasmo pela educação e pelo otimismo pedagógico que marcou os anos 1920. Para Marta Carvalho (1989, p. 33), o "entusiasmo pela educação" caracteriza-se pela importância atribuída à educação como o maior dos problemas nacionais, e de cuja solução adviria a de todos os outros e, pelo "otimismo pedagógico", que manteria a crença no poder da educação, mas não de qualquer tipo de educação. Enfatizava-se a importância de uma nova pedagogia na formação do homem republicano. No caminho do progresso civilizatório, e na crença da possibilidade de transformar a sociedade pela reforma do indivíduo, Jorge Nagle (1976, p. 99-100), em seus estudos, escreve que "a escolarização tem um papel insubstituível; é interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica" que colocaria o Brasil no caminho das grandes nações do mundo.

> [...] o sonho da República espargindo as luzes da instrução para todo o povo brasileiro e democratizando a sociedade, ou o sonho de, pela instrução, formar o cidadão cívica e moralmente, de maneira a colaborar para que o Brasil se transforme em uma Nação à altura das mais progressivas civilizações do Século (NAGLE, 1976, p. 100).

Este autor entende que a importância da escolarização deriva de necessidades políticas; assim, a disseminação da escola primária no combate ao analfabetismo proporcionaria a aquisição dos direitos políticos. Para Marta Carvalho (1989), o

analfabetismo era a marca da inaptidão para o progresso. A alfabetização da população representava o aprimoramento da raça brasileira. Dessa forma, tomada como fio condutor, a modernização da sociedade foi se engendrando por vários meios, entre eles o da educação. As correntes ideológicas e os movimentos políticos sociais da Primeira República interessavam-se em "pensar o Brasil e pensar o brasileiro", principalmente em introduzir novos padrões de pensamento que se difundiam em determinados grupos e progressivamente tendiam a atingir a esfera da ação coletiva. A transformação pensada para o país atingia tanto o nível do setor econômico, político e social, quanto o nível cultural. Neste sentido, considerava-se "a escolarização como um dos elementos do subsistema cultural"; portanto, um elemento que contribuiria para o processo civilizatório (NAGLE, 1976, p. 98-99).

Em 1924, no Rio de Janeiro, foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE). Esta funcionou como instância de disseminação de um saber sobre o social; promoveu a campanha de regeneração nacional, da imagem do brasileiro improdutivo e ignorante, uma espécie de Jeca Tatu[7], cujo recurso à escola urgia regenerar. A remodelação e reestruturação do sistema escolar era tema dos debates que se constituíram como objetivo principal da ABE, com vistas à formulação e implementação de uma política nacional preconizada como educação integral, forjada por rituais de corpos saudáveis e de mentes disciplinadas (NAGLE, 1976; CARVALHO, 1989).

Fernando de Azevedo (1971) considera como um ponto culminante no movimento de renovação educacional no Brasil a reforma consubstanciada no Decreto nº 3.281, de 23 de janeiro de 1928, no Distrito Federal, que se tornou foco mais intenso de irradiação das novas ideias e técnicas pedagógicas no país:

> Nenhuma outra, de fato, até 1930, imprimiu ao nosso sistema de educação uma direção social, tanto quanto nacionalista, mais vigorosa, nem levou mais em conta, no conjunto como nos seus detalhes, a *função social da escola*; nenhuma outra atendeu mais ao enriquecimento interno da escola e ao *alargamento de seu raio de ação*; nenhuma outra procurou articular mais estreitamente as atividades escolares com a família, com os meios profissionais interessados com a vida nacional e as necessidades e condições do mundo moderno. Atribuindo novos fins nacionais, sociais e democráticos ao sistema de educação, procedeu o reformador à renovação das técnicas e dos processos que deviam variar como instrumentos, em função dos objetivos que se propunha atingir e que atuavam sobre todo o conjunto, e se esforçou por fornecer, pela reforma, às escolas de todos os graus e tipos uma base concreta, de serviços técnicos e administrativos, para *uma educação mais eficiente e que realmente se estendesse a todos*. (AZEVEDO, 1971, p. 664, grifo nosso).

[7] Denominação depreciativa de morador da zona rural, caipira, matuto.

Fernando de Azevedo entendia essa reforma com base numa concepção democrática da existência e no respeito à pessoa humana, o que o levava a considerar uma educação universal, ao alcance de todos, referida, segundo ele, por John Dewey. Assim, a reforma de 1928 foi impulsionada e pôde repercutir em diversos estados brasileiros. Nesse contexto de renovação, a classe média urbana tornou-se mais visível na cena política. Tendia a apoiar um governo capaz transformar a República oligárquica em República liberal, capaz de respeitar os direitos individuais, do voto secreto e de realizar uma reforma social por meio da educação do povo. O processo de renovação da sociedade, a fervura intelectual, política e militar constituída com o Movimento Tenentista[8] (1922-1927), com a Semana de Arte Moderna (1922), com a literatura regionalista de Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, contribuíram para a ascensão de Getúlio Vargas a partir da Revolução de 1930 (FAUSTO, 1998. AURÉLIO, 2009). Boris Fausto aponta o contexto sociopolítico do período:

> A Revolução de 1930 não foi feita por representantes da nova classe social: a classe média ou burguesia industrial. A classe média deu lastro à Aliança Liberal, mas era por demais heterogênea e dependente das forças agrárias para que, no plano político, se formulasse um programa em seu nome (1998, p. 325).

De acordo com Skidmore (1996, p. 32), o objetivo principal da classe média era uma representação mais legítima, com o voto supervisionado e as urnas honestamente apuradas. “Se a alfabetização fosse tornada obrigatória”, significaria um “aumento de poder político para os eleitores da classe média”. Com a Revolução de 1930, o clima revolucionário era propício ao aparecimento de novas ideias e de novas lideranças. Contudo, a transformação das estruturas político-sociais foi se processando em uma sequência de acontecimentos que provocaram sucessivas intervenções militares nos estados.

Após a posse de Getúlio Vargas em 3 de novembro de 1930, um dos primeiros atos do Governo Provisório foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública no Brasil, em 14 de novembro do mesmo ano, tendo sido o mineiro Francisco Campos o primeiro a ocupar a pasta. Sua escolha se devia, assim se acreditava, ao fato de ter acumulado experiência à frente da Educação em Minas Gerais na década de 1920, e por estar em consonância com os ideais da Escola Nova, tal como os educadores Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Isto é o que parece pensar Fernando de Azevedo:

[8] Movimento político e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, com o objetivo de derrubar as oligarquias e fortalecer as instituições republicanas. (FAUSTO, 1981).

> No eminente reformador do ensino primário e normal de Minas Gerais, o Sr. Francisco Campos, um dos líderes da Revolução, encontrou o chefe do Governo Provisório, Sr. Dr. Getúlio Vargas, homem talhado pela sua inteligência e pela sua cultura, como por seu prestígio nos novos quadros políticos de Educação e Saúde Pública, de que tomou posse no dia 18 de novembro de 1930, afirmando, na sua incisiva alocução, que sanear e educar o Brasil constituía "o primeiro dever de uma revolução que se fez para libertar os brasileiros" (1971, p. 669).

Entre os anos de 1930-1931, Lourenço Filho reorganizou e desenvolveu serviços técnicos, definiu e articulou os serviços administrativos, instalou a Biblioteca Pedagógica Central, fez publicar a revista mensal Educação (Escola Nova), instituiu testes para organização das classes seletivas e impulsionou o cinema educativo. "A Reforma Lourenço Filho, em São Paulo, foi uma das iniciativas mais importantes integradas no movimento renovador da educação" (AZEVEDO, 1971, p. 668). Adotados na reforma escolar da capital do país os princípios pelos quais se orientou a nova política de educação, Lourenço Filho publicou a sua *Introdução ao estudo da Escola Nova* (1930), que, segundo Fernando de Azevedo (1971, p. 668), seria "o melhor ensaio em língua portuguesa sobre as bases biológicas e psicológicas das novas teorias de educação". Nesse movimento de reforma de costumes, de ajustamento às novas condições e valores, Lourenço Filho contribuiu para a remodelação e restruturação da escola no início do governo provisório de Getúlio Vargas.

Em 1931, a Reforma Francisco Campos, de caráter nacional, introduziu o ensino religioso facultativo nas escolas públicas. Célio Cunha (1981) entende que, no evoluir dessa história, esta seria a primeira vitória da Igreja sobre os reformadores que defendiam a escola laica. Vários decretos efetivaram a legislação educacional desta reforma, que estruturou e centralizou a administração federal os cursos superiores, o ensino secundário e o ensino comercial (ensino médio profissionalizante); já o ensino primário ou elementar e o ensino normal permaneceram na alçada dos estados. Na concepção de Luiz Antônio Cunha (1999), o Brasil mantinha um dualismo essencial em suas iniciativas educacionais, que se apoiava num modelo transplantado da Europa, onde a educação voltada ao trabalho se destinava ao povo, e a educação para a cultura, à elite. Neste entendimento, a escola primária e as escolas profissionais eram instituições para o povo e a escola secundária e as escolas superiores, instituições para a elite.

Neste ambiente de dualidade do governo Vargas, os constituintes liberais exigiam eleições imediatas; os tenentes, por outro lado, exigiam que o governo continuasse indefinidamente provisório. Dessa forma, segundo Skidmore (1996, p. 34), Vargas encorajava ambos os grupos "a pleitear suas exigências". Neste quadro, as desconfianças

e os temores se agravavam e uma nova revolução ia se legitimando. Assim, em 1932, São Paulo levantou-se em revolta armada: donas de casa, estudantes, trabalhadores e empresários iniciaram uma rebelião conhecida como Revolução Constitucionalista. Diante de um cenário desfavorável ao seu governo, Getúlio Vargas articulou-se frente às exigências dos constitucionalistas liberais, o que, posteriormente, culminou em eleições para a Assembleia Constituinte. Essas ações propiciaram mudanças no panorama educacional brasileiro, que, neste mesmo ano, foi atingido pelo Manifesto do Pioneiros da Educação Nova. O documento foi endossado por 26 importantes educadores, como Afrânio Peixoto, A. De Sampaio Dória, Anísio Spinola Teixeira, M. Bergström Lourenço Filho, Roquette-Pinto, J. G. Frota Pessoa, Júlio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mário Casasanta C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attílio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Gomes. Constituía-se num pronunciamento dos "adeptos da educação renovada no Brasil – Escola Nova" –, cujos ideais básicos podiam ser sintetizados em ensino ativo, escola leiga, obrigatória e gratuita. As novas ideias difundiram-se, favorecidas pela revolução, e suas consequências, quer pela elaboração de princípios fundamentais, quer pela nova política nacional cultural (FIORI, 1991, p. 120).

A Constituição de 1934, principal reivindicação da Revolução Constitucionalista de 1932, foi uma expressão da vida democrática e instituiu medidas de ordem educacional inovadoras. Ao governo federal caberia traçar as diretrizes da educação para todo o país, e, aos estados, a responsabilidade de organizar e manter seus sistemas educacionais em harmonia com as diretrizes gerais estabelecidas entre União e os estados. Para Cunha (1981, p. 95), "a Constituição de 1934 era um produto híbrido", já que o presidente Getúlio Vargas buscava atender às questões dos grupos liberais e dos católicos. O capítulo referente à educação e cultura contemplava, entre outros, o ensino primário integral gratuito, de frequência obrigatória, extensivo aos adultos, com liberdade de ensino em todos os graus e ramos, e o ensino religioso, facultativo. O fato é que, de certa forma, católicos e liberais foram atendidos.

A partir de 1935, o governo intensificou o processo civilizatório da educação brasileira, num quadro diverso e mais abrangente, efetivando ações de organização e restruturação de normas de acordo com a nova política nacional de reconstrução

educacional do país. Cunha (1981, p. 97) diz que os anos de 1935 a 1937 foram marcados por "intensas agitações políticas, movimentos dos operários, levantes comunistas, crescimento do integralismo e, por fim, pela campanha presidencial". A concepção de educação como problema nacional serviu para justificar uma intervenção cada vez maior do governo federal nos diferentes níveis de ensino e uma crescente centralização do aparelho educativo. Assim, escreve Horta (1994, p. 2), "o problema da educação passará a ser considerado como problema de segurança nacional". Nesses meandros, intensificou-se a proposta integradora, homogeneizadora e de controle da população

Com o crescimento demográfico e social, inúmeras iniciativas de organização do ensino movimentaram Santa Catarina. Preocupações com os métodos de ensino e a formação no magistério foram os primeiros passos para a "educação para todos" como meta de alfabetizar a população (FIORI, 1991, p. 52). Uma das mais decisivas reformas de ensino público de Santa Catarina ocorreu em 1911, efetuada durante o Governo Vidal Ramos[9] (FIORI, 1991, p. 77-79). A reorganização do ensino então efetuada seguiu as linhas básicas da instrução pública do estado de São Paulo, considerada, na época, vanguarda no campo educacional e ocorreu sob orientação do professor paulista Orestes Guimarães.[10] Sua promessa era de proporcionar aos professores da rede pública estruturas capazes de assegurar condições para a produção e o exercício de uma nova organização escolar, sintonizada com a formação do cidadão republicano, entendido, então, como aquele que respeita as leis, ama a pátria e confia no progresso social e científico (TEIVE, 2007).

Durante a época de abrangência da Reforma Orestes Guimarães (1911-1935), ocorreu um grande crescimento na rede de ensino público estadual e o governo do estado passou a assumir a liderança em ministrar a educação fundamental à população escolar catarinense. Essa reorganização, efetuada em 1911 por Orestes Guimarães, veio lançar as decisivas bases do sistema de ensino público estadual em Santa Catarina. Pode-se dizer que, de 1911 até 1938, foi marcante a influência de suas concepções nas diretrizes políticas nacionalizadoras do ensino do estado de Santa Catarina (FIORI, 1991). Assim, a expansão do ensino público estadual pôde oferecer maiores possibilidades de instrução às classes sociais menos favorecidas. O crescimento da rede de ensino público estadual estimulou, ainda, a integração social do estado. Assim escreve Otaíza Romanelli:

[9] Governador eleito para período de 1910 a 1914.
[10] Fez parte da primeira geração de normalistas republicanos, que, ao longo da primeira República, alcançou grande prestígio e autoridade intelectual.

> Assim como acontece com a cultura letrada e com a ordem econômica, a forma como se origina e evolui o poder político tem implicações para a evolução da educação escolar, uma vez que essa se organiza e se desenvolve, quer espontaneamente, quer deliberadamente, para atender aos interesses das camadas representadas na estrutura do poder (1999, p. 29).

A Reforma Sampaio Dória, implantada no estado de São Paulo em 1920, pôs em cena um programa de inclusão escolar de populações até então marginalizadas, isto é, das classes pobres, fundamentalmente comprometido com duas metas principais: erradicação do analfabetismo e difusão de um modelo escolar de educação básica capaz de promover a formação do cidadão republicano. Esta reforma fazia frente aos intentos políticos na redefinição dos termos do debate sobre política educacional que se processava no país nas décadas de 1920 e 1930, no âmbito do que se convencionou chamar de 'movimento de renovação educacional'. Nesse período, "vários educadores comprometidos com os ideais da Escola Nova efetuaram reformas educacionais em diversos estados brasileiros, objetivando implantar métodos ativos de ensino" (VIDAL, 1998, p. 89). Contudo, a questão da universalização do acesso à escola ainda constituía uma questão política a ser enfrentada (CARVALHO, 2011). Mesmo assim, o modelo de educação pública de São Paulo foi seguido por Santa Catarina até mais ou menos 1940.

No estado, buscavam-se medidas para consolidar o ensino ativo, a escola leiga, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino. Com a Reforma de Ensino Trindade (Decreto nº 713, de 5 de janeiro de 1935), o ensino foi reorganizado pelo professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade. Tal reorganização ofereceu novos contornos à administração escolar, dividindo os espaços de atuação entre diversas subdiretorias. Em torno do Departamento de Educação, estabeleceram-se intelectuais de distintas procedências: políticos regionais, educadores, profissionais, entre outros, buscando oferecer ao órgão uma roupagem científica e comprometida com os avanços da educação em Santa Catarina. Nesta reforma, destaca-se, no artigo 3°, a criação do Departamento de Educação em substituição à Diretoria de Instrução Pública. O departamento passou a ser constituído por institutos e seis subdiretorias, obedecendo à seguinte hierarquização: Instituto de Educação - voltado à formação do magistério e ao funcionalismo técnico; Subdiretoria Administrativa – encarregada do expediente, da contabilidade, do pessoal e do arquivo; Subdiretoria Técnica - responsável pelos estudos e a execução de planos, programas, métodos e processos de ensino, inspeção escolar e publicações; Subdiretoria de Saúde e Higiene Escolar – encarregada do serviço médico escolar e da assistência dentária; Subdiretoria de Educação Física, Recreação e Jogos; Subdiretoria de Bibliotecas, Museus

e Radiodifusão. A reforma considerou a necessidade de se adotar “novas normas para regerem os Institutos destinados à formação do professorado e para aplicação de novos métodos de ensino” (SANTA CATARINA, 1935, p. 161).

Com base científica, como convinha destacar, as novas didáticas eram gestadas no interior de um movimento mais amplo, nacional, de crença ilimitada nas habilidades explicativas do funcionamento da ordem, da sociedade, do indivíduo, marco das décadas de 1920 e 1930 no país. A Reforma Trindade inspirou-se nas diretrizes traçadas pelo VI Congresso de Educação, realizado na cidade de Fortaleza, e no sistema de ensino do Distrito Federal, remodelado por Fernando de Azevedo em 1928 (FIORI, 1991). Os preceitos da Pedagogia Moderna estavam em vigor nesta reforma; entretanto, para Alzemi Machado:

> A concretização destes novos métodos passava também por modificações no espaço físico escolar, ou seja, a escola deveria dispor de uma infraestrutura que abrigasse museus, laboratórios, gabinetes, bibliotecas, salas de aulas e mobiliários adequados, além de materiais didáticos que proporcionassem um ambiente estimulante e motivador. Livros e bibliotecas, entendidos como objetos da cultura material escolar, passam assim, a ter novos significados no universo escolar, servindo como instrumentos auxiliares que suscitassem a pesquisa, a reflexão e a adoção de novas práticas de leitura (2017 p. 450).

Em 1936, às portas do Estado Novo, o governador Nereu Ramos apresentou à Assembleia Legislativa o levantamento da educação popular no estado. Neste documento, comentava o desenvolvimento da educação catarinense após a reforma de 1911.Afirmava que a de 1935 só em alguns anos poderia “ apresentar resultados”, e que essa havia efetuado “um salto algum tanto brusco entre o que existia e o que passou a exigir dos alunos e os professores”. Acrescentou que “nenhuma modificação lhe quis o governo atual até agora introduzir”, à espera de a União traçar as diretrizes gerais da educação nacional, fixando-lhe, como o determinava a Constituição, “o plano compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados” (SANTA CATARINA, 1936, p. 45). Nereu Ramos buscava demonstrar que a efetivação da nova legislação educacional para uma escola moderna e renovada que preparasse o indivíduo para a vida e para o trabalho demandaria mais tempo e esforço que uma escola tradicional.

No caminhar das políticas públicas para a Educação, observamos que importantes modificações ocorriam no panorama educacional brasileiro nas décadas de 1920 e 1930. Embora as reformas ocorridas neste período tivessem como meta a universalização da escolarização e a erradicação do analfabetismo, nenhuma delas mencionava especificamente a educação no ambiente carcerário. Entretanto, acredita-se, também, que o entendimento jurídico de orientação humanitária e liberal de Getúlio Vargas e Nereu

Ramos em ‘forjar corpos e mentes saudáveis e disciplinados’, via na educação o instrumento de regeneração nacional, o que, de certa forma, influiu nas medidas para a instalação e manutenção de uma escola e uma biblioteca na Penitenciária da Pedra Grande em Florianópolis. No regimento interno desta instituição prisional de agosto de 1931, já constavam, na organização do quadro funcional, a figura de um professor, o funcionamento de uma escola e a obrigatoriedade da frequência escolar pelos condenados. Tais disposições foram mantidas ao longo dos anos pelos governos de Santa Catarina, assim como nas demais escolas do estado. Para tanto, a escola da Penitenciária da Pedra Grande também se constituiu numa das estratégias do governo para a formação do homem republicano: alfabetizado, trabalhador e disciplinado.

1.1 A ESCOLA DA PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE

Em 28 de janeiro de 1931, o interventor Ptolomeu de Assis Brasil[11] assinou o Decreto Estadual nº 55, que autorizava o funcionamento de uma escola na instituição prisional da capital do estado. Determinava seu Art. 1º: “Fica localizada na Penitenciária da Pedra Grande, nesta Capital, uma das escolas que funcionava no Grupo Escolar Archidiocesano São José”. De acordo com os estudos de Dallabrida (2003), o Grupo Escolar Arquidiocesano São José foi o resultado de uma articulação política entre o bispo diocesano e o governo estadual, pois continuava sendo uma escola católica, embora seus professores fossem pagos pelos cofres públicos. Ainda que fizesse parte de um grupo escolar católico, a escola da penitenciária seguia o programa das escolas isoladas, conforme consta do relatório do diretor Cleto Barreto de 1933.

Em 1º de agosto de 1931, foi assinado o Decreto nº 147, que versa sobre Regulamento da Penitenciária da Pedra Grande e reorganiza o regime penitenciário do estado de acordo com a Lei Estadual n. 1.547, de 1926. Este regulamento determinava o funcionamento de *uma escola*; designava a contratação de um diretor, um chefe de seção penal, um escriturário, um cozinheiro, oito guardas, um chefe da seção industrial e *um professor* (SANTA CATARINA, 1931, grifo meu). Nesta organização, observamos que a escolarização da população carcerária da capital catarinense fazia parte do projeto nacional de educação para todos, com o intuito de regenerar o homem para reintegrá-lo à vida social. José Silvério Baía Horta (1994) diz que, a partir de 1930, a educação aparece

[11] Ocupou o cargo de interventor do estado de Santa Catarina de 1930-1932.

como um dos instrumentos apropriados para melhorar a condição de vida dos brasileiros sob o ponto de vista moral, intelectual e econômico.

A educação consolidada em instituições, não era senão um dos fatores que visavam à formação do indivíduo e ao desenvolvimento das sociedades. Fernando de Azevedo (1971, p. 611) dizia que, nesse processo contínuo, "a escola, uma das agências sociais de educação das sociedades culturais, coopera não só com a família e a igreja, mas com as conferências públicas e as bibliotecas para formar o indivíduo, sujeito às mais diversas influências, ainda que episódicas, como a leitura de um grande livro", suscetível de acelerar o ritmo de desenvolvimento intelectual. Marta Carvalho (1989) afirma ter sido a escola, no imaginário republicano, signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso da nação:

> No final da década de 1910, a questão educacional sofre um deslocamento que se produz no discurso pedagógico a partir de meados da década de 1920, interpretando-o como repotilização do campo educacional, expresso num ambicioso projeto de reforma moral e intelectual (CARVALHO, 1989, p. 8).

Por esse ângulo, Nagle (1976) entende que esse entusiasmo pela educação era um momento que atribuía à educação da população os problemas sociais, econômicos e políticos a serem solucionados pela própria escola republicana. A universalização do ensino elementar criou expectativas em torno da formação integral do homem, da construção da nação, da consolidação da República e do progresso do país. Assim, desde o início do período republicano, a educação ocupou um lugar importante para o desenvolvimento do país. De acordo com Horta (1994, p. 1), a educação aparece como um dos "dispositivos tutelares para a melhoria das condições de vida do proletariado urbano e rural" e como um instrumento de integração da população de todos os cantos do país.

Em 1933, a escola da Penitenciária da Pedra Grande funcionava normalmente, de acordo com o diretor Cleto Barreto. Consta de seu relatório: "A frequência escolar é boa, pois, por ser obrigatória, nenhum sentenciado pode se furtar a frequentar a mesma". Complementava, porém: "Antes de gozar de todas a regalias da instituição prisional, o condenado deve passar pelos períodos de rigorosa observação, dependente dos resultados verificados de sua 'índole e tendências, condições físicas e psíquicas, de seu aproveitamento na meditação da culpa, no isolamento e no trabalho" (SANTA CATARINA, 1933, p. 2). Essa observação do diretor estava em conformidade com o Capítulo VII do Regime Penitenciário do Regulamento da Penitenciária de 1931, que estabelecia que, trimestralmente, deveria ser constituído o "Tribunal de Comportamento

encarregado de estudar o comportamento de cada presidiário e classificá-lo em categorias". Faziam parte desse tribunal o diretor, o chefe da seção penal e industrial, o chefe dos vigilantes e o professor. Diante deste resultado, o preso poderia ou não frequentar a escola e a biblioteca (SANTA CATARINA, 1931, p. 25-26).

O diretor Cleto Barreto, em seu relatório de 1933, registra que no ano de 1931, do total de 48 sentenciados, 23 haviam sido alfabetizados. Em 1932, do total de 63 sentenciados, 30 eram os alfabetizados. Entretanto, não faz menção aos exames e promoções ocorridos nesses períodos. O diretor encerra o relatório com a informação de que "a escola instalada neste presídio correspondeu às finalidades de sua criação, concorrendo, dessa forma, para retirar das trevas da ignorância um elevado número de indivíduos" (SANTA CATARINA, 1933, p. 13). Nessa linha de pensamento, Marta Carvalho enfatiza: "Na oposição construída por imagens de um país presente condenado e lastimado, e de um país futuro desejado, é que se constitui a importância da educação como espécie de chave mágica, que viabilizará a passagem do pesadelo para o sonho (1989, p. 55).

Em 1935, o diretor Edelvito Campelo D'Araújo escrevia, em seu relatório, que o Regime Penitenciário da Pedra Grande falhava por completo ao permitir que "condenados a trinta anos e com menos de dois anos de reclusão já gozem de vantagens obtidas em pouco tempo, enquanto que outros, apesar de velhos presidiários, são analfabetos e sem profissão como quando entraram" (SANTA CATARINA, 1935, p. 2). Neste contexto, o diretor informava que, em meio à superlotação e a poucas e acanhadas salas, a escola da penitenciária funcionava regularmente, tendo começado o ano letivo em fevereiro, com matrícula de 60 detentos, encerrando-se a matrícula com 48 em dezembro, sendo registradas 9 aprovações mediante exames. Estes exames estavam prescritos no Art. 114 do Regulamento Geral do Departamento de Educação, referente à Lei nº 967, de 22 de agosto de 1913, na qual constava: "Todos os anos, a primeiro de dezembro, começarão os exames nas escolas públicas, os quais deverão ser presididos, tanto quanto possível, pelos inspetores escolares" e, na falta destes, "a Diretoria da Instrução organizará esse plano e remeterá aos chefes escolares, para a devida execução" (SANTA CATARINA, 1913, p. 35-36).

Durante a gestão do Edelvito, o acadêmico de direito Aristeu Ruy Gouvêa Schieffler desempenhou a função de professor da escola da penitenciária de 1935 a 1940. De acordo com Nagle (1976, p.100-101), "a escolarização era tratada por homens públicos e por intelectuais que, ao mesmo tempo, eram educadores, num tempo em que

os assuntos educacionais não constituíam, ainda, uma atividade suficientemente profissionalizada". À vista disso, o diretor Edelvito informa, em seu relatório de 1936, que o professor Aristeu demonstrava grande interesse pela alfabetização e educação moral dos presos. Segundo Teive e Dallabrida (2011), a educação moral proporcionava a transmissão de saberes de conhecimentos morais, patrióticos e políticos. Essa educação contribuía para formar nos indivíduos a consciência de seus deveres de cidadãos republicanos.

Este mesmo relatório informava que o professor Aristeu Ruy Gouvêa Schieffler tinha 60 alunos matriculados na escola da penitenciária, e divididos em três classes: na primeira, 29; na segunda, 21 e, na terceira, 10. Ainda neste relatório, o diretor, apesar de não mencionar o horário de funcionamento da escola, apontava a necessidade de que as aulas fossem ministradas à noite para que os apenados não fossem obrigados a abandonar os trabalhos nas oficinas. Por conseguinte, a escola da penitenciária foi se remodelando para atender aos propósitos do trabalho na instituição prisional. De acordo com Marta Carvalho:

> A implantação de hábitos de trabalho e o cultivo da operosidade como valor cívico eram pontos essenciais da "grande reforma de costumes" referida por Lourenço Filho. Segundo ele, deveria ajustar os homens a "novas condições e valores de vida". O ajustamento dependia de uma remodelação e restruturação do aparelho escolar (1971, p. 57).

Com o aumento progressivo da população carcerária, a frequência à escola da penitenciária também cresceu. No relatório de 1938, o diretor Edelvito informava que "a instrução, um assunto de magna importância, primoroso basilar de reforma do delinquente, infelizmente bem precário, quase nulo em nossa Penitenciária" (SANTA CATARINA, 1938, p. 8). Diante deste cenário, o diretor julgava necessária a nomeação de mais um professor para que a educação intelectual e moral dos detentos fosse bem cuidada. Consta ainda do documento: "A instrução ao condenado interessa, sem dúvida, mais à sua regeneração que ao ensino em geral" (SANTA CATARINA, 1938, p. 8). Segundo ele, as reclamações e os esforços constantes pela melhoria da educação na instituição não foram solucionados a contento; logo, pedia ao governador Nereu Ramos a criação da seção educacional, subordinada à direção da penitenciária, já que a subordinação direta dessa escola ao Departamento de Educação tivera, por consequência, a não fiscalização nem por inspetor, fato este oposto ao determinado no Regulamento do Departamento de Educação.

Nesse imbricado quadro de poderes e responsabilidades da escola da Penitenciária da Pedra Grande, o diretor Edelvito informava ao governador que apenas um professor estava lecionando para quase 200 apenados e solicitava que a organização funcional da escola da penitenciária fosse composta de um professor chefe, preferencialmente um acadêmico de Direito, pela sua especialização; dois professores normalistas auxiliares e um professor de Educação Física. A escola da penitenciária, ainda que sob reclamações de Edelvito, funcionou regularmente durante o ano de 1938, segundo relatório do próprio diretor. No entanto, as atividades escolares, os exames e as promoções deste ano não constam em seu relatório. Assim, em 3 de fevereiro de 1940, o governador Nereu Ramos baixou o Decreto nº 880, em que determinava a criação de duas escolas primárias na penitenciária do estado, subordinadas à direção daquele estabelecimento. Naquele ano, contudo, não há registro, por parte do diretor do funcionamento, de mais de uma escola na instituição (SANTA CATARINA, 1940).

Após a saída do professor Aristeu Schieffler, em 1940, a escola da penitenciária teve uma grande rotatividade de professores; alguns deixavam o cargo em meio ao ano letivo. Apesar de o diretor Edelvito preferir acadêmicos de Direito para ocupar esse cargo, o memorando nº 345, de 2 de junho de 1943, do subdiretor Rubens Ramos, informava que, "achando-se vago um cargo de professor desta Penitenciária, e sendo de capital importância não haja solução de continuidade no ano letivo", solicitava providência da direção da instituição no sentido de ser preenchida essa vaga. Isto explica o envio, por parte do diretor Edelvito, de um comunicado ao secretário da Justiça, Educação e Saúde, solicitando a nomeação do ginasiano Hamilton Abade Valente Ferreira[12], que já exercia a função de professor da escola da penitenciária, mas sem a devida nomeação, uma vez que este ainda iria completar 18 anos em 13 de agosto de 1943. Nessa sinuosidade em que se encontrava o ano escolar, a direção não se furtava em manter o funcionamento da escola, ainda que sob a regência de um menor de idade (SANTA CATARINA, 1943).

[12] Hamilton Abade Valente Ferreira, na década de 1940, juntamente com um grupo de jovens, fundou a "Revista Sul", que era distribuída a intelectuais e escritores de todo o Brasil. Graduou-se em Direito; ocupou o cargo de primeiro secretário na Câmara de Vereadores (1947-1949). Ocupou o cargo público de procurador de Autarquia em 1959. Em 1999, recebeu (*in memoriam*) a medalha do Mérito do Município de Florianópolis.

Figura 2 - Escola da Penitenciária da Pedra Grande (Década 1940)

Fonte: Arquivo Público de Santa Catarina/Registro F5031.

Após a reforma, a escola funcionava em uma ampla sala, com os mobiliários comuns às demais escolas do estado de Santa Catarina no período. A fotografia (Figura 1), da década de 1940, registra a sala de aula da escola da penitenciária. A aparente organização e asseio do local apresenta uma escola condizente com o ideário higienista do período: janelas que proporcionavam a iluminação natural e a circulação do ar; carteiras duplas em madeira, que condicionavam movimentos e posturas; quadro negro ao alcance dos olhos; um cavalete com papel que, entre outras coisas, podia conter a ordem do dia; um armário de madeira, com portas de vidro, que supostamente acondicionava o material escolar; uma mesa forrada com toalha e ornada com um vaso de flores, que remetia à leveza do ambiente; na parede, um quadro de uma possível personalidade política da época, que tanto poderia ser um indicativo de patriotismo quanto um mapa que muito provavelmente os instruía a respeito do conhecimento geográfico do estado ou do país.

A materialidade da escola, segundo Wiara Alcântara e Diana Vidal (2018, p. 243), não oferecia "apenas pistas dos modelos e práticas pedagógicas, dos usos dos espaços e tempos escolares...", como podia "indicar a projeção de conceitos e ideias, sendo tomados os objetos como produtos da cultura". Ou, em outras palavras, a função social dos objetos se estabelecia na relação com o corpo, representando um conjunto normativo com que se

pretendia conferir homogeneidade e previsibilidade às condutas corporais. Para Alcântara e Vidal:

> Os procedimentos prescritos aos sujeitos que chegam à escola para fixar-lhes uma identidade de aluno, de sujeito escolarizado, são mutáveis no tempo e no espaço. Uma variante das prescrições diz respeito aos modelos pedagógicos, os quais definem uma concepção de professor, de aluno, de escola, de organização do espaço da sala de aula, de uso e distribuição do tempo escolar (2018, p. 249).

As carteiras duplas utilizadas nesta instituição eram as mesmas utilizadas ou prescritas em outras escolas do estado de Santa Catarina. Algumas delas eram fabricadas na oficina de marcenaria da própria penitenciária. Vera Lúcia Gaspar da Silva *et al.* (2012, p. 170-171) destacam que "bancos e cadeiras ordenavam espaços e sujeitos dentro de um universo delimitado. Na escola, mesa e cadeira encontraram força singular que as transformaram em objetos com atuação direta na higiene do corpo, na disciplina, no conforto e na aprendizagem". A pretensão dos movimentos médicos-higienistas e pedagógicos em relação às carteiras era que os alunos aprendessem a sentar pensando em cada gesto, e que tais condutas fossem devidamente incorporadas por eles. Embora o mobiliário escolar se configurasse em uma possível estratégia de homogeneização e continuidade na conduta do corpo, a interação de cada sujeito com os objetos podia resultar em atitudes corporais diversificadas, que podiam escapar à previsibilidade dos modelos.

Alcântara e Vidal (2018, p. 244-246) destacam que "a carteira escolar é um dispositivo pedagógico que participa do processo de subjetivação discente, cria condutas corporais dentro e fora da sala de aula". Continuando, escrevem as autoras: "Os sujeitos atuam no mundo e constroem a si mesmos; "no âmbito da escola, a materialidade participa dos processos de subjetivação discente, na formação de concepção de escola, de disciplina, de comportamento social esperado e de ensino aprendizagem a ser elaborado pelo aluno". Assim sendo, a escola da penitenciária, tanto quanto as demais escolas estaduais do período, foi concebida para atuar na difusão dos preceitos higienistas e disciplinares, de forma a conformar os alunos aos modos de viver considerados saudáveis e civilizados. Todavia, não sendo os corpos homogêneos e estáticos, principalmente em se tratando de um mobiliário escolar utilizado por homens adultos, a carteira escolar, segundo Alcântara e Vidal (2018, p. 247), "deveria ser fabricada com dimensões que permitissem a criação de um *habitus* corporal compatível com os preceitos da higiene e da ergonomia".

No relatório de 1940, do diretor Edelvito Campelo D'Araújo, não constam os detalhes sobre o funcionamento da escola da penitenciária; entretanto, constam diversos gráficos, entre eles um intitulado "o crime e a instrução". Diante dessa informação, foi possível verificar que 61% dos crimes haviam sido cometidos por homens declarados alfabetizados. No entanto, na análise dos documentos reunidos nos prontuários de 1931 a 1945, foi constatado que a maioria dos presos estava identificada com alfabetização deficiente, e que muitos deles apenas sabiam escrever seus nomes. Este fato levanta dúvida sobre a compreensão da relação entre instrução e crime, o que leva a observar que o maior índice de criminalidade estava relacionado aos que possuíam pouca ou nenhuma instrução. Neste relatório também consta que o total de apenados na instituição, naquele ano, era de 288, dos quais 177 alfabetizados e 111, na categoria de analfabetos. Ao longo da pesquisa, os relatórios apresentam alguns possíveis critérios para que os presos permanecessem na escuridão do conhecimento. Tais critérios distinguiam os presos de mau comportamento, os de idade avançada e os portadores de problemas de saúde (SANTA CATARINA, 1940).

No contexto da construção do conhecimento determinado pelas políticas educacionais do período, a escola da Penitenciária da Pedra Grande foi uma das possíveis estratégias para a regeneração do indivíduo por meio da educação do corpo, da mente e do espírito. No que se refere ao corpo, as preocupações estavam direcionadas à constituição de uma população saudável, que conservasse hábitos de higiene, boa alimentação e horários regulados. No que diz respeito à mente, a educação cívica e as leituras, baseadas nos modos de bem viver, visavam a regular o comportamento do corpo e disciplinar o pensamento. Quanto à educação do espírito, a educação moral e religiosa buscava defender a conservação e a defesa dos valores da pátria, da moral cristã e da família. Assim, a política de nacionalização do ensino, em causa cívica de redenção, em certa medida, esperava da população carcerária a sua regeneração à luz da educação integral do homem.

1.1.1 **Ensino de leitura, escrita e caligrafia**

Os conteúdos do ensino do período do governo de Getúlio Vargas se expressavam em saber ler, escrever e contar, para ingressar no trabalho urbano-industrial; porém, além da finalidade de formação para o trabalho, esses conteúdos também estavam vinculados à formação moral e cívica, para a qual o ler e o escrever desempenhavam um papel importante na inculcação dos valores disciplinadores e moralizadores da nação que se

queria formar. Os estudos de Chartier (1990) apontam a maneira como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade cultural se construía, sempre de acordo com os interesses sociais, as imposições e resistências políticas, as motivações e necessidades de um determinado momento do mundo humano. Neste sentido, o ensino da leitura e escrita, enquanto produções culturais, agregam as características e as formas de fazer da época às quais estão circunscritas.

Na perspectiva de educação para toda a população brasileira difundida no governo de Vargas, os indivíduos em situação de privação de liberdade da Penitenciária da Pedra Grande passaram a frequentar a escola do presídio, a qual, segundo o diretor Cleto Barreto, funcionava em um amplo salão, a cargo de um professor nomeado pelo governador do estado de Santa Catarina - neste caso, não era um/a normalista, comum às escolas do estado, mas um acadêmico de Direito, indicado pela direção da instituição. Ainda de acordo com o diretor, o programa de ensino era o mesmo das demais escolas isoladas,[13] mantidas pelo estado, com duração de três anos, sob a regência de um professor e obedecia ao programa determinado pelo Regulamento de Instrução Pública do estado catarinense (SANTA CATARINA, 1933).

Ainda segundo esse mesmo regulamento, programas, exames, notas mensais, classificação de alunos e promoções das escolas isoladas manteriam o critério adotado nos grupos escolares, nos quais se atribuía ao inspetor escolar de cada distrito o plano dos trabalhos de exames, e respectivos julgamentos, que deveriam ser remetidos à Diretoria de Instrução. (SANTA CATARINA, 1914)

O programa das escolas isoladas consistia no ensino de linguagem (formar sentenças sobre coisas que usam, ouvem, veem, etc.), leitura (livro de leitura), caligrafia (arte de escrever), aritmética, geografia, história e educação cívica. Nas palavras de André Chervel (1990, p. 192-193), "ensinar (*enseigner*) é, etimologicamente, fazer conhecer pelos sinais. É fazer com que a disciplina se transforme, no ato pedagógico, em um conjunto significante que terá como valor representá-la, e, por função, torná-la assimilável". Este ensino revestiu particular importância durante o Governo Vargas, pois articulavam os conhecimentos à possibilidade de transmitir aos cidadãos os valores republicanos.

[13] As escolas isoladas eram constituídas por um ou mais grupos de alunos de diferentes idades e graus de conhecimento, sob a responsabilidade de um/a professor/a (FIORI, 1991). É a escola típica dos núcleos de pequena densidade populacional (LOURENÇO FILHO, 1940).

O programa de leitura do segundo e terceiro ano das escolas isoladas consistia em leituras diárias de textos ou livros de leitura adotados pela instituição. O programa de caligrafia dizia que o aluno devia começar a escrever desde o primeiro dia de aula, começando por escrever na lousa, depois com lápis de madeira e só depois com pena e tinta no caderno. Nos documentos analisados nesta pesquisa, não foram encontrados registros do uso de livros de leitura nessa escola, mas apontam a leitura e a caligrafia como componentes importantes na educação dos sentenciados. Alguns prontuários possuem relatórios de Livramento de Condicional,[14] redigidos por subdiretores; uns, destacavam, entre as qualidades dos detentos, o gosto pela leitura e caligrafia. Tais habilidades também eram motivo para que o preso recebesse uma portaria de elogio pelo aproveitamento dos estudos e sua dedicação a eles.

De acordo com os estudos de Teive e Dallabrida (2011, p. 99) sobre os grupos escolares catarinenses, a inclusão da caligrafia no programa de ensino destes grupos buscava conciliar a boa e a bela escrita, tendo em vista as exigências do universo do trabalho urbano:

> No programa do terceiro e quarto ano, ao lado da busca de uma escrita eficiente, é também privilegiada a questão estética, ou seja, a beleza da escrita, mediante a inclusão do aprendizado da letra gótica, caracterizada por sua excessiva ornamentação, e a letra *ronde*, ou redonda, mais legível que a gótica, devido à sua forma menos enfeitada e mais arredondada, mais rápida [...] (2011, p. 99).

Por meio do ensino dos rudimentos da leitura, da escrita e dos cálculos é que se configuravam as orientações morais do projeto republicano de civilizar o povo. A escola, aos olhos da época, visava a erradicar a ignorância que se espalhava por todo o país. Para Foucault (1997, p. 149), a caligrafia é uma das operações da disciplina que transformam pessoas confusas, inúteis ou perigosas em indivíduos organizados: um corpo bem disciplinado, forma o contexto de realização do mínimo gesto. Uma boa caligrafia, por exemplo, supõe uma ginástica, uma rotina cujo rigoroso código abrange o corpo por inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador.

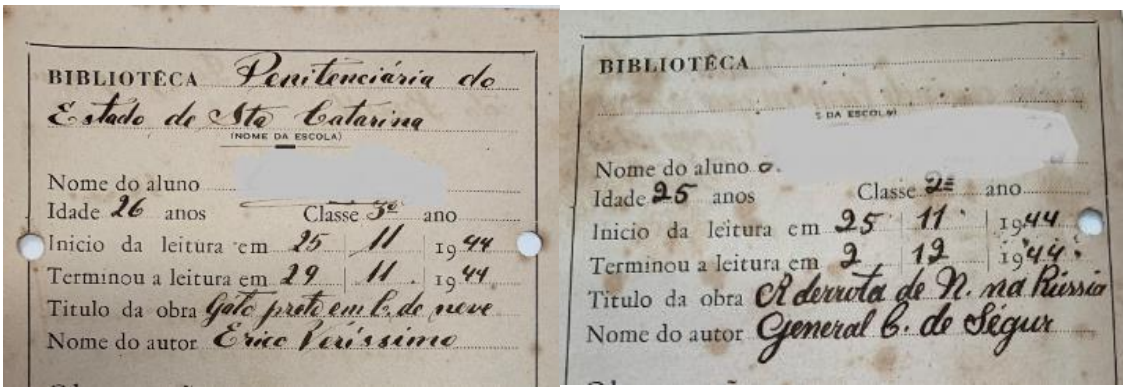
Neste período, a maioria dos indivíduos em situação de privação de liberdade da Penitenciária da Pedra Grande estava sendo preparada para, possivelmente, se reintegrar à sociedade industrial que se formava no país. Para tanto, ao iniciar o cumprimento da pena, os sentenciados eram avaliados quanto à sua profissão e a seu grau de instrução escolar e, posteriormente, eram alocados nas oficinas de trabalho e matriculados na escola

[14] Documento administrativo informativo sobre a vida penitenciária do detento. Alguns agentes adicionam suas percepções particulares sobre o sentenciado na conclusão do escrito.

da instituição. Os documentos mostram que a maioria dos presos que frequentavam a escola era identificada pelo quanto sabiam “ler e escrever”; entretanto, encontramos em algumas anotações, a informação “instrução primária deficiente”, ou de que o preso “possuía rudimentares conhecimentos de leitura e escrita” e, consequentemente, deveria retomar os estudos; em alguns casos, cursar novamente a primeira série (SANTA CATARINA, 1944).

Alguns agentes penitenciários - subdiretores e chefes de seção – redigiam documentos em que elogiavam a dedicação ao trabalho, aos estudos e à leitura desses presos. Com o tempo destinado à prática da leitura e da escrita, alguns apenados desenvolveram uma bela letra, também elogiada em alguns documentos. Na figura 2 (Fig. 2), apresentamos duas fichas de leitura preenchidas por estudantes dessa escola prisional no ano de 1944 (SANTA CATARINA, 1944).

Figura 3 - Fichas de leitura da biblioteca da Penitenciária da Pedra Grande (1944)



Fonte: Acervo IDCH – Prontuário 905 e 912 de 1943.

A imagem das fichas de leitura apresenta dois perfis de estudantes leitores privados de liberdade, um de 26 anos, que cursava a terceira série e outro, de 25 anos, da segunda série da escola da penitenciária. Ambos chamaram a atenção neste levantamento por possuírem distintas e belas letras cursivas, escritas com pena mergulhada em tinta, demonstrando uma habilidade diferenciada dos demais leitores detentos analisados nesta dissertação. Suas práticas de leitura serão objeto de estudo no capítulo dois deste trabalho, o que nos permitirá conhecer suas histórias e trajetórias dentro desse presídio.

De forma geral, a leitura e a escrita são naturalmente auxiliares mútuos e requerem um tratamento pedagógico para que os alunos as adquiram “em pedaços que eles assimilam um após o outro” (CHERVEL, 1990, p. 193), como um fio único em que as ideias ganham formas como uma arte gravada no papel e no sentimento. Por meio desse

exercício, a comunicação vai sendo facilitada e o pensamento vai sendo propagado. Assim sendo, as práticas pedagógicas objetivam atingir as finalidades propostas pelo professor, pela instituição e/ou pela política educacional da época.

1.1.2 **A educação para o espírito**

Nas décadas de 1920 e 1930, no calor da campanha de regeneração nacional, de transformações econômicas e expansão das atividades industriais, o controle das ideias pedagógicas era alvo da disputa entre os pioneiros da Educação Nova e a Igreja. Os primeiros, com os ideais de uma educação científica e laica; os segundos, com sua concepção de uma educação doutrinária guiada pela lei de Deus, pela moral cristã. A Igreja, que até então estava voltada prioritariamente para a formação das elites e dos filhos das classes dominantes por meio da implantação de uma rede de estabelecimentos de ensino médio em todo país, foi percebendo sua ausência no ensino primário das escolas públicas. Por isso, de algum modo precisava tornar ativa sua presença junto à população pobre, pois assim, observa Horta (1994 p. 99), "ao lutar pela introdução do ensino religioso nas escolas públicas, a Igreja estava lutando para garantir a sua influência sobre as classes populares urbanas".

Os princípios defendidos pela Escola Nova eram vistos com desconfiança pelo grupo católico. Com a Encíclica *Divini Illis Magistri*,[15] em 1929, publicada no tempo em que o movimento escolanovista no Brasil vivia sua boa fase com as reformas de Fernando de Azevedo no Distrito Federal, e Mário Casassanta em Minas Gerais, entendida por Célio da Cunha (1981) como uma luta entre os liberais e a Igreja pelo domínio da educação nacional, a encíclica de Pio XI estabelecia "os direitos da Igreja na obra educativa, direito esse anterior ao do Estado" (CUNHA, 1981, p. 85). Neste sentido, a instituição defendia que, na verdade, a educação afetava essencialmente a formação do homem no sentido de como ele deve ser e se portar na vida, e que não seria possível dar verdadeira educação senão a cristã. Dessa forma, segundo o mesmo autor, a encíclica defendia os direitos da Igreja, e não os dos educandos.

Nos anos 1930, os discursos do presidente Getúlio Vargas espelhavam como deveria ser visto o homem brasileiro: "um material precioso, capaz de amoldar-se a um tipo ideal forte de corpo e de espírito, dinâmico pela força do braço e dominador pela penetração da inteligência". Para atingir esse objetivo, fazia-se necessário, "a par da

[15] Carta encíclica publicada pelo Papa Pio XI, em 31 de dezembro de 1929, sobre a educação cristã.

educação, de assistência e de trabalho, uma diretriz moral que o eleve sobre as preocupações exclusivamente materiais da vida". Nesse imaginário em causa cívica, o papel da educação foi redimensionado para o de regeneração social e espiritual do brasileiro, o que, nas palavras de Getúlio, significava "a conservação e defesa dos mais altos valores espirituais de um povo em que repousam as garantias mais seguras da sua estrutura social". Assim, o sentimento de religião e de pátria se assentavam sobre a população (BRASIL, 1936).

Na realidade, existia uma dualidade no cenário político brasileiro no governo de Vargas, que ora valorizava a cientificidade e o progresso da nação, ora recuperava os valores ligados à religião e à família pela educação moral e cívica. Para Horta (1994), o que estava em jogo na década de 1930 era muito mais que uma questão de princípios; pode-se dizer que surgia, em âmbito nacional, o preceito de que, pela reconstrução educacional, se efetivaria a reconstrução social. Neste caminhar, o ensino da moral religiosa aparece como uma dimensão ética para formar homens cumpridores fiéis de todos os seus deveres destinados a atingir a perfeição de sua natureza, assim como construir um Brasil-nação. Para tanto, em 1930, o ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, promulgava um decreto que introduzia o ensino religioso nos estabelecimentos de ensino primário, secundário e normal de todo o país. Ao destacar a dimensão ética e moralizadora desse decreto, Francisco Campos situava-se na perspectiva de Getúlio Vargas, que, "desde o momento de sua posse como Chefe do Governo Provisório, vinha insistindo sobre o caráter moralizador da revolução de 1930". Assim, segundo o ministro da Educação e Saúde, a Igreja católica era uma destas forças moralizadoras do país (HORTA, 1994, p. 101).

Para que tal ensino fosse ministrado em um estabelecimento oficial, era necessário que pelo menos vinte alunos se dispusessem a recebê-lo. Segundo Horta (1994), o predomínio de católicos na população do país tornava muito difícil o ensino de outro credo. Desta forma, na prática, o ensino religioso equivalia ao ensino da religião católica. A educação moral, segundo Francisco Campos, não poderia ser neutra ou leiga e, pelo fato de a maioria professar a fé católica, esta deveria legitimar sua autoridade frente à educação nacional.

Em Santa Catarina, o ensino religioso não constava nos programas oficiais de ensino; mas, no Grupo Escolar Arquidiocesano São José, era ministrado regularmente em todas as classes. Em 1931, a escola da Penitenciária da Pedra Grande passou a fazer parte deste grupo escolar. Segundo Dallabrida:

> O Grupo Escolar Arquidiocesano São José contribuiu para produzir as classes populares urbanas de Florianópolis nos moldes sociais. A sua cultura escolar era articulada para produzir sujeitos disciplinados, trabalhadores, obedientes, patrióticos e católicos para a sociedade capitalista e disciplinar que se afirmava, sobremaneira com os estímulos do Estado e da Igreja Católica" (2003, p. 307).

As aulas da escola da penitenciária seguiam o programa oficial e eram ministradas por um professor acadêmico de Direito, remunerado pelo estado. De acordo com o diretor Cleto Barreto, a educação moral e religiosa – "segundo os ensinamentos das melhores penitenciárias, a educação moral e religiosa dos sentenciados deve ser iniciada logo à sua entrada no presídio para lhe facilitar a regeneração". Por isso, essa diretoria providenciou para que os sentenciados fossem assistidos por ministros dos cultos católicos e protestantes. "Quanto à educação moral, esta lhes é ministrada por meio de conferências e palestras, das quais se encarregam os senhores membros do Conselho Penitenciário do Estado, o diretor do estabelecimento e outras pessoas que, espontaneamente, se prestem à tão altruístico mister" (SANTA CATARINA, 1933, p. 13).

Embora o relatório de 1933 do diretor Cleto Barreto não apresente a quantidade de presos que professavam a fé católica, a protestante ou outras, parece que a educação moral e religiosa da escola da penitenciária não estava totalmente nas mãos da Igreja católica, uma vez que, nas palavras do diretor, a assistência podia ser dada por representantes da fé protestante. Neste contexto, os projetos religiosos se desenvolviam como instrumento de moralização e disciplinamento necessários à integração social, imprimindo os ideais de ordem, de cidadão republicano e de bom cristão. A biblioteca da penitenciária era um dos instrumentos de disseminação da moral religiosa, pois, independente do uso nas aulas facultativas de ensino religioso, as obras de moral cristã ficavam à disposição dos presos e figuravam entre as estratégias da prisão como forma de inculcar valores de moral religiosa na população carcerária.

Nesta lógica, em 9 de agosto de 1935, o governador Nereu Ramos baixou o Decreto nº 64, com que regulava o ensino religioso nos estabelecimentos de ensino público do estado, e afirmava ser "imprescindível a religião na formação moral do homem" e considerava "a escola leiga como incompatível com o sentimento cristão do nosso povo", disposição com que respeitava o Art. 153 da Constituição Federal de 1934, que prescrevia que o ensino religioso fosse de frequência facultativa e de acordo com a confissão religiosa do aluno (SANTA CATARINA, 1935).

Diante da força política da Igreja católica, a escola da Penitenciária da Pedra Grande operava de acordo com as estratégias da direção do estabelecimento prisional. A preocupação com a regeneração moral do preso era consoante o princípio cristão; no entanto, não se limitava à doutrina de uma só religião. Neste sentido, a educação moral

dos detentos estava a cargo de quem pudesse melhor os instruir com ensinamentos e sentimentos de um homem trabalhador, disciplinado e temente a Deus. A educação para a pátria parecia ser a finalidade de toda escola: produzir o novo homem que se reintegraria à sociedade de um Brasil-nação. Talvez pouco se preocupassem com o ensino de Matemática e/ou de História, desde que a disciplina, a obediência e a ordem social fossem garantidas.

1.1.3 **A disciplina do corpo**

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), perdurou o imperativo do saneamento social como um problema de saúde pública e sua relação estreita com a educação da população. Em discurso pronunciado em banquete oferecido pelas forças armadas, Vargas exaltava o papel dos militares nas grandes causas nacionais, como a garantia da ordem pública e o fortalecimento da nação. Na mesma oportunidade, defendia a política trabalhista instituída em seu governo, pois "assegura a transformação do capital humano como máquina, aperfeiçoando-o para produzir mais e melhor; restitui ao elemento homem a saúde do corpo e a consciência da sua valia, pelo saneamento e pela educação, e restabelece, finalmente, o pleno gozo das liberdades públicas e privadas, sob a égide da lei" (BRASIL, 1931). Neste período, a Educação Física começava a ganhar destaque perante os objetivos do governo em ter uma população saudável para o trabalho.

O Decreto nº 24.794, de 14 de julho de 1934, criava, no Ministério da Educação e Saúde, uma 'Inspetoria Geral do Ensino Emendativo', encarregada, entre outras coisas, de se ocupar das questões relacionadas com a educação física. Nesta ocasião, o ensino da disciplina se estendeu a todos os estabelecimentos dependentes do Ministério da Educação e Saúde, ao qual competia definir os objetivos e os meios a serem empregados neste ensino com base no Regulamento de Educação Física do Ministério da Guerra, que previa um acordo entre o Ministério da Educação e os Ministérios da Guerra e da Marinha para a contratação de militares formados em Educação Física como professores desta disciplina nos estabelecimentos de ensino oficiais e fiscalizados. Este decreto previa, também, a criação de uma escola normal de Educação Física e determinava a instalação de um curso provisório da matéria para professores sob orientação da Escola de Educação Física do Exército. Essa inspetoria deixaria de ter existência legal a partir da reforma do Ministério da Educação e Saúde em 1937 (HORTA, 1994).

Assim, a Educação Física passou a constar na Constituição outorgada em 1937, que traz, em seu Art. 131: "A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência". Horta (1994) informa que, já na ocasião em que Getúlio Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório, anunciava como uma das ações previstas no seu "Programa de Reconstrução Nacional" a criação do Ministério da Educação e Saúde, atribuindo a este o trabalho do saneamento moral e físico da sociedade.

Numa perspectiva eugênica, higienista e militarista do período que compreendeu a Era Vargas, o exercício físico deveria ser utilizado para a aquisição e manutenção da higiene física e moral, preparando os indivíduos fisicamente para o combate militar. Essa educação, que antes cabia ao quartel apenas como forma de forjar um soldado, se ramificou para a escola como meio de desenvolver os hábitos saudáveis e de patriotismo da população. Horta (1994, p. 20) diz que, para cumprir a função educativa, "as Forças Armadas deverão ser fortes e disciplinadas, o que supõe um governo forte e um povo disciplinado"; logo, não poderia existir um "Exército disciplinado dentro de uma nação indisciplinada". Dentro desta lógica, a ação política assegurava seu projeto ideológico de uma educação disciplinadora das massas a ser utilizada como elemento importante, pois produzia indivíduos fortes e saudáveis, requisito indispensável para o desenvolvimento do país, com um povo trabalhador e defensor da nação.

A escola da Penitenciária da Pedra Grande fazia parte desse projeto ideológico nacional de transformar degenerados e doentes em indivíduos produtivos, obedientes e sadios. Para Foucault (1997, p. 149), "no bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil". Esse ideário da Escola Penal Positiva, presente no governo de Vargas, também fazia parte do cotidiano dessa penitenciária na figura do diretor Edelvito, que se interessava em estudar, no apenado, seus aspectos físicos e intelectuais. Ele entendia que o aspecto sadio da população carcerária decorria do proveito dos exercícios físicos. Acreditava que a harmonização dessa instituição prisional estava no trabalho, na instrução intelectual, moral e religiosa e na educação física. A ligação entre educação e saúde traduzia-se numa "ênfase cada vez maior na educação física, inicialmente voltada para o desenvolvimento físico individual e logo relacionada com o fortalecimento da raça" (HORTA, 199, p. 2).

Em Santa Catarina, a Reforma Trindade, de 1935, imbuída do princípio de educação integral, criou ainda, um ano depois, uma subdiretoria de educação física,

recreação e jogos, integrada à estrutura do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina. Após dois anos em incipiente funcionamento, uma tentativa de dar àquela estrutura o fôlego que o tópico da educação dos corpos carecia nos projetos estatais, a subdiretoria foi reformada, fazendo surgir a Inspetoria de Educação Física do estado, por meio do Decreto-lei n° 125, de 18 de junho de 1938. A recém-criada inspetoria significava, todavia, um órgão quase autônomo de regulação e normatização das ações no campo da Educação Física. A legitimidade de um conhecimento específico sobre a área configurava a nova inspetoria e era a ela que o estado conferia total responsabilidade pela organização de um programa de exercícios físicos para os estabelecimentos de ensino (BOMBASSARO, 2010).

Nas palavras de Lourenço Filho (1937, p. 111), a educação deveria estar a serviço da segurança nacional: “Pode-se afirmar que toda política de educação e a técnica posta a seu serviço deverão estar em perfeita consonância com a política e a técnica da segurança da Nação”. Declarava, ainda, que havia “perfeita identidade de vistas entre os titulares da Guerra e da Educação”. Para Castro (1981), embora Lourenço Filho defendesse a tese de uma educação para a segurança nacional, ele estabelecia uma distinção entre ação militar e ação pedagógica. No entanto, Castro encontra um ponto de divergência na declaração de Lourenço Filho ao reconhecer que o sentido que norteia ambas as ações fossem de mesma inspiração para atingir os resultados em prol da nação.

Neste cenário, a instrução física dos apenados da Penitenciária da Pedra Grande foi instituída em 26 de abril de 1938, sob a direção do 2º sargento do Exército, Osvaldo Marques, posto à disposição da penitenciária pelo comandante do 14º Batalhão Central. De acordo com as normas e diretrizes do Centro de Educação Física do Exército, os exercícios físicos deveriam ser realizados diariamente, com duração de 30 a 45 minutos; no entanto, a legislação educacional do período não estabelecia bases para essa atividade. Nesta instituição prisional, a Educação física consistia em atividades físicas duas vezes por semana, em horários diurnos pré-definidos, desde que não atrapalhassem o trabalho dos presos nas oficinas da instituição (SANTA CATARINA, 1938).

O papel educativo da escola da Penitenciária da Pedra Grande estava fortemente relacionado ao tripé educativo: mente, corpo e espírito. Para a mente, as leituras edificantes; para o espírito, a filosofia cristã; para o corpo, o exercício físico. Todas essas questões, abordadas na escolarização da população carcerária, também eram pertinentes à educação de toda a população. Em discurso no Rio de Janeiro, em 1º de maio de 1941, Getúlio Vargas afirmava a importância de:

> enfrentar, corajosamente, sérios problemas de melhoria das nossas populações, para que o conforto, a educação e a higiene não sejam privilégio de regiões ou de zonas. Os benefícios que conquistastes devem ser ampliados aos operários rurais, aos que, insulados nos sertões, vivem distante das vantagens da civilização. Mesmo porque, se o não fizermos, correremos o risco de assistir ao êxodo dos campos e ao superpovoamento das cidades – desequilíbrio de consequências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha de valorização integral do homem brasileiro, para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva (BRASIL, 1941).

Em seu discurso, Vargas manifestava a intenção de industrializar o país. Como apresentava um contingente populacional bastante heterogêneo, esse contingente precisava ser organizado. Ora, o meio para isso seria a educação, que o faria pela adoção do higienismo como política de saúde pública, com base no saneamento básico e na mudança de hábitos de higiene pessoal. Em particular, via na Educação Física um papel fundamental em todo esse processo, no de moldar uma raça brasileira mais forte, saudável, disciplinada e apta para o trabalho e o militarismo.

Esse ideário foi sendo introduzido nas escolas do estado de Santa Catarina ao longo das décadas de 1930 e 1940. Na teoria do processo de civilização de Elias (1994 v. 2), o desenvolvimento conjunto do aparelho psíquico e das cadeias de relações formadas pelos indivíduos na sociedade encontram-se entrelaçadas, apreendidas em cada tempo histórico e meio social. Nesse ponto de vista, a escola tem a importância de cristalizar os processos sociais em curso, difundindo a prescrição de modos de comportamento, a adoção de maneiras de conduzir a vida e a sedimentação de costumes para a boa educação.

1.2 A BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE

A biblioteca pública brasileira tem uma de suas origens nos ideais de brasileiros letrados do período republicano, interessados em levar a cultura à população alfabetizada, àqueles que exerciam atividades ligadas à vida religiosa, ao ensino ou à burocracia do Estado.

Segundo Zita Catarina Oliveira (1994, p. 21), “embora seus criadores pretendessem usar a biblioteca como instrumento para promover a instrução popular, o seu público restringia-se aos leitores que dominassem um segundo idioma, fosse o francês ou o inglês”, pois o acervo da Biblioteca Pública, em sua maioria, estava escrito em francês, considerada a segunda língua do homem culto em Portugal e no Brasil. Para Luiz Milanesi (1986, p. 74), os letrados da elite da sociedade brasileira desejavam promover a leitura instrutiva, o cultivo da instrução como forma de “aprimoramento do espírito”:

> Ao contrário do faminto, o iletrado não pode clamar por literatura porque desconhece e, ao ignorar, não precisa. Os esforços mais visíveis para a construção de um modelo de biblioteca partiram de grupos diferenciados e que representavam a busca pela modernização reflexa. Para o geral da população, como desde o Segundo Império, procurava-se construir uma biblioteca que fosse uma possibilidade de restauração humanística da sociedade através do eruditismo e das filosofias regeneradoras (MILANESI, 1986, p. 74).

O Brasil passou por modificações com o crescimento da sociedade urbano-industrial; consequentemente, o país passou a necessitar de pessoas letradas para desempenhar as novas atividades laborais nas áreas da administração pública, de serviços e das indústrias. Com o tempo, o objetivo da biblioteca foi sendo ressignificado, pois esse ambiente passou a ser considerado um espaço de aprendizado, proporcionando um tipo de acordo cultural, colaborando, deste modo, no processo de escolarização pela leitura. A biblioteca, portanto, tornou-se necessária quando a população passou a perceber o valor da leitura para a sua formação profissional e para sua educação (OLIVEIRA, 1994). Neste contexto de ampliação da sociedade urbana, entre os anos de 1890 e 1930, foram criadas 27 bibliotecas públicas nos estados e municípios, em sua maioria na Região Sudeste, onde ocorria o maior desenvolvimento econômico e industrial. Criadas por grupos sociais com interesses comuns, religiosos, associações profissionais, sindicatos, estas "bibliotecas populares representavam uma forma de apropriação de determinados valores da elite do país" (OLIVEIRA, 1994, p. 23).

A biblioteca brasileira, inicialmente, foi pensada como instrumento educativo e cultural, capaz de atingir grandes parcelas da população; entretanto, segundo Fernando Azevedo (1971), cerca de 60% da população brasileira era analfabeta. Até o final dos anos 1920, não havia uma política para as bibliotecas públicas no país. Estas refletiam a imagem da sociedade colonial e dependente, atendendo apenas a parte da sociedade composta por "brasileiros cultos". Até os anos de 1930, as bibliotecas públicas tiveram como objetivos o apoio às atividades catequéticas e de ensino, a guarda e a disseminação da cultura europeia e a função de servir como objeto de distinção intelectual a determinados indivíduos ou grupos, constituindo um universo fragmentado, atendendo a uma reduzida parcela da população, e prestando um serviço de limitada utilidade a uma sociedade em processo de mudança (OLIVEIRA, 1994, p. 26).

Em um outro patamar, no sentido de ampliar as oportunidades educacionais para a população, as conferências nacionais de educação promovidas a partir de 1927, segundo Marta Carvalho (1989, p. 49), "contribuíram no sentido da difusão dos ideais e princípios da Escola Nova e do otimismo pedagógico em geral". O otimismo pedagógico,

especificamente no final da Primeira República, caracteriza o período de acontecimentos que se desenrolam no setor político, no econômico e no social. Diante das mudanças setoriais, da fervura ideológica e dos movimentos político-sociais dos anos 1920, a escolarização foi percebida como uma força propulsora no progresso da sociedade brasileira. Neste momento, as bibliotecas escolares começaram a ser aparelhadas com o propósito de se configurarem como espaços de leitura na instituição escolar.

A reforma educacional promovida por Francisco Campos (1931) modificou práticas, tempos e espaços escolares. Dentre eles, o ambiente da biblioteca, que assumiu importância no aparelho escolar (MARTINS, 2013, p. 93). Em Santa Catarina, com a Reforma Trindade, em 1935, criava-se o Departamento de Educação, instituindo, em sua estrutura, a Subdiretoria de Bibliotecas, Museus e Radiodifusão, criando as bases para uma futura instalação de bibliotecas escolares na rede oficial de ensino. De acordo com Machado (2002, p. 74), além de tentar promover a inserção das bibliotecas no cotidiano escolar mediante expedição de circulares, e objeto de discussão nas pautas das reuniões oficiais, "os responsáveis pela educação aproveitaram ainda os veículos de comunicação, como a Revista de Educação, órgão do professorado catarinense que tinha como objetivo a difusão das ideias vinculadas com o pensamento escolanovista".

Em relatório apresentado pelo interventor Nereu Ramos, em 1938, havia 135 bibliotecas escolares distribuídas nas escolas do estado no ano anterior, sendo: 75, em escolas estaduais; 42, nas escolas particulares e 18, nas unidades municipais. Neste período, o estado de Santa Catarina contava, ao todo, com 2.447 escolas, o que demonstrou que nem metade dessas instituições contava com uma biblioteca. No entanto, segundo o Relatório de 1933, do diretor Cleto Barreto, a Penitenciária da Pedra Grande já possuía uma biblioteca para complementar a instrução do preso (SANTA CATARINA, 1938, p. 45). Contudo, com as instruções do Decreto nº 713, de 5 de janeiro de 1935, compostas de 17 artigos e 5 anexos, pela primeira vez se constituíam, na história da legislação do ensino catarinense, as linhas e diretrizes para o funcionamento das bibliotecas escolares, dando-lhes atribuições quanto à sua organização e aos objetivos na estrutura escolar, incluindo até estabelecimentos isolados, tendo como objetivo a intensificação do gosto pela leitura.

O Departamento de Educação recomendava obras a serem adotadas nas escolas; entre elas, outras categorias compunham o acervo nos mais variados assuntos. Segundo o Art. 6 das instruções do Decreto 713, de 1935, "as bibliotecas constarão de livros sobre viagens, ciências naturais (tanto quanto possível sob forma atrativa), biografias,

romances, memórias, trabalhos a respeito do Brasil, do Estado, poesias, obras didáticas, dicionários, revistas e jornais ilustrados e outros de interesse educativo". De acordo com os livros identificados nos prontuários dos presos, observa-se que essa recomendação foi seguida também pela biblioteca da Penitenciária da Pedra Grande.

Durante o Estado Novo, as demandas econômicas por capacitação e instrumentalização técnica da população para o mercado de trabalho e a necessidade de propagar e fortalecer seus ideais políticos deram início à estruturação de um sistema que pudesse servir oficialmente a seus propósitos. O governo passou a usar a cultura como um dos instrumentos de execução de seu projeto político-hegemônico. Na gestão de Gustavo Capanema como ministro da Educação e Saúde, teve início a política de bibliotecas públicas no Brasil, a partir do Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Este decreto criou o Instituto Nacional do Livro (INL) - órgão governamental, responsável pela propagação do livro e da biblioteca pública no país - e definiu, como uma de suas atribuições, o incentivo à criação, organização e manutenção de bibliotecas públicas em todo o país. Estavam previstas, como suas atribuições, a edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população. Para Capanema, as bibliotecas eram centros de autoeducação, centros de cultura (LEITÃO, 2011; OLIVEIRA, 1994). Gustavo Capanema justificava a importância do INL como instrumento de controle:

> O livro não é só o companheiro amigo que instrui, que diverte, que consola. É ainda e sobretudo o grande semeador que, pelos séculos afora, vem transformando a face da Terra. É, portanto dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigiando no sentido de que ele seja, não o instrumento de mal, mas sempre inspirador de grandes sentimentos e das nobres causas humanas (CAPANEMA, 1937 *apud* LEITÃO, 2011, p. 146).

O projeto nacional visava à criação de uma cultura nacional patriótica e disciplinadora, direcionando o que deveria ou não ser editado e, por extensão, divulgado nas bibliotecas. Para estabelecer a dimensão qualitativa, a ação do INL buscava identificar as políticas de bibliotecas públicas concebidas e operadas pelo organismo federal, por órgãos estaduais de educação e cultura e por prefeituras municipais, com o objetivo de formar o acervo, definir os serviços e o tipo de público a ser atendido pela instituição. As instituições culturais articulavam-se para divulgar valores e definir condutas, ajustando a população ao ideário nacionalista de manutenção da ordem, da construção do progresso e da valorização dos elementos da cultura local (LEITÃO, 2011; OLIVEIRA, 1994).

À medida que o autoritarismo de Vargas se manifestava, em 1939 criou como parte do seu aparelho regulador o Departamento de Imprensa e Propaganda e o destinou ao desenvolvimento de ações de censura cultural, com a atribuição de arbitrar sobre os meios de comunicação de massa e produção artística. A prioridade do interesse oficial passou a se restringir à publicação de livros aprovados pela censura. Segundo Bárbara Júlia M. Leitão (2011, p. 151), "o INL priorizou a propagação do livro como contribuição ao fortalecimento do governo de Getúlio Vargas, da mesma forma que nos regimes ditatoriais, como os de Salazar e Mussolini". Ainda segundo a autora, os alvos principais dessa estratégia ideológica passaram a ser as escolas, consideradas como instituições que facilitavam as ações de controle e formação do cidadão ideal para o Estado.

Nesse contexto, o ministro da Educação e Saúde (1934-1945), Gustavo Capanema, apresentou o livro como um poderoso instrumento de transformação pessoal, capaz de produzir no leitor sentimentos diferenciados. Nesta perspectiva, o Estado Novo detectou nele um potencial desestabilizador da ordem social, o que provocou, como reação, a necessidade de controlar, por meio da proteção do Estado, a produção e a divulgação deste trabalho intelectual impresso. Portanto, um dos artigos do decreto de criação do INL definia a preocupação do livro como veículo e instrumento de transmissão da cultura. Dessa forma, o Estado determinava e distribuía a leitura considerada culturalmente adequada às bibliotecas públicas (OLIVEIRA, 1994).

A fim de conhecer os diferentes aspectos e condições das bibliotecas do país, o Instituto Nacional do Livro distribuiu, em 1938, 2.088 circulares, acompanhadas de modelos de questionários, a todas as bibliotecas constantes das estatísticas elaboradas pelo Departamento Nacional de Estatística (Ministério do Trabalho) e pela Diretoria de Estatística do Ministério da Educação e Saúde. Até o fim de 1938, 221 bibliotecas haviam respondido aos questionários enviados. Em consequência do resultado, considerado medíocre pelo INL, foram distribuídos, em junho de 1939, mais 1.824 questionários.

Os dados coletados na resposta aos questionários entre junho de 1938 e março de 1942 foram aproveitados para a elaboração do Guia das Bibliotecas Brasileira, em segunda edição corrigida e aumentada, contendo informações referentes a denominação completa, endereço, fundação, instalação, acervo bibliográfico, funcionamento, frequência, iniciativas culturais, pessoal, finalidade, subvenção, classificação, etc., de 1.328 bibliotecas registradas. Desse total de bibliotecas, registradas de 1938 a 1942, 463 eram públicas ou semipúblicas, e 865, privativas (BRASIL, 1944).

O diretor do Instituto Nacional do Livro (1938-1956), Augusto Meyer, comentou sua distribuição. Informou que os resumos baseados na resposta aos questionários, impunham uma revisão constante e uma publicação periódica dos novos registros, sob a forma de suplementos semestrais, com os informes indispensáveis. Acrescentava, ainda, que a primeira edição do Guia das Bibliotecas Brasileira havia sido bem-recebida nos meios bibliotecários e pelo público em geral, achando-se esgotada. Assegurava um crescente e espontâneo interesse pelas bibliotecas pelo registro das vantagens por ela proporcionadas (BRASIL, 1944).

A biblioteca da Penitenciária da Pedra Grande é definida no Guia das Bibliotecas Brasileiras (1944) como Biblioteca Privada Estadual[16] de Santa Catarina. Segundo o guia, a biblioteca desta penitenciária havia sido fundada em 1º de maio de 1938, com 150 volumes. Em 1941, nesta biblioteca, constavam 1.012 obras, em 1.308 volumes, com finalidade geral, instalada em sala da própria penitenciária. Seu funcionamento ocorria em dias úteis, das 18h00 às 19h00, com frequência média mensal de 300 consulentes. O guia também apresentava os assuntos preferidos pelos consulentes: romances, viagens e histórias. As leituras não eram feitas nas bibliotecas, mas nas celas ou na escola. A biblioteca também fazia empréstimos domiciliários para funcionários da instituição, com o prazo de dez dias (BRASIL, 1944).

Confrontando o Guia das Bibliotecas Brasileiras (1944) e o Relatório (1933) do diretor da Penitenciária da Pedra Grande, Clovis Barreto (1931-1933), encontramos divergências quanto à data de criação da biblioteca. Segundo o diretor, em 1933, já havia na instituição uma pequena biblioteca, com livros escolhidos, que eram emprestados aos sentenciados de boa conduta e aos que frequentavam a escola. Enquanto o guia informava que a constituição da biblioteca se dera no ano de 1938. Este documento também indicava que essa biblioteca prisional tomava iniciativas culturais, como conferências e dissertações pelos detentos sobre as obras lidas. Apesar disso, não foi localizado nenhum vestígio dessas iniciativas nos prontuários dos apenados, tampouco nos documentos da penitenciária. Consta, ainda, a informação de que o interesse dessa instituição era por livros instrutivos, didáticos, morais e religiosos. Era de suma importância manter uma coleção com obras de "instrução cívica, histórica, biográfica, leitura sã para os detentos" (BRASIL, 1944, p. 337).

[16] Biblioteca Privada Estadual, diferentemente da Biblioteca Pública, mantida com os recursos da própria instituição, neste caso, da Penitenciária da Pedra Grande (FONSECA, 1992).

Na gestão de Edelvito Campelo D'Araújo, o acervo da biblioteca foi se "avolumando e enriquecendo de ano para ano" com aquisição de "obras científicas destinadas ao preparo dos funcionários". A parte destinada aos reclusos se efetivou por meio de "aquisições e donativos diversos". De acordo com seu relatório, de 1940, ele se entendeu com o Instituto Nacional do Livro, que, "de quando em quando, a obsequiava com publicações valiosas e convenientes". Além das doações recebidas, o diretor também encaminhava ofícios ao secretário da Justiça, Educação e Saúde do Estado de Santa Catarina, com pedidos de verba para aquisição de novos livros e revistas para essa biblioteca (SANTA CATARINA, 1940).

Ainda segundo o Guia das Bibliotecas Brasileiras (1944), o serviço de organização e controle da biblioteca era feito por um detento; os livros eram catalogados por título e havia um livro-inventário. Entretanto, não foi localizado o livro-inventário ou qualquer outro tipo de registro do acervo de livros e revistas disponíveis na instituição no período estudado. Os vestígios das obras existentes na Penitenciária da Pedra Grande foram encontrados em alguns prontuários de detentos a partir do ano de 1941. Neste caso, utilizaremos esses documentos - relação de empréstimo e fichas de leitura - como principal fonte de identificação das obras constantes nesta biblioteca.

1.2.1 Coleções da biblioteca da Penitenciária da Pedra Grande

> Nos livros está fixada toda a experiência humana. É por meio deles que os avanços do espírito se perpetuam. Um livro é uma ponta de fio que diz: Aqui parei; toma-me e continua, leitor (LOBATO, 1931, p. 46

A relação com o livro e suas representações, metamorfoseadas no tempo e lugar, distinguem os sujeitos e o objeto ao longo da história. Chartier (2001, p. 91) nos apresenta algumas representações desse objeto: uma intimidade, um atributo estatutário, uma decoração, um "sinal de um saber ou de um poder". Independentemente da construção dessas imagens, o livro é um propagador de ideias, de regras, um relator de acontecimentos, de memórias, um instigador da curiosidade, das descobertas, um cumplice nos segredos, ou, nas palavras de Clarice Lispector (1998, p. 12), o livro é como a representação de uma "felicidade clandestina", que transita entre o desejo e o orgulho de possuir algo tão precioso. Este objeto, ora reverenciado, ora perigoso, foi passando por

avaliações e critérios de seleção conforme a representação que se queria expor em cada época e sociedade.

São variados os critérios utilizados para a seleção de documentos que irão compor o acervo de uma biblioteca. A palavra "acervo" é definida no Dicionário de Biblioteconomia (2008, p. 2) como um "conjunto de documentos conservados para o atendimento das finalidades de uma biblioteca"; para tanto, o desenvolvimento e a formação de coleções obedecem a regras estabelecidas por quem, supostamente, detém o poder de interferir no processo social. No caso da biblioteca da Penitenciária da Pedra Grande, a seleção era feita pelo diretor da instituição prisional e validado ou não pelo secretário da Justiça, Educação e Saúde do estado de Santa Catarina. Para Ronaldo Vieira (2014), as unidades informacionais são: assunto, usuário e preço; eles se entrelaçam e direcionam a aquisição do material para a formação de um acervo. Gaston Litton (1975) entende que os usuários de uma biblioteca se mostram especialmente sensíveis à influência das correntes intelectuais e sociais dispostas em cada época. Nas palavras de Chartier:

> Todo dispositivo que visa criar controle e condicionamento segrega sempre táticas que domesticam ou subvertem; contrariamente, não há produção cultural que não empregue materiais impostos pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado e que não esteja submetida às vigilâncias e às censuras de quem tem poder sobre as palavras ou gestos (1990, p. 137).

Assim, ao compor o acervo, leva-se em consideração quais títulos serão necessários e quais devem ser restringidos, conforme o conhecimento que se quer construir e disseminar. Entre os vários tipos de materiais que compõem um acervo, podemos encontrar, entre o material impresso: livros, folhetos, periódicos e histórias em quadrinhos. O livro, segundo Vieira:

> [...] tecnicamente têm um mínimo de 50 folhas impressas num único volume com capa; podem ser de diferentes gêneros literários: conto, poesia, crônica, romance, etc.; folhetos são publicações sem periodicidade, com um mínimo de cinco folhas e um máximo de 48; periódicos são publicações continuadas, podem ter periodicidade diária, semanal, mensal, trimestral, semestral, anual etc., com a participação de diversos colaboradores especializados num determinado assunto, ou sobre assuntos diversos (2014, p. 39),.

O Guia das Bibliotecas Brasileiras (1944) informa que a biblioteca da penitenciária de Florianópolis, em 1941, possuía 1.012 obras distribuídas em diferentes assuntos. Na análise dos prontuários dos presos, foram localizados 306 títulos. Dentre eles, 183 foram identificados como livros; de 123 não foi possível identificar o tipo de material, podendo tratar-se de folhetos, revistas ou periódicos da época. Os livros identificados nesta pesquisa foram categorizados como: romance (75), manuais de bem

viver (26), conhecimentos gerais (18 volumes[17]), biografia (17), história geral (7), religião (15), contos (10), história do Brasil (13), poesia (8), biologia (1), saúde (1), língua portuguesa (1), filosofia (2), geografia (1), física (1), política (4). Diante das categorias definidas, apresentaremos alguns autores e títulos que mais foram lidos pelos presos no período de 1941 a 1945.

A biblioteca da penitenciária dispunha de algumas coleções de autores nacionais como: José de Alencar (12), Humberto de Campos (5), Paulo Setúbal (5), Monteiro Lobato (3), entre outros; e de autores estrangeiros, como: Orison Swett Marden (19), Julio Verne (2), M. Delly (2), entre outros. De acordo com Vieira (2014), a reputação do autor está entre as qualidades desejáveis para a aquisição de um documento para compor o acervo de uma biblioteca. Nesta lógica, as obras identificadas na biblioteca da penitenciária passaram pelo crivo do diretor da instituição. Fosse por preferência particular do responsável ou pela finalidade de legitimar modos e costumes, os autores e títulos deveriam ter relevância para instrução intelectual e moral do detento.

O autor brasileiro José de Alencar, considerado um dos maiores expoentes do romantismo nacional, escreveu uma variedade de obras de diferentes gêneros. Dentre eles, destacam-se os romances, considerados indianistas, históricos, regionalistas e urbanos ou sociais. As obras consideradas indianistas de José de Alencar são: *O Guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*. Nestas obras, a figura do indígena tem uma maior visibilidade, sendo considerado o legítimo representante da América. Os romances considerados históricos são: *As Minas de Prata* e *A Guerra dos Mascates*, voltados para o período colonial brasileiro do século XVII, como a busca por ouro e as lutas pela expansão territorial. Entre os romances regionalistas, destacam-se *O Sertanejo*, *O tronco do Ipê* e *O Gaúcho*, que reproduzem costumes típicos e folclóricos de algumas regiões do Brasil. Os romances urbanos ou sociais como: *A Viuvinha*, *Senhora*, *Lucíola*, *Cinco Minutos* e *Sonhos D'ouro* caracterizam a corte e o meio social carioca do Segundo Reinado (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2020).

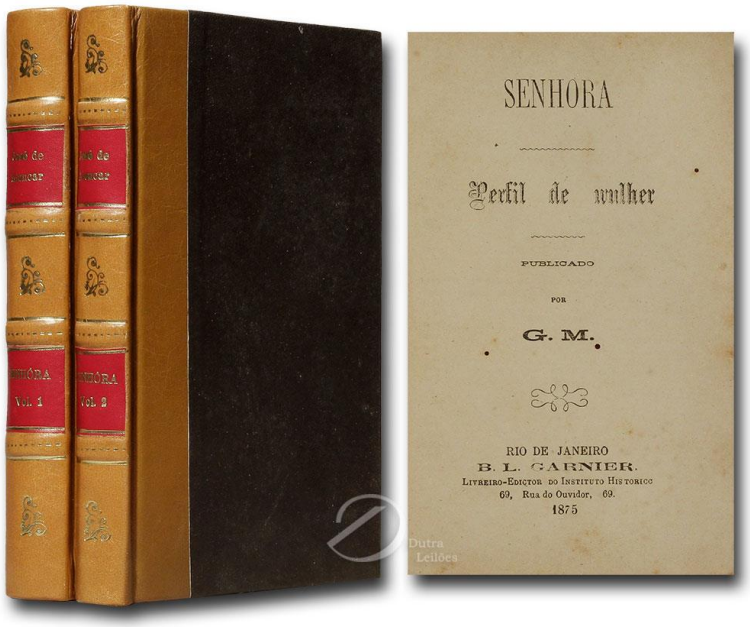
Por meio das anotações nos prontuários dos apenados, foi possível identificar 12 livros de José de Alencar, mas não reconhecer o ano da edição dos títulos que compunham esta coleção. Assim, as datas descritas a seguir referem-se à publicação da primeira edição das obras desse autor: *Cinco Minutos* (1856), *O Guarani* - 2 volumes (1857), *As minas de Prata* (1865), *Iracema* (1865), *O Gaúcho* – 2 volumes (1870), *A pata e a gazela*

[17] Unidade material que reúne sob uma mesma capa alguns elementos, formando um todo ou parte de um conjunto. Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia. 2008, p. 379.

(1870), *O Tronco do Ipê* – 2 volumes (1871), *Sonhos D'ouro* (1872), *Til* - 2 volumes (1872), *Alfarrábios* (1873), *Ubirajara* (1874), *O Sertanejo* – 2 volumes (1875) e *Senhora* – 2 volumes (1875).

Após análise dos registros, constatamos que o título mais lido pelos detentos é *Senhora*, de enredo dramático, com uma estrutura tradicional de histórias de amor com conflitos, separação e redenção. Este livro figura em primeiro lugar entre os romances mais lidos nessa instituição prisional. Na figura 3, podemos apreciar os dois volumes da primeira edição desse livro.

Figura 4 - Livros Senhora, de José de Alencar (1875)



Fonte: Dutra Leilões – Disponível em: http://www.dutraleiloes.com.br/2016/l133/images/lote060.jpg Acesso em: 3 mar. 2020.

O título O gaúcho, que retrata os ideais populares e nacionalistas dos personagens do sul do país, ocupa o segundo lugar entre os mais lidos. *O sertanejo*, aparece como o terceiro romance mais lido, com um enredo que aborda o sofrimento de um povo marcado pela fome, sede e miséria; narra a trajetória heroica de um nordestino no século XVIII.

As obras de José de Alencar foram marcadas, em sua maioria, por temáticas voltadas ao nacionalismo, à história e à cultura popular[18] brasileira. Embora seus livros tenham sido produzidos no período do Brasil Império, a representatividade da cultura, da

[18] A cultura popular, como uma produção fora da cultura erudita, com múltiplas e contraditórias acepções. (CHARTIER, 2003)

história e do heroísmo do povo brasileiro caracteriza-se como uma fonte importante de conhecimento para a formação intelectual e moral do cidadão republicano. As obras desse romancista fizeram parte de um arcabouço teórico da biblioteca da Penitenciária da Pedra Grande e contribuíram para a disseminação de valores morais e nacionalistas na população carcerária.

A maior coleção identificada nos prontuários foi a do autor norte-americano Orison Swett Marden[19]. Suas obras abordam as virtudes necessárias para uma vida saudável, produtiva e bem-sucedida, aqui categorizada como "manuais de bem viver".[20] Foram localizadas 19 títulos na biblioteca da penitenciária. As datas descritas a seguir referem-se à publicação da primeira edição das obras e não, necessariamente, às que compunham a coleção da instituição: *A arte de economizar e poupar* (s.d.)**,** *A marcação do lugar na vida* (s.d.), *Domínio dos nervos* (s.d.), *Sê perfeito em tudo que fizeres* (s.d.), *A obra prima da vida*, *Ajuda-te a ti mesmo*, *Vozes Animadoras*, *O sucesso pela vontade* (1901), *A iniciação aos negócios* (1907), *Os milagres do pensamento* (1910), *Trabalho, a saúde e o êxito* (1914), *A mulher e o lar* (1915), *A atitude vitoriosa* (1916), *A harmonia do bem* (1917), *Os milagres do amor* (1918), *A Escolha da Profissão* (1922), *O corpo e o espírito* (1924), *O aperfeiçoamento individual* (1925), *O poder da vontade* (1926).

Os manuais de bem viver, ou, nas palavras de Maria Teresa S. Cunha e Cristiane Cecchin (2007, p. 140), "literatura de civilidade", intentam direcionar o comportamento a uma normatização das atitudes no intuito de moldar posturas, tornar o indivíduo civilizado. Na perspectiva do processo civilizador, Elias (1994 v. 2, p. 193) diz que este refinamento dos costumes "constituiu uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica". Para o autor, este preceito vincula-se à necessidade de ordem e controle da sociedade, tornando o indivíduo contido e polido, oportunizando, assim, a formação de uma população dócil e gentil. Assim, Cunha e Cecchin explicam:

> A partir dos inícios do século XX, a literatura de civilidade difundida pelos manuais no Brasil, criou possibilidades para a circulação de práticas de urbanidade e propiciou uma forma de educação pela leitura, entre jovens e adultos nas cidades, principalmente pelos apelos à higienização, aparência pessoal (cuidado de si) e pela codificação minuciosa de rituais de sociabilidade urbana nos impressos em estudo (2007, p. 143).

Os títulos dos livros de Orison Swett Marden sugerem, em sua maioria, uma atitude para (re)construir um caminho de sucesso, uma profissão, (re)formar a consciência

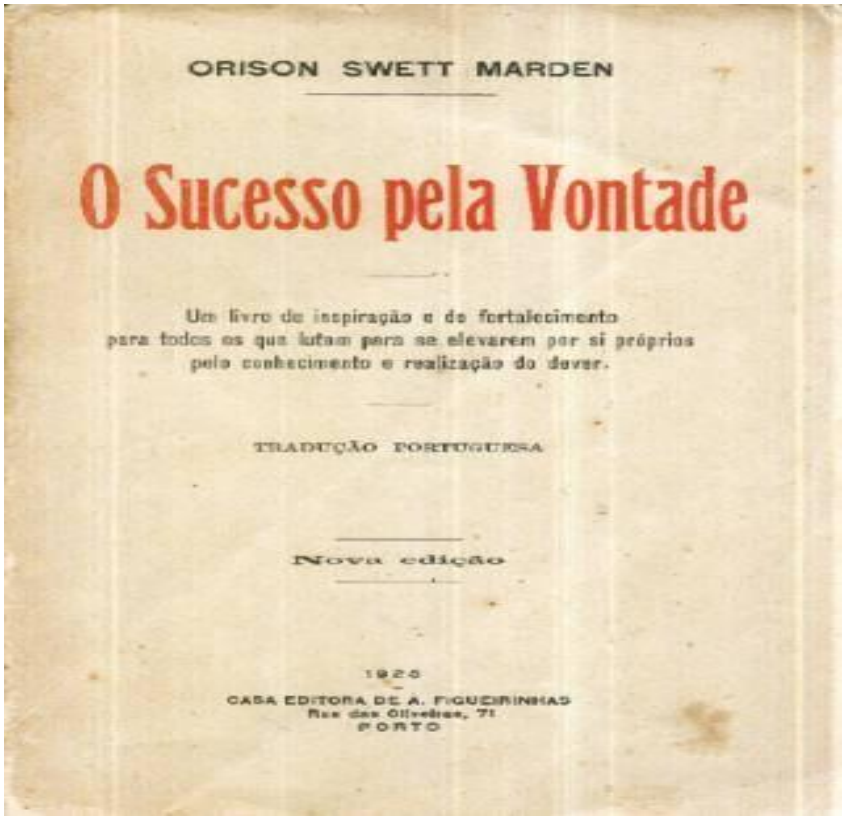
[19] O.S. Marden (1848-1924) foi um médico e empresário estadunidense, fundador da revista Sucess em 1897.
[20] Leituras de civilidade. Normas ou regras de comportamentos (CUNHA, CECCHIN, 2007).

de cidadão exemplar, asseado, trabalhador e disciplinado, coerente com a filosofia predominante no Brasil República. Nesta configuração, Cunha e Cecchin destacam:

> [...] o surgimento de leituras voltadas à conformação e internalização destas regras imperativas de comportamento pautadas nos preceitos de polidez, elegância e cortesia - identificadas nos Manuais de Civilidade. Vários eram os pressupostos ditados neste tipo de texto com vistas ao refinamento das aparências no âmbito das sociabilidades aburguesadas: regras sobre como comportar-se em festas, eventos da sociedade, artes de bem viver; conselhos indispensáveis à aquisição de êxito nas investidas ao bom comportamento no grupo social. A percepção de um empenho efetivo na difusão destas regras no seio da nova sociedade vincula-se ao papel que tiveram as teorizações políticas administrativas acerca da afirmação do novo Brasil como civilizado e nos caminhos do progresso e do desenvolvimento (CUNHA, CECCHIN, 2007 p. 144)

Posto que a Penitenciária da Pedra Grande se utilizava, amplamente, desse tipo de livro para produzir o efeito educativo-regenerador no preso, inculcando valores considerados importantes naquele período, corroborando, com essa afirmação, a análise dos prontuários dos presos, foi possível constatar que mais da metade deles leu pelo menos um dos livros de Marden. Na figura 4, podemos conhecer a capa da edição do ano de 1925 com tradução portuguesa.

Figura 5 - Livro O sucesso pela vontade, de Orison Swett Marden (1925)



Fonte: Estante Virtual. Disponível em https://www.estantevirtual.com.br/higinocultural/orison-swett-marden-o-sucesso-pela-vontade-orison-swett-marden-porto-1925-102762700. Acesso em: 3 mar. 2020.

As obras mais lidas desse autor foram: *O aperfeiçoamento individual*, *A arte de economizar e poupar* e *O sucesso pela vontade*, ou seja, livros voltados a questões como esforço, determinação e firmeza moral. Diante dessa constatação, perguntamos: quem teria estimulado a leitura desses títulos? Seria o professor? O diretor? O colega?

Essas são questões pertinentes que nos ajudam a conhecer as práticas de leitura movimentadas neste lugar e tempo, por esses indivíduos, seja na condição de funcionários, ou de apenados. Na capa do livro *O sucesso pela vontade,* consta o seguinte subtítulo: "um livro de inspiração e de fortalecimento para todos os que lutam para se elevarem por si próprios pelo conhecimento e realização do dever". Por ser uma obra traduzida, possivelmente a casa editorial cative o leitor para ela. A função do subtítulo é explicar ou ampliar a intenção do título. Este livro, entre as questões modeladoras de posturas, destaca-se como deve ser um homem gentil:

> Um gentil homem é, nem mais nem menos e como o próprio nome o indica, um homem gentil é um diamante polido que, primitivamente era um diamante bruto. Um gentil homem é modesto, cortez, moroso em ofender-se, e não suscetibiliza ninguém. É moroso em acreditar no mal, porque não suspeita dele. Disciplina os seus apetites, afina os seus gostos, subjuga os seus sentimentos, mede as suas palavras, e acredita nos outros, como acredita em si próprio (MARDEN, 1925, p. 136).

Para Marden, o homem gentil é o homem disciplinado, regulado, possuidor de um conhecimento para o bem, ignorante relativamente às ações do mal, até certo ponto ingênuo, por não desconfiar dos outros. Relendo os prontuários, entendemos a importância dada a este tipo de leitura pela penitenciária. Os presos, em sua maioria, em seus horizontes de miséria e violência pregressa, desconheciam tais retidões; agiam por emoção, sem medir as palavras e as ações, o que culminava em crimes violentos contra a vida de outrem e, consequentemente, em seu encarceramento. Neste sentido, a intenção da Penitenciária da Pedra Grande de eliminar tudo que fosse considerado bárbaro ou irracional e controlar os sentimentos e as emoções como forma de manter a ordem social é entendida por Elias (1994, v. 2) como uma vantagem da sociedade civilizada ocidental.

Diante da necessidade de transformação e modernização do país, as ações educacionais se orientavam por uma literatura capaz de difundir normas de etiqueta, de civilidade, inspirando bons sentimentos, normatizando o comportamento para o bom desempenho das funções sociais. As obras de Marden, concebidas como guias, possuíam linguagem simples e direta que intentava orientar, de forma objetiva, as regras de comportamento e sentimentos direcionados à preservação do bem-estar da sociedade

moderna. Para Chartier (2004), textos e livros assumiram a forma de literatura de regras destinados a disciplinar. Sua edição e difusão impelia à imitação e ao aprendizado das operações de decoro social, sendo parte fundamental na construção do conceito de civilidade.

A coleção intitulada *Enciclopédia Thesouro da Juventude*, composta por 18 volumes, foi publicada nas décadas de 1920 a 1960 pela editora norte-americana W. M. Jackson. Segundo o dicionário de biblioteconomia, a palavra "enciclopédia" significa coleção de livros com informações sobre todos, ou sobre alguns ramos do conhecimento. Ou seja, esse livro reunia os conhecimentos julgados necessários para a formação do homem letrado. De acordo com as pesquisas de Maria Clara Ruiz (2012), *Thesouro da Juventude* foi um dos livros mais populares nesse formato no início do século XX. Assim sendo, identificamos que essa coleção figura entre os títulos mais lidos pelos presos da Penitenciária da Pedra Grande no recorte temporal aqui adotado. Esta pesquisa revelou que essa coleção, embora não aparecesse categorizada nos documentos da penitenciária, constava como livro didático, conforme a Instrução do Decreto 713, de 1935:

> Art.7. – Os livros da biblioteca serão distribuídos em duas categorias:
> a) livros de consultas na sala da biblioteca, considerando-se nesse número de livros didáticos, o Thesouro da Juventude e outros de difícil aquisição e grande procura;
> b) romances, livros de viagens e de contos, em suma, de todos quantos provoquem interesse por uma leitura continuada, podendo então ser levada para casa, pelo prazo de uma semana. No fim de uma semana, caso o livro seja volumoso, não tendo sido concluída a leitura, deverá ser apresentado, podendo então, o bibliotecário dilatar o prazo do empréstimo.

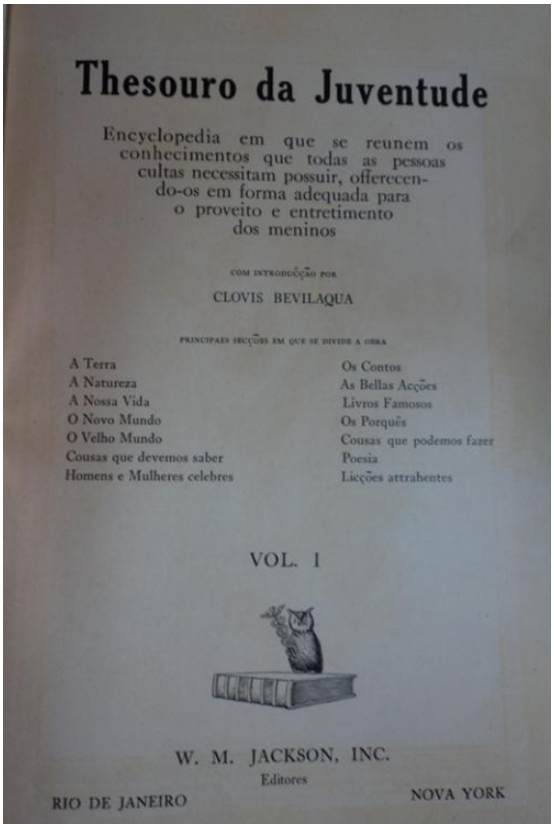
Embora as instruções indicassem que determinadas categorias de livros (neste caso, os didáticos) poderiam ser consultados no interior das bibliotecas escolares, na Penitenciária da Pedra Grande essa coleção seguia o mesmo procedimento de consulta das demais categorias, ou seja, a retirada dos títulos ocorria às sextas-feiras, no horário das 18h00 às 19h00. Talvez por questões de espaço e/ou de segurança, os apenados não podiam permanecer nesse ambiente. Logo, as leituras eram feitas nas celas e/ou na escola, com prazo determinado, pela instituição, de sete dias, podendo ser prorrogado por mais sete. Diante do conteúdo de múltiplos conhecimentos abordados nessa coleção, e por não encontrarmos indícios nos documentos da penitenciária de que esses títulos eram utilizados como livros didáticos, contrariando a definição das Instruções do Decreto 713 de 1935, a categorizamos como "conhecimentos gerais".

Vale destacar que essa enciclopédia, a princípio, era voltada à educação dos meninos. Essa informação constava na página de abertura do volume (s.d.),

“Encyclopedia em que se reúnem os conhecimentos que todas as pessoas cultas necessitam possuir, oferecendo-os em forma adequada para o proveito e entretimento dos meninos”. Ao longo dos anos, esse material foi sendo atualizado, traduzido e adequado aos usos de cada país. Com isso, possivelmente, pode ter sofrido alterações também quanto ao ensino de apenas um determinado grupo. Embora essa coleção tenha sido considerada como livro didático nas bibliotecas escolares do estado de Santa Catarina pelas Instruções da Reforma Trindade, não há registro de que fosse utilizada em todas as unidades de ensino do estado, já que nem todas as escolas possuíam bibliotecas nesse período, conforme já visto no relatório apresentado pelo interventor Nereu Ramos, em 1938.

A seguir, apresentamos a imagem (Fig.5) do volume 1 dessa enciclopédia da década de 1920. As seções deste volume estavam divididas em: *A Terra*; *A natureza*; *A nossa vida*; *O Velho Mundo*; *Coisas que devemos saber*; *Homens e mulheres célebres*; *Os contos*; *As belas ações*; *Livros famosos*; *Os porquês*; *Coisas que podemos fazer*; *Poesias*; *Lições atraentes*.

Figura 6 - Página do volume 1 da coleção Thesouro da Juventude (s.d.)



Fonte: Maria Clara Ruiz (Dissertação 2012).

Por meio dos estudos de Kelli K. K. Dias (2013, p. 6), identificamos que a enciclopédia *Thesouro da Juventude* foi utilizada nas escolas como fonte de conhecimento histórico, por ela definido como "um livro escolar a partir do momento que ela fazia parte de um aculturamento educacional". No entanto, a autora, na perspectiva do campo da História, classifica como uma obra "de caráter bem subjetivo, já que podemos analisá-la por diversos fatores". Alguns dos usos feitos dessa enciclopédia eram: "[...] como um livro de leitura, às vezes fazia o papel de ensino moral e do conhecimento histórico patriótico, ligado, principalmente, à idealização da formação nacional" (DIAS, 2013, p. 7). Assim, essa coleção estava relacionada tanto ao entretenimento, quanto ao ensino de conteúdos escolares. Já os usos que se faziam desta enciclopédia dependiam da intencionalidade de cada instituição educacional.

Nesta clave, Michel de Certeau (1998) pode contribuir para ampliar nosso entendimento sobre o uso de objetos culturais ao sublimar seu interesse acerca dos sujeitos produtores e receptores da cultura, que abarca tanto a função social dos intelectuais de todos os tipos, até o público receptor - o leitor comum, ou as massas capturadas modernamente pela chamada indústria cultural. Essa função social também pode ser relacionada a uma agência produtora e difusora de cultura. Laurence Hallewell (1985) igualmente enfatiza o fato de os livros com a história social da realidade brasileira terem contribuído para o crescimento do nacionalismo cultural que caracterizou o clima intelectual dos anos de Vargas. Agências de produção e difusão cultural também se encontram no âmbito institucional, seja nos sistemas educativos, seja na imprensa ou nos meios de comunicação, como, igualmente, nas organizações socioculturais e nas religiosas.

A historiadora Kelly Dias (2013) informa que, a partir da década de 1930, a enciclopédia *Thesouro da Juventude* passou a reunir inúmeras narrativas de histórias sobre o Brasil e de outros países para exemplificar e ensinar, através da figura do herói, a história sobre como se deram os processos políticos de conquista de territórios, de lutas pelo poder político, da geografia, principalmente da formação das nações e seus povos. Segundo a autora, esses textos não somente tinham como intenção uma educação cívica e moral, como também estava de acordo com o currículo proposto pelo Estado neste período. Dentro desta lógica, identificamos que os livros que circulavam na Penitenciária da Pedra Grande por meio da biblioteca eram comuns aos demais sistemas de ensino regular do estado de Santa Catarina.

As instituições educativas – a escola e a biblioteca - se configuravam como dispositivos/instrumentos de instrução, inculcação de valores e de sensibilidades intencionalmente conduzidos para regenerar a população geral, não apenas a carcerária. As instituições educativas da Penitenciária da Pedra Grande operavam em conjunto como reguladores de conduta, com a finalidade de criar uma consciência nacional; utilizavam determinados tipos de livros com o intuito de agir no íntimo dos leitores, de tocar na estrutura das suas emoções de forma persuasiva e racionalmente precisa, com vista a transformar os condenados em indivíduos remodelados nos hábitos sociais de um país civilizado. A biblioteca funcionava como um fomentador da escola para o processo de regeneração do espírito da época, de forma que as fichas de leitura serviam tanto como um instrumento de avalição escolar, quanto de apreciação do caráter. Apreciaremos esta questão que no subitem a seguir.

1.2.2 As fichas de leitura dos apenados

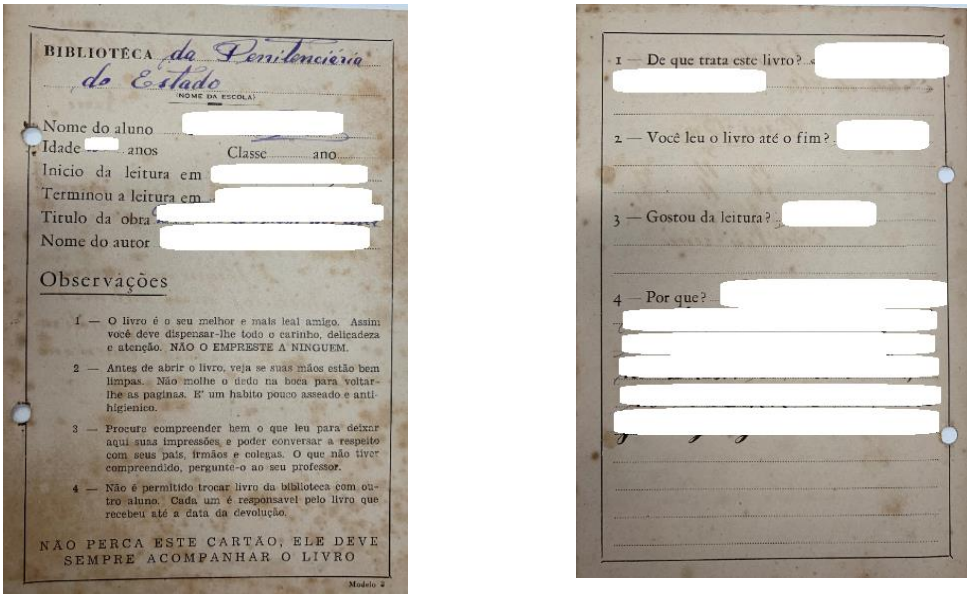
Os usos que cada instituição e/ ou os leitores fazem dos textos e livros ficam em aberto, dependentes dos objetivos ou estratégias e das táticas ou de suas apropriações. Para Certeau (1998), as relações apresentam, de um lado, a força aculturador do discurso dominante, unilateral e totalizante; de outro, as fugas possíveis de rebeliões cotidianas do homem comum. Em sua teoria do cotidiano, essa força busca demonstrar a apropriação criativa, por vezes entendida como subversiva, que as pessoas comuns fazem dos produtos impostos pelas elites culturais, e rejeita a ideia de um consumidor passivo. Por este entendimento, ao analisarmos as estratégias da Penitenciária da Pedra Grande quanto ao uso das fichas de leitura, identificamos que este objeto foi pensado como uma ferramenta de avalição, não somente da escrita e da compreensão dos livros lidos, mas como um identificador das aptidões e/ou sentimentos dos leitores, conforme descrito no relatório do subdiretor João Gualberto Furtado[21] (SANTA CATARINA, 1944).

O livro e a ficha de leitura são aqui entendidos como estratégias desenvolvidas nessa instituição prisional para além do exercício educacional da leitura e da escrita: como representação de um mundo social, como forma de difundir ideias e valores, como possibilidade de intervir na estrutura íntima das emoções, de formar ou alterar sensibilidades e interiorizar regras de bem viver. A ficha de leitura, explorada pela

[21] João Gualberto Furtado, que exerceu o magistério no estado de Santa Catarina, foi advogado, procurador de Justiça, promotor público e um dos fundadores da Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina (Caasc) em 1948.

biblioteca via escola, é um produto da indústria do livro e vem perpassando o tempo; é uma permanência. Na figura 6, é possível conhecer a a materialidade desse formulário.

Figura 7 - Ficha de leitura da biblioteca da Penitenciária da Pedra Grande (1941-1945)



BIBLIOTECA da Penitenciária do Estado
(NOME DA ESCOLA)

Nome do aluno
Idade anos Classe ano
Inicio da leitura em
Terminou a leitura em
Titulo da obra
Nome do autor

Observações

1 — O livro é o seu melhor e mais leal amigo. Assim você deve dispensar-lhe todo o carinho, delicadeza e atenção. NÃO O EMPRESTE A NINGUEM.

2 — Antes de abrir o livro, veja se suas mãos estão bem limpas. Não molhe o dedo na boca para voltar-lhe as paginas. E' um habito pouco asseado e anti-higienico.

3 — Procure compreender bem o que leu para deixar aqui suas impressões e poder conversar a respeito com seus pais, irmãos e colegas. O que não tiver compreendido, pergunte-o ao seu professor.

4 — Não é permitido trocar livro da biblioteca com outro aluno. Cada um é responsavel pelo livro que recebeu até a data da devolução.

NÃO PERCA ESTE CARTÃO; ELE DEVE SEMPRE ACOMPANHAR O LIVRO

Modelo 2

1 — De que trata este livro?

2 — Você leu o livro até o fim?

3 — Gostou da leitura?

4 — Por que?

Fonte: Acervo IDCH – Prontuários (1941-1945).

Este formulário serve como resposta ao que foi difundido, uma forma de comprovar e reconhecer a assimilação da aprendizagem, algo além da leitura e da escrita, possivelmente, os modos de civilidade. Por conseguinte, o consumo – o uso – dessa leitura por parte dos apenados pode ser vista como uma forma de produção, uma apropriação particular que se realiza nas diversas práticas do cotidiano dessa penitenciária, podendo ou não corresponder às intenções ou expectativas da instituição. Conscientes ou não, estes usuários apenados podiam, até mesmo, criar suas próprias estratégias com objetivos distintos.

Assim sendo, neste estudo, ancorado nos pressupostos da História Cultural, consideramos a ficha de leitura um multifacetado objeto de estudo para a compreensão das práticas culturais de um determinado grupo. Para tanto, apresentamos uma das fichas de leitura que acompanhava o livro retirado da biblioteca da penitenciária, que nos propusemos a analisar ao longo desse estudo.

A ficha utilizada na biblioteca dessa penitenciária era feita de papel cartão, comumente comprada em lojas de material escolar e/ou de escritório. Na parte da frente, consta um espaço para identificações da biblioteca, da escola, do aluno; nela constam a idade, a classe, o ano, a data de início e do fim da leitura, o título da obra e o nome do autor. Neste processo inicial, o que se configura é a atividade pedagógica da leitura, da

compreensão, da organização e da escrita. Além disso, apresenta observações acerca do uso e da manutenção da ficha e do livro:

1- O livro é o seu melhor e mais leal amigo, assim você deve dispensar-lhe todo o seu carinho, delicadeza e atenção. Não o empreste a ninguém.
2- Antes de abrir o livro, veja se suas mãos estão bem limpas. Não molhe o dedo na boca para voltar-lhes as páginas. É um hábito pouco asseado e anti-higiênico.
3- Procure compreender bem o que leu para deixar aqui suas impressões e conversar com seus pais, irmãos e colegas. O que não tiver compreendido, pergunte-o ao seu professor.
4- Não é permitido trocar livro da biblioteca com outro aluno. Cada um é responsável pelo livro que recebeu até a data da devolução.

Não perca este cartão, ele deve sempre acompanhar o livro.

A ficha de leitura pode ser entendida como um dispositivo estratégico, estabelecido por uma relação de poder exercido pela instituição prisional junto aos presos. Para Foucault (2009), os poderes funcionam como uma rede de dispositivos, uma espécie de maquinaria social, de forma que o poder não é um objeto, uma coisa, mas uma relação de poder que ele representa. Com efeito, as observações da ficha de leitura estão direcionadas à inculcação de valores e de disciplina, e pode ser percebido claramente, a começar pelo item 1, que busca cativar, no leitor, o sentimento de amizade e zelo como livro. No caso dos apenados da Penitenciária da Pedra Grande, nesse período, em que as celas eram individuais, o livro se torna um companheiro de cárcere, assim como afirma Chartier:

> A representação da leitura solitária alcança um ponto limite: em um isolamento forçado e absoluto, o livro torna-se companheiro de aflição, assim como alguns objetos familiares ou o retrato da mulher amada. [...] ele introduz no claustro carcerário a memória do mundo exterior e fortalece a alma na sorte contrária e injusta (2001, p. 91).

Diante da difusão dos preceitos higienistas e disciplinares do período, a ficha de leitura cumpria o papel de controlar e condicionar os leitores aos modos de viver considerados saudáveis e civilizados, conforme apontam as observações do item 2 sobre os cuidados higiênicos com os livros. Os demais itens produzem discursos para disciplinar as condutas sociais, que, segundo Foucault (2009), implicam uma sujeição do ser, uma regulação do comportamento, por conseguinte, fabricar um novo indivíduo. Para ele, todo conhecimento, seja científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas para que forme tanto o sujeito quanto os saberes. Por essa lógica, além da

estratégia da penitenciária, a ficha de leitura seria um componente político de avaliação do conhecimento adquirido ou assimilado pelos leitores, tendo em vista que esse mesmo modelo era utilizado em outras bibliotecas.

No verso da ficha, constam perguntas sobre as impressões do leitor a respeito da obra lida. Chartier (2001), para quem a leitura de um livro e/ou texto representa o mundo social, a lógica específica da dominação simbólica do objeto lido, elabora esquemas de compreensão internalizados e expressos em condutas e práticas cotidianas singulares de perceber o mundo. Uma leitura pode não ser literal; nem todo texto é lido em função da figura do autor. A leitura efetua-se por um processo de aprendizagem particular, que é, ao mesmo tempo, apropriação, identificação e criação. O modo singular pelo qual o leitor se apodera dos textos, nas palavras de Certeau (1998), são táticas ou um contrapoder que implicam um movimento de fuga das operações de poder e controle dos dispositivos de dominação. Nesse caso, as estratégias elaboradas pela Penitenciária da Pedra Grande, no que tange à leitura, se desdobravam em promover o aprendizado das regras sociais, avaliar o que fora assimilado, reforçar e reestruturar o processo para a transformação e adequação dos indivíduos à sociedade urbana-industrial.

No capítulo 2, a partir dos prontuários e, principalmente, das fichas, discutiremos as práticas de leitura de cinco leitores apenados. A análise desses documentos intenciona, pela presente pesquisa, conhecer as práticas de leitura na vida cotidiana desses indivíduos em privação de liberdade na Penitenciária da Pedra Grande durante o período do Estado Novo.

2 PRÁTICAS DE LEITURA DE ALGUNS APENADOS DA PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE: VESTÍGIOS

A História Cultural, rica no campo de ação da pesquisa historiográfica, abriga diferentes possibilidades de estudos e expansão de variados objetos historiográficos, como a cultura popular, as representações, as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais ou quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de cultura.

É a História Cultural que aqui entendemos num sentido de uma história da cultura que não se limita a analisar a produção cultural literária e artística oficialmente reconhecida, mas reconhece, pelas palavras de Certeau (1998, p. 82) que "os usuários" não são só manipuláveis pela cultura dominante; eles também produzem cultura. Ao existir, qualquer indivíduo, ainda que inconsciente dessa ação, já está produzindo cultura, sem que para isto seja preciso ser um intelectual ou artista. As práticas discursivas que constituem a essência da vida social embasam esta noção mais ampla de cultura. Deste modo, uma prática não é constituída somente no momento da produção de um texto ou de qualquer outro objeto cultural; ela também se constitui no momento da sua recepção.

Chartier (2003, p. 141-142) define "cultura popular" em dois grandes modelos. O primeiro, "desejoso de abolir toda forma de etnocentrismo cultural", como uma produção coerente e autônoma irredutível às da cultura letrada. O segundo, como demonstração da existência de "relações de dominação" que organizam o mundo social, percebe a cultura popular em relação à "cultura dos dominantes". Assim, ao ler um texto, um leitor comum também está produzindo cultura. De acordo com o autor (1990, p. 123), "a leitura é prática criadora", tão importante quanto o ato da escrita do livro; é a "atividade produtora de sentidos singulares". Podemos dizer que cada leitor recria o texto original de acordo com os seus domínios textuais e com as suas especificidades. Portanto, a leitura se revela como ferramenta essencial na construção de subjetividade e conhecimento. Logo, todo texto, em cada época e meio, adquire historicamente um sentido e uma significação diferenciada. Cada prática resulta em aperfeiçoamento, abrindo caminho para uma experiência cada vez mais ampla. Assim é que, segundo Chartier (2003 p. 152), uma "atividade de leitura apresenta, ao contrário, todos os traços de uma produção silenciosa. Sofre, pelo olho do viajante, uma metamorfose, uma improvisação e expectativa de significações induzidas por algumas palavras [...]".

Nesta mesma direção, Steven Fischer (2006, p. 11) amplia o argumento de Roger Chartier ao afirmar:

> [...] o ato de ler é variável, não absoluto. Em sua definição moderna mais ampla, a leitura é, como se sabe, a capacidade de extrair sentido de símbolos para orientar a recuperação de informações de sua memória e, em seguida, cria com essas informações uma interpretação plausível da mensagem do escritor.

De acordo com Jean Marie Goulemot (2001, p. 107), "a leitura, seja popular ou erudita, é sempre uma produção de sentido". Não é encontrar o significado desejado pelo autor; ler é construir e reconstruir uma logicidade própria. É preciso considerar que as formas, segundo Chartier (2001), produzem uma sensibilidade e que um texto se reveste de conceitos, definições, de vários significados. Retomando trechos de Goulemot (2001, p. 108), ler é "uma globalização e uma articulação" das percepções produzidas pelo leitor. Em continuidade ao raciocínio do autor, em outro excerto ele afirma que "um texto literário é polissêmico", uma situação de comunicação particular com o leitor, definido por três campos: por uma fisiologia, uma história e uma biblioteca. Em todo tipo de leitura existe a posição do corpo, permeado pelos gestos: em pé, sentado, deitado, em público, solitário**,** como um rito, uma disposição pessoal para cada uma, as atitudes do leitor e as representações de modelos do ato de ler (CHARTIER, 2001).

Ancorado nestes pressupostos, nos debruçamos, pelo exame dos prontuários dos apenados da Penitenciária da Pedra Grande, sobre o rastro de suas produções, de suas práticas culturais no que tange à leitura. Esses prisioneiros, leitores compulsórios ou não, por meio dos seus registros nos permitem conhecer como a cultura da maioria pode, em qualquer época, construir um lugar nos modelos que lhe são impostos, à força ou com a sua concordância, pelos poderes dominantes, os quais, com dispositivos discursivos ou institucionais presentes na sociedade, "têm por finalidade esquadrinhar o tempo e os lugares, disciplinar os corpos e as práticas, modelar, pelo ordenamento regulado dos espaços, as condutas e os pensamentos" (CHARTIER, 1990, p. 60). Contudo, os usos desses leitores desenvolvem-se e progridem de modo exponencial, distinguindo um estilo de pensamento e de ação:

> A noção de visão do mundo permite articular, sem os reduzir um ao outro, o significado de um sistema ideológico descrito por si próprio, por um lado, e, por outro, as condições sociopolíticas, que fazem com que um grupo ou uma classe determinados, num dado momento histórico, partilhem, mais ou menos, conscientemente ou não, esse sistema ideológico (CHARTIER, 1990, p. 49).

As representações sociais são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Seja a Penitenciária da Pedra Grande ou o Estado, as estratégias sociais, escolares

ou políticas tendem a impor uma autoridade a fim de legitimar um projeto reformador de modos e atitudes. De acordo com Chartier (1990, p. 115), a circulação dos "modelos de comportamento", reprodutora das distâncias culturais no próprio interior de um processo de imitação e de difusão social, deve ser pensada no mesmo horizonte conceitual da circulação de condicionamentos referida nos estudos de Norbert Elias (1994 v. 1). Neste sentido, as regras que os grupos dominantes fazem pesar sobre o resto do corpo social não deixam de produzir efeitos de retorno, ligações entre as mudanças na estrutura da sociedade, do comportamento e da constituição psíquica que reforçam os mecanismos de autocondicionamento. Ainda assim, a submissão aos dispositivos de legitimação e controle pode corresponder, ou não, à lógica da dominação, pois estão em jogo tanto as possibilidades de adesão, quanto o enfrentamento ante o que é imposto.

A leitura não se restringe ao automatismo da consciência, a partir do qual os produtores inculcariam facilmente os modelos culturais. A leitura é, ao mesmo tempo, apropriação, invenção, concepção; é uma atividade na qual se instauram práticas criativas. O papel do livro no cárcere investe, entre outros, no atributo de um companheiro de solidão. Observamos na figura 7, o interior de uma cela onde eram realizadas as leituras solitárias.

Figura 8 - Vista de uma cela da Penitenciária da Pedra Grande (década 1940)

Fonte: Arquivo Público de Santa Catarina/Registro F5022.

O ato de ler reconstitui as memórias; portanto, faz emergir a história da vida em liberdade, dos planos traçados, dos amores sentidos, dos momentos vividos e, de certa forma, alimenta o desejo do recomeço. Para os indivíduos em situação de restrição e privação de liberdade, o próprio ato da leitura supõe uma relação íntima entre o leitor e o livro. Assim, Fischer acrescenta:

> Afastando a solidão e a falta de amor, a angústia silenciosa da vida cotidiana, a leitura nos ajuda e conforta. Alguns encontram uma realidade superior na ideia que ela transmite. Outros adotam o livro por sua promessa de libertação ou salvação (FISCHER, 2006, p. 314).

As instituições educacionais, a escola e a biblioteca da Penitenciária da Pedra Grande tinham, na leitura das obras, estimadas de valor cultural e moral, uma ferramenta de (re)ajustamento social. O incentivo à leitura aos presos dessa instituição perpassava do currículo ao professor, da sala de aula à biblioteca, dos livros didáticos aos literários a fim de transmitir os conhecimentos julgados necessários para legitimar os valores civilizados da época. No desejo de perceber o mundo sob diversas perspectivas, de decifrar e interpretar o sentido dos fatos que nos cercam, Roger Chartier (1990) afirma que a prática de leitura pode significar uma melhoria na qualidade de vida, uma vez que o domínio dessa habilidade irá proporcionar a ampliação do conhecimento, a comunicação de forma mais eficiente e desenvolver a compreensão do mundo à nossa volta.

O olhar investigativo através das lentes da história cultural dos prontuários e das fichas de leitura dos apenados da Penitenciária da Pedra Grande (1941-1945) nos possibilitou colher indícios de suas práticas de leitura, não apenas como reprodução do sistema educacional prisional imposto, mas como um contrapoder, ou como táticas cotidianas, uma fonte de conhecimento que, em certa medida, permitirá a produção de variados significados, da obediência dissimulada à esperança velada, da leitura compulsória ao ato prazeroso da viagem pelas páginas de um livro. Com efeito, a atividade da escrita nas fichas de leitura, ora consiste num movimento sustentado pela autorregulação da instituição prisional, ora pelo movimento de construção de uma outra estratégia por parte dos leitores privados de liberdade. Isto confirma o que escrevia Certeau (1998, p. 225-226): a produção de um texto efetua-se em "uma superfície autônoma sob o olhar do sujeito que, assim, dá a si mesmo o campo de um fazer próprio". Esse laboratório da escritura tem como função "estratégica" fazer com que a informação recebida, "imbricada num sistema, seja assim transformada; ou fazer que as regras e os

modelos elaborados neste lugar excepcional permitam agir sobre o meio e transformá-lo". Dessa forma, as coisas que se escrevem na página se articulam com a exterioridade.

Nesta pesquisa, como já anunciado, localizamos 105 prontuários com algum tipo de vestígio de leitura: fichas de leitura, relação de empréstimo de livros e relatório de livramento de condicional. Neste capítulo, apresentaremos os dados de cinco destas pastas. O critério de escolha se deu pela quantidade do conteúdo escrito e em razão de uma densidade referente aos registros, isto é, levamos em consideração as anotações de empréstimo de livros; as fichas de leitura preenchidas pelos leitores apenados com escritos mais detalhados de suas impressões sobre as obras; os textos produzidos pelos subdiretores nos pedidos de livramento de condicional, no qual registram suas considerações sobre a vida do preso; carta escrita pelo apenado a seus pais, aqui considerada como escrita ordinária,[22] por guardar histórias individuais e familiares, por trazer vestígios da escolarização e permitir considerar distintas interpretações da aprendizagem do indivíduo.

Adotamos nomes fictícios para estes leitores, a saber: Vitor, Ivan, Sérgio, Mário e Jonas, que compõem este capítulo. Enfatizamos que a estratégia de nominar de modo fictício cada leitor tem por objetivo preservar e garantir o anonimato dos detentos, como questão ética da pesquisa. Dito isto, passamos a apresentar os indícios das práticas de leitura desses leitores privados de liberdade física, mas podemos aventar a hipótese de que esta sua prática lhes tenha oferecido liberdades em sentido amplo.

2.1 VITOR, MAIS UM ABANDONADO DO DESTINO DO QUE UM DELINQUENTE?

> *O que o teria, concretamente, inclinado ao crime e que foi que o introduziu a cometer o roubo? Respondeu com toda clareza e com a mais brutal precisão que a causa de tudo fora a sua tristíssima situação, a sua miséria e desamparo[...].*
>
> (Dostoiévski, 2002, p. 496)

A obra *Crime e Castigo*, de Fiódor Dostoiévski, expõe a conflituosa crise mental do jovem Rodka Raskólhnikov. De origem humilde, este ex-estudante de Direito vive os dramas e sofrimentos de uma trajetória esmagada pela pobreza, de modo que, a princípio,

[22] Papéis escritos tidos como ordinários tais como cartas, diários, autobiografias, dedicatórias, cadernos de receitas, cartão de felicitações e cartões postais (MIGNOT, CUNHA, 2006).

seu crime tenha sido motivado mais por sua condição de miséria do que propriamente por inclinação ao mal. O excerto acima dialoga, de algum modo, com a história do jovem jornaleiro Vitor, natural de Florianópolis, considerado pessoa miserável no sentido da lei, com 16 anos quando cometeu um crime e foi condenado à privação de liberdade pela primeira vez. Cumpriu pena de dois anos (1937-1939) na ala para menores infratores da Penitenciária da Pedra Grande. Consta, em seu prontuário, que era um rebelde, e que, enquanto cumpria a pena, teria cometido várias faltas, vindo a sofrer, consequentemente, as restrições e/ou punições definidas pela instituição e seus agentes. O Art. 86 do Código de Menores dispõe que nenhum menor de 18 anos, preso por qualquer motivo, poderá ser recolhido à prisão comum. Nada obstante, o Art. 87 determina que, na falta de estabelecimentos apropriados para a execução da sentença, "os menores de 14 a18 anos serão recolhidos a prisões comuns, porém separados dos condenados maiores, e sujeitos a regime adequado: disciplinar e educativo, em vez de penitenciário". Os documentos revelam que, nas práticas institucionais dessa penitenciária, os menores recebiam tratamento similar ao dispensado aos adultos[23] (BRASIL, 1927).

Em 1939, após o cumprimento da pena, Vitor foi posto em liberdade, com 18 anos, agora adulto. De acordo com seu prontuário, porém, sua condição de miséria e sua pouca escolaridade não lhe renderam boas oportunidades na vida. Desse modo, continuou desorientado em sua caminhada. Não demorou a retornar à senda do crime, e em 1941, juntamente com um grupo de colegas, cometeu um roubo em um estabelecimento comercial em Florianópolis e outro na Secretaria da Educação na Palhoça. Não tardou a ser descoberto, julgado e condenado. Antes da conclusão do processo condenatório, foi recolhido à cadeia pública de São José, e, segundo afirma o delegado de polícia, em atestado firmado em 31 de dezembro de 1941, teve um péssimo comportamento nessa instituição penal. Consta nos registros do prontuário que, pelos dois crimes, foi condenado a 14 anos e 4 meses de reclusão na Penitenciária da Pedra Grande. O subdiretor Antenor Tavares[24], ao se manifestar quanto ao rigor desta pena, menciona que, na época, alguns condenados por homicídio recebiam sentença não superior a seis anos; já, para este detento, julgado por crime de roubos, foi adotada uma punição considerada longa em relação à aplicação da lei penal[25]. (SANTA CATARINA, prontuário 805, 1941).

[23] Trabalho diurno; penas disciplinares: isolamento celular; privação do recreio.

[24] Antenor Tavares, advogado e político. Eleito duas vezes Deputado Estadual de Santa Catarina para os pleitos de 1947-1951 e 1955-1959. Aposentou-se em 1967. Foi nos informado, neste ano de 2020, que atualmente vive no Rio de Janeiro.

[25] Abriga um *corpus* documental com data inicial de 1941, até a data final na sentença.

De acordo com seu prontuário, o início de sua trajetória na condição de prisioneiro foi conturbado. Envolveu-se em frequentes brigas, enfrentamentos e xingamentos com os agentes prisionais, chefes de oficinas, professores e colegas de claustro. Recebeu algumas punições ou penas disciplinares - denominadas "castigos" nos prontuários -, provocando a perda do direito de ficar no pátio, de gozar do recreio, de frequentar a escola e a biblioteca. Episódios violentos lhe acarretaram alguns dias de recolhimento no cubículo.[26] Em meio a essa tumultuada estadia na prisão, em julho de 1942, Vitor escreveu a seus pais sobre sua sentença, considerada injusta:

> Minha queridá mãe e meu querido pai da-me à suas beção. Eu estimo que todos de casa esteja gosado saude e felicidade este que são os meus votos. Minha querida mãe eu estou com saude mais eu estou muitos triste por causa da minha sentencia que eu estou condenado uma sentencia para toda a minha vida mais eu não sô criminoso mais criminoso que mim feze esta injusticia mais minha mãe triste que é pobre si eu estive-te dinheiro não estaria na cadeia mais como sô mendigo estou condenado inocente (SANTA CATARINA, prontuário 805, 1941, sic).

Além das angústias de um jovem inconformado com sua condenação, este texto traz a marca de sua escolarização. A escrita, embora mostre clareza de ideias, demonstra pouco domínio no conhecimento da gramática e da ortografia da língua portuguesa culta. Nos preceitos da direção da Penitenciária da Pedra Grande, a boa escrita era fundamental na educação do indivíduo. Sendo a escrita culta muito valorizada pelos agentes da área do Direito desta instituição, ou por ser o ideário do período, a escola da penitenciária operava para o êxito na instrução da leitura e da escrita de seus apenados.

Nos primeiros meses de prisão, Vitor recorreu da sentença a fim de reduzir sua pena, porém não foi atendido. Talvez a revolta de sua situação ou a insubmissão natural de sua personalidade não o inclinasse a seguir as normas da penitenciária, tampouco a se dedicar ao trabalho e aos estudos. Por fim, na tarde do dia 8 de novembro de 1942, ele fugiu pelo telhado da terceira galeria do novo pavilhão penal, juntamente com outro preso. A evasão foi comunicada ao vigilante por outro detento, que os viu abaixados, correndo encostados ou rente à cerca em direção ao morro da Cruz como rota de fuga. Porém, sua liberdade não durou mais que quatro dias. Foi capturado no dia 12 do mesmo mês e ano, na cidade de Biguaçu. Recapturado, passou sete dias no cubículo como forma de punição pelo ato (SANTA CATARINA, pront. 805, 1941).

Após sua reintegração à rotina da penitenciária, dedicou-se aos trabalhos na oficina de colchoaria; entretanto, ainda não demonstrava interesse em seguir com os

[26] Cela isolada, sem comunicação com outros detentos.

estudos. Por constatarem que sua instrução era deficiente, logo da sua chegada nessa instituição prisional foi matriculado na segunda série da escola primária desse estabelecimento. Todavia, somente em meados do ano de 1944 começou a se interessar pelos estudos e, principalmente, pela leitura. Está registrado em seu prontuário que sua última pena disciplinar ocorreu também neste ano, tendo sido descrito como "mau comportamento na escola", recebendo como castigo a reclusão no cubículo por oito dias. Independentemente desta falta, seu desempenho escolar foi considerado muito bom e lhe rendeu a promoção para a terceira série e um elogio em Portaria, de parte do então subdiretor João Gualberto Furtado (SANTA CATARINA, pront. 805, 1941).

Afinal, o que teria levado Vitor a se dedicar aos estudos após três anos de sua prisão? Teria sido o poder disciplinar exercido pela instituição prisional ou a vontade própria de se instruir? Os documentos contidos em seu prontuário não apresentam as repostas a estas indagações, mas trazem vestígios de que esse apenado dedicava seu tempo ao trabalho, aos estudos e às leituras. Quanto à leitura, talvez tenha compreendido que poderia ser aproveitada como forma de instrução e/ou lazer. Nesse tempo, Vitor não mais cometeu faltas; os dias se seguiram sem qualquer menção a punições. A trajetória prisional deste apenado nos remete, em certa medida, à do jovem Edmond Dantes, personagem da obra literária *O conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas, que passa pelos tomentos da vida na prisão e parece ter encontrado um tipo de redenção na educação, como se pode ler no trecho do livro: "Porque a distração do estudo lhe substituísse o gozo da liberdade, ou porque cumpria rigorosamente sua palavra, já não falava em fugir, e os dias corriam para ele rápidos e instrutivos. Ao cabo de um ano, já era outro homem (DUMAS, 2009, p. 159).

Assim como Dantes, com o passar dos anos na prisão, Vitor fez com que seus dias fossem mais instrutivos, tornando-se um homem diferente do que ingressara na penitenciária anos atrás. Pelos documentos contidos em seu prontuário, pôde-se constatar que, a partir de maio de 1944, ele começou a retirar livros quase que semanalmente da biblioteca prisional. Em pouco mais de um ano, segundo os registros de seu prontuário, ele leu 29 títulos. Ainda que tenhamos observado lacunas nas anotações deste documento administrativo, acreditamos que ele possa ter lido mais títulos do que os registrados. Ainda assim, pela quantidade expressiva de livros identificados como lidos em um ano, é possível pensar que Vitor fosse um leitor habitual e podemos, de certo modo, utilizar o conceito de leitor eclético, pois demonstrou diferentes interesses, isto é, leitor de variadas

obras. Por fim, organizamos as informações encontradas em seu prontuário em um quadro, sistematizado de acordo com as datas dos empréstimos dos livros (Quadro 1).

Quadro 1 – Relação de empréstimos das obras da biblioteca da Penitenciária (1944-1945) - Vitor

	Título	Autor	Empréstimo	Categoria
1	Napoleônicas	Alice Storm	20/05/1944	Biografia/Guerra
2	Esta hora tremenda	Heitor J. Peverini	25/11/1944	Hist.Geral/Guerra
3	Saudade	Tales de Andrade	02/12/1944	Romance
4	A iniciação aos negócios	Orison Swett Marden	09/12/1944	Bem viver
5	O corpo e o espírito	Orison Swett Marden	06/01/1945	Bem viver
6	Sentimentos e costumes	André Mourais	20/01/1945	Romance
7	A filosofia de Machado de Assis	Afrânio Coutinho	27/01/1945	Filosofia
8	Poesias completas	Castro Alves	11/02/1945	Poesia
9	Senhora (volume 1)	José de Alencar	24/03/1945	Romance
10	Senhora (volume 2)	José de Alencar	31/03/1945	Romance
11	Casos Reaes a registrar	A. Felício dos Santos	07/04/1945	Religião
12	Esta hora tremenda	Heitor J. Peverini	14/04/1945	Guerra
13	A obra prima da vida	Orison Swett Marden	21/04/1945	Bem viver
14	Brasileiros Pioneiros do ar	Lysias Rodrigues	02/05/1945	História do Brasil
15	Doutor, aqui está o seu chapéu	Dr. Joseph A Jerger	05/05/1945	Biografia
16	Desperta e vive	Dorothea Brande	12/05/1945	Bem viver
17	Nós e a vida	Karl Von Frisch	26/05/1945	Biologia
18	Sargento Nikola	Istvan Tomas	23/06/1945	Contos
19	O romance da física	George Russell	21/07/1945	Física
20	O choque das raças ou o presidente negro	Monteiro Lobato	28/07/1945	Romance
21	O grito da selva	Jack London	25/08/1945	Romance
22	Amigo	E. Percy Ellis	08/09/1945	Religião
23	O sentido da vida	Dom Valfredo Tepe	06/10/1945	Religião
24	A Escola Dominical	Não identificado	13/10/1945	Religião
25	O caminho de três agonia	Candido Mota Filho	27/10/1945	Romance
26	Os Grandes Processos da História (5 vol)	Henri Robert	10/11/1945	História
27	A Patrulha da Madrugada	Jihn M Saunders	08/12/1945	Romance
28	Desperta e vive	Dorothea Brande	15/12/1945	Bem viver

(cont.)

(conclusão)

29	O Fim do Mundo	Upton Sinclair	29/12/1945	Romance

Fonte: Elaborado pela autora em julho de 2019.

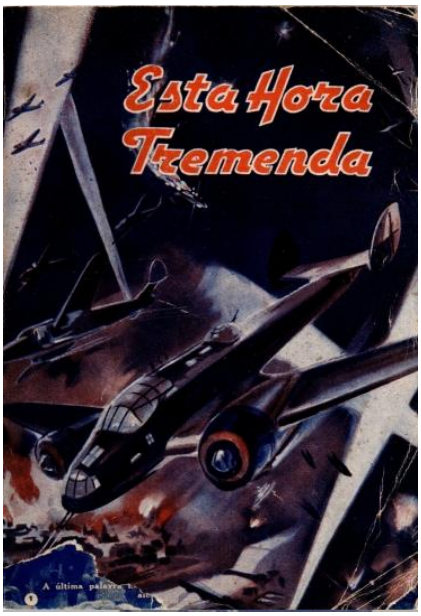
Ao agrupar essas informações por categoria, foi possível identificar que Vitor leu nove obras do gênero romance, cinco de manuais de bem viver, quatro de história geral, quatro de religião, duas de biografia. Os títulos de uma única leitura resumem-se às seguintes categorias: história do Brasil, filosofia, biologia, conto e poesia. Conforme já exposto no capítulo da introdução, a biblioteca dessa penitenciária tinha um *corpus* limitado de obras com categorias diversas, mas a preferência manifestada por este leitor foi por livros de romance. Importante destacar que suas primeiras leituras foram de títulos que abordavam histórias de guerra.

Nos vestígios das fontes, identificamos, pela ficha de leitura, que o primeiro título lido por ele foi, supostamente, a obra biográfica intitulada *Napoleônicas*, que narra a história das batalhas de Napoleão Bonaparte. Essa ficha será objeto de exame juntamente com as demais, em outro momento deste estudo.

No tocante ao título, *Esta hora tremenda*, de Heitor J. Peverini, foi o primeiro livro registrado em seu prontuário, em 25 de novembro de 1944. A edição da década de 1940 deste livro, com capa colorida e ilustração no verso, conta uma história dos conflitos da Primeira Guerra Mundial. Podemos inferir que a estética da obra possa ter seduzido o leitor a mergulhar nesse tempo e lugar, envolvendo-o mais a se aventurar na leitura. Considerando esses títulos como, possivelmente, os primeiros livros por ele escolhidos, conjeturamos que o cenário do período - o tempo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) -, presente diariamente nas mídias da época, poderá ter influenciado ou estimulado seu interesse por esse tipo de literatura. O exame mais atento aos registros acerca das práticas da leitura de Vitor identificou registros de que ele leu este mesmo livro novamente no ano seguinte.

A fim de levar o leitor contemporâneo a se conectar à época retratada neste estudo, apresentamos uma capa da obra *Esta hora tremenda* (Figura 8). Alertamos, porém, que não se trata da mesma edição lida por Vitor, já que não foi possível identificar as edições dos exemplares disponibilizados na biblioteca da penitenciária.

Figura 9 - Livro Esta hora tremenda, de Heitor J. Peverini (1946) - capa e contracapa



Fonte: Arte Brasileira – Mercado Livre. Disponível em <https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-1276699395-livro-esta-hora-tremenda-heitor-j-peverini-1946-_JM>. Acesso em: 28 mar. 2020.

A leitura repetida do livro referido acima, nos permite confirmar que Vitor leu duas vezes em menos de um ano outro título, intitulado *Desperta e vive*, de Dorothea Brande. Essa obra foi incluída na categoria dos manuais de bem viver, por ser entendida como um guia para o desenvolvimento espiritual e pessoal, muito comum nessa época e nessa biblioteca.

A prática de uma leitura repetida leva a pensar que dado o livro, de alguma forma, toca de modo especial o leitor. No conjunto de registro de Vitor, no entanto, não se localizaram as fichas referentes a esses títulos. Uma dada percepção dessa leitura por esse leitor fica no campo das especulações. Daí a pergunta: teria Vitor preenchido a ficha de leitura referente a estas obras? Teriam as referidas fichas desaparecidas no tempo? Não tendo como passar da hipótese, não há como mensurar o efeito desses livros no gosto desse leitor apenado.

Embora não tenhamos identificado registros de releitura de outros títulos, percebemos que esse modo de leitura poderia ser uma prática comum adotada por Vitor em alguns momentos de seu cotidiano na penitenciária, o que nos permite chegar a algumas respostas. Isto é, no momento em que a leitura desses títulos lhe foi prazerosa, sentiu-se à vontade para realizá-la novamente, tendo em conta a familiaridade da estrutura, enredo e/ou vocabulário do texto, adquiridos numa primeira leitura, elementos

que provavelmente lhe facilitaram a compreensão do conteúdo na segunda leitura. Em essência, vamos descortinando, a cada releitura, novos conhecimentos, que é o que entende Chartier (2001). Somos modificados pelas experiências que vivenciamos ao longo do tempo; portanto, a cada releitura, em cada época, o leitor se lança a novas aventuras e descobertas, que serão analisadas e sentidas de forma diversa.

Os prontuários indicam, de certo modo, a composição do acervo da biblioteca da Penitenciária da Pedra Grande. Nesta direção, observa-se tratar-se de um acervo alinhado às políticas e aos valores do Estado Novo, livros com teor patriótico, higienista, moral e cristão. Nesta perspectiva, as obras de José de Alencar apresentavam um apelo moral e patriótico comum à época e constavam entre os romances mais lidos entre os presos dessa instituição. Vitor, porém, leu apenas os dois volumes do livro *Senhora*. Possivelmente, o enredo dos romances ou a linguagem adotada por este autor não tenha despertado seu interesse por outros títulos do mesmo autor. Goulemot (2001, p. 115) afirma que "a leitura é um jogo de espelhos", em que reencontramos o saber anterior, um saber oscilante, não necessariamente o imposto pelo livro. Embora a cultura institucional ofereça ao leitor apenado uma porção reduzida de títulos, a relação com o livro, cultural ou afetiva, traz à tona sua história, suas memórias, ou também, como sugere Goulemot (2001, p. 112), se possa considerar uma "biblioteca vivida", isto é, tratar-se de um saber e de um gosto particular. Neste contexto, a preferência pelo gênero do livro emerge do horizonte pessoal de cada indivíduo.

A preferência de Vitor por romances mostra uma das dimensões do prazer de ler, uma jornada pessoal que amplia o conhecimento e oferece uma nova perspectiva sobre o mundo ou sobre si mesmo, sem pretensão de objetividade ou verdade.

No que tange às obras categorizadas como manuais de bem viver, disponíveis na biblioteca da penitenciária, identificamos 19 títulos de Orison Swett Marden. O teor de seus livros gira em torno de concepções relativas a condutas e aprendizagens de boas normas sociais, de linguagem simples e objetiva, em que se discutem princípios de virtude para uma vida bem-sucedida. Os títulos do autor, ao integrar o acervo desta biblioteca, mostram que sua obra atendia às políticas da instituição, isto é, possibilitava, por meio da escolarização e do fomento à leitura, a regeneração do indivíduo em vista de sua futura reintegração na sociedade. O exame dos documentos quanto ao uso do acervo da biblioteca revela que os livros desse autor figuram como os mais lidos entre os detentos leitores, o que mostra que a política adotada, de certo modo, foi de sucesso. Vitor é um exemplo disso, pois, como mostraram suas fichas, leu três títulos: *A iniciação aos*

negócios, *A obra prima da vida*, *O corpo e o espírito*. Os títulos podem sugerir que ele poderia, na leitura desses títulos, mostrar sua preocupação com o mundo do trabalho formal, com a qualidade das ações frente à sociedade, além de mais bem-estar mental e corporal como indivíduo.

Na sua lista de obras lidas, chama a atenção o fato de não haver registro da enciclopédia *Thesouro da Juventude*; embora referida nas instruções da biblioteca escolar da Reforma Trindade, este título consta como livro didático. Podemos entender que a direção da biblioteca dessa penitenciária tratava essa coleção como livro de leitura e não necessariamente como obra didática, inserindo-a entre os títulos de livre escolha, podendo ser utilizada para estudo ou para lazer.

Pela variedade das leituras de Vitor, podemos assumir que ele era um leitor eclético, com habilidades de leitura relativas a seu grau de instrução e a suas competências culturais. Roger Chartier (2004, p. 377), em seu estudo sobre a história da leitura e dos leitores na França do Antigo Regime, refere-se às habilidades que envolvem o ato de ler. Para o autor, a partir "dos possíveis usos do escrito, dos diversos manuseios do impresso, os textos põem em contraste competências culturais, capacidades de leitura e maneiras de ler" que produzem apropriações plurais de um mesmo objeto escrito. Sobre a leitura como prática, o autor escreve:

> Não se podem, portanto, restringir apenas à sua finalidade material ou a seus efeitos sociais as práticas que organizam as atividades e tecem vínculos entre os indivíduos: são todas, ao mesmo tempo, "culturais", já que traduzem em atos as maneiras plurais como os homens dão significação ao mundo que é o seu. Portanto, toda história, quer se diga econômica, social ou religiosa, exige o estudo dos sistemas de representação e dos atos que eles geram. Por isso ela é cultural (CHARTIER, 2004, p. 18).

As quatro fichas de leitura registradas no prontuário de Vitor revelam tanto suas impressões quanto suas preferências de leitura. Estas fichas referem-se às obras: *Napoleônicas*, de Alice Storm, lida em 20 de maio de 1944; *Saudade*, de Antônio Sampaio Doria, lida em 3 de dezembro de 1944; *A iniciação aos negócios*, de Orison Swett Marden, lida em 9 de dezembro de 1944; *Amigo*, de E. Penci Ellis, lida em 8 de setembro de 1945. Para melhor apreciação, reproduzimos os conteúdos destas fichas de leitura. Observamos, para o leitor, que a forma material impressa dessa ficha (Quadro 2) se limita à manifestação escrita do apenado, em que revela o entendimento e a percepção da obra lida, questão já abordada no capítulo 1.

Quadro 2 - Dados das fichas de leitura (Vitor)

Título da obra: *Napoleônicas* (20 mai. 1944) Nome do autor: *Alice Storm* *1-* De que trata este livro? *Da vida de Napoleão que foi um homem de grandeza.* 2- Você leu o livro até o fim? *Sim* 3- Gostou da leitura? *Sim* 4- Por que? *Foi uma história de um patriota.*
Título da obra: *Saudade* (02/12/1944) Nome do autor: *Antonio Sampaio Doria* 1- De que trata este livro? *De educação infantil.* 2- Você leu o livro até o fim? *Sim* *3-* Gostou da leitura? *Sim* 4- Por que? *Não comentou.*
Título da obra: *A iniciação nos negócios* (9 dez. 1944) Nome do autor: *Orison Swett Marden* 1- De que trata este livro? *Ensino* 2- Você leu o livro até o fim? *Sim* 3- Gostou da leitura? *Sim* *4-* Por que? *Ensina como si deve fazer os negócios.*
Título da obra: *Amigo* (08/09/1945) Nome do autor: *E. Penci Ellis* *1-* De que trata este livro? *Estudo religioso cristão* *2-* Você leu o livro até o fim? *Sim* 3- Gostou da leitura? *Sim* 4- Por que? *Ele é a verdade*

Fonte: Elaborado pela autora em maio de 2020.

Diante das limitações de um formulário, que remete a respostas mecânicas e reduz o leitor a se expressar mais livremente, foi possível reconhecer um pouco dos gostos e interesses desse leitor apenado. Chartier (1998, p. 92) afirma, em seus estudos, que cada leitor, em cada uma de suas leituras, em cada circunstância, é singular. Contudo, "esta singularidade é atravessada por aquilo que faz que este leitor seja semelhante a todos aqueles que pertencem à mesma comunidade", ou seja, às técnicas ou aos modelos de leitura que organizam as práticas de certos grupos. No caso do leitor apenado, as práticas de leitura, em certa medida, são determinadas pela instituição prisional como forma de disciplinar os corpos e controlar suas condutas por meio da leitura solitária, da leitura silenciosa e do registro de suas percepções. Além da penitenciária, o governo é que se valia dela como instrumento de seu projeto político-hegemônico com vistas à criação de uma cultura nacional patriótica e da manutenção da ordem social. Nesta direção, uma interpretação das fichas de leitura de Vitor, que se segue, intenta revelar a singularidade que estes textos produziram nesse leitor.

A ficha sobre a obra biográfica de Napoleão leva a pensar que sua leitura agradou nosso leitor. Seu apreço por esse livro talvez se possa justificar por ele gostar de temas relacionados à guerra, como também poderia significar que, por conta desse tempo e

lugar, estivesse imbuído de sentimento patriótico e considerasse esse imperador francês um "homem de grandeza" porque amava a pátria, ou porque reconhecesse no personagem histórico mais que um líder militar e um político habilidoso, quem sabe alguém com excelência em coragem e dignidade.

O fato é que, ao disponibilizar livros desse tipo aos apenados, essa instituição corretiva intencionava inspirar ou estimular o sentimento patriótico comum, alinhado e propagado no Estado Novo. A ficha preenchida por Vitor nos revela que a apropriação deste leitor se relaciona com o espírito da época, com o ideário getulista da necessidade de preparação de uma raça capaz de amar a pátria. Neste contexto, a escola e a biblioteca da instituição prisional serviam de veículo de educação cívica. Esta educação é manifestada nas palavras de Horta (1994, p. 146) como a "formação do cidadão capacitado para engrandecer a Pátria", sendo um agente empreendedor, resistente, varonil e disciplinado.

Já a ficha de leitura do livro *Saudade* não contém muitas informações sobre suas impressões, talvez por ser uma obra com conteúdo mais infantil, como ele mesmo nos indica; assim, pode não ter despertado nele conceitos a serem descritos. Já a ficha do livro *A iniciação nos negócios*, de Orison Swett Marden, nos traz uma importante informação. Este foi considerado pelo leitor como um livro de ensino. Frente ao reconhecimento de que as obras desse autor, segundo Cunha (2007), figuram como um manual de regras, tal literatura tem por finalidade orientar o bom desempenho do indivíduo, propiciando uma forma de educação para as práticas civilizatórias percebidas e exigidas na conformação da nova sociedade urbano-industrial do país. Como dito em outro momento, Vitor, ao se interessar pela leitura desse título, pode nos sugerir que, enquanto detento, estava sim preocupado em se qualificar para o sonho do futuro tempo da liberdade.

A ficha sobre a obra *Amigo*, de E. Penci Ellis, é um dos livros de religião que fez parte do acervo da biblioteca da penitenciária. Nesse período, o ensino religioso constava das aulas do ensino primário nas escolas públicas do estado de Santa Catarina. Embora facultativo pela legislação da época, estava presente nas instituições educativas da Penitenciária da Pedra Grande. Horta (1994) informa que a Igreja católica era a liderança religiosa do país; porém, como já mencionado anteriormente, a Igreja protestante também estava presente na educação dos presos. Na realidade, o foco desse ensino era a moral cristã. Apesar de, em parte, a educação religiosa estar alinhada ao regime político ditatorial da época, com o "intuito de atingir propósitos nem sempre do povo em si, mas do aparelho eclesiástico" (HORTA, 1994, p. 110), a religião também cumpria o papel

social de confortar as almas sofredoras, fortalecer os ânimos e dar-lhes esperança na vida futura. Talvez, na busca de um alento frente aos reveses da prisão, Vitor tenha lido também tantos outros títulos de cunho religioso. Pelo que essa literatura o tocou, ele acreditou que se tratava do conhecimento da verdade. Nas situações experimentadas por ele fora e dentro dos muros da prisão, quem poderia dizer-lhe o contrário?

A leitura na prisão era necessariamente limitada aos títulos selecionadas pela direção e pelo Estado. O que assegurava ao apenado determinada compreensão em sua maneira de ler, a relação entre seu corpo e o livro, a leitura silenciosa, a leitura na cela, os possíveis usos das categorias intelectuais e suas vivências particulares.

Para Chartier (1998, p. 77) "a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados", ou seja, o texto não tem totalmente o sentido que lhe atribuem o autor ou seus comentadores. Ler é percorrer outros mundos, é inventar, criar, fabricar conceitos, interpretações, significações. Em princípio, toda história da leitura supõe uma liberdade do leitor, que "desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor". Todavia, essa liberdade não é absoluta; ela é "cercada de limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura".

Nos dois anos que se seguiram, Vitor se tornou um leitor costumaz, um aluno obediente, um trabalhador atencioso, um preso disciplinado. A mudança de seu comportamento não passou despercebida pelos agentes da penitenciária, que lhe conferiram elogios. Assim o subdiretor Antenor Tavares registrou em seu relatório:

> Sua vida penitenciária correu, de começo turbado, natural, pois era de se esperar de uma formação como a sua, rebelde e jamais contrariado. Daí a origem de faltas no início de sua vida como recluso. Mas o tempo, foi-lhe pouco a pouco transformando e apagando as labaredas de seu gênio revolto e levando-o ao verdadeiro caminho de marcharia à regeneração completa. [...] E ele, estarei certo, olhará esta parte de sua vida, com gratidão, pois sabe que foi aí que obteve uma educação capaz de o tornar homem e viver como tal entre os homens (SANTA CATARINA, pront. 805, 1941).

Será que, diante das mudanças evidenciadas em suas atitudes, as estratégias educacionais da Penitenciária da Pedra Grande conseguiram domar a consciência desse homem? Ou, na realidade, Vitor, conscientemente ou não de suas capacidades inventivas, viu nos estudos, na leitura, na mansidão do caráter, uma forma de conseguir sua tão almejada liberdade, ou diminuir sua pena e retomar sua vida o quanto antes? Para Certeau (1998), os diferentes modos de fazer resultam das astúcias cotidianas para escapar do controle e tomar parte da produção da sua própria cultura ordinária, possibilitando sutis vitórias dos mais fracos sobre os mais fortes. Neste momento, só temos a opinião do subdiretor Antenor Tavares no texto de Livramento de Condicional em 1946, em que

advogava em favor de Vitor, pois acreditava que ele fosse mais um abandonado do destino:

> [...] um desprotegido dos fados, um infortunado da vida, do que propriamente um delinquente. Sua tendência à delinquência, adquirida na juventude, herdada do meio ambiente ou que consolidou sua formação, traçou-lhe um caminho acérrimo e espinhoso, onde as grades da prisão já por duas vezes lhe não permitiram a caminhada. Crescido na baixa esfera social, onde a miséria a todos tortura, estrangulando-os com seus tentáculos imensos. Ele, não vendo em sua existência outra coisa senão a desgraça eterna, procurou, na senda do crime, um meio de salvação, um ponto seguro, por onde obter uma vida melhor e mais confortadora. [...] Diremos nós, a condição baixa na qual os homens, as mulheres e as crianças devem amontoar-se em tugúrios de onde a decência fugiu, de onde são impossíveis as condições de existência dentro das normas mais elementares da higiene, um meio no qual os únicos prazeres acessíveis se reduzem à brutalidade e à embriaguez; onde a dor se acumula em proporções gigantescas, num composto diverso, tais como as enfermidades, raquitismos e degradação moral, onde a perspectiva de um trabalho honesto e estável jamais se apresenta. Tal foi o meio em que nasceu e cresceu Vitor [...] (SANTA CATARINA, pront. 805, 1941).

Vitor cumpriu pena de oito anos. Recebeu condicional no ano de 1948, aos 28 anos de idade. Deixou a Penitenciária da Pedra Grande com o ensino primário completo, com gosto pela leitura e com experiência profissional em colchoaria. Embora, pela idade, o consideremos um homem jovem, as fotografias de seu prontuário nos mostram um homem envelhecido pelos anos recluso nessa instituição prisional. Não temos registros de sua vida pós-detenção. No entanto, ficam-nos alguns questionamentos: Será que ele se adaptou à vida em uma sociedade considerada moderna? Será que ele continuou os estudos? Continuou um leitor costumaz ou será que suas práticas de leitura se encerraram na penitenciária?

Na linha dessas incertezas, Henri Charrière, ex-prisioneiro do complexo de presídios na Guiana Francesa na década de 1930 e autor do livro *Papillon: o homem que fugiu do inferno,* conta, por meio da ficção, os anos que passou encarcerado em uma prisão de segurança máxima, na ilha de Albatroz, e como conquistou a liberdade (fugindo), levado pelas ondas do Atlântico, ondas que havia estudado sistematicamente. Assim, liberto, percebeu que "a primeira coisa a fazer é aprender a viver em liberdade. Não vai ser fácil" (CHARRIÈRE, 2014, p. 723). Concluindo, Vitor aprendeu a viver em liberdade? [...]. Não temos esta resposta.

No item que se segue e a partir do *corpus documental* examinado para o presente estudo, apresentamos os indícios das práticas de leitura de outro jovem que cumpriu a pena de seis anos na Penitenciária da Pedra Grande.

2.2 IVAN, PRESIDIÁRIO EXEMPLAR?

> *[...] a natureza humana tem repugnância para o crime. Entretanto, a civilização deu-nos necessidades, vícios, apetites factícios, que às vezes nos fazem sufocar os bons instintos, e nos conduzem ao mal.*
>
> (DUMAS, 2009, p. 152)

Os dados do prontuário de Ivan remontam, em parte, ao enredo e aos personagens da obra *O conde de Monte Cristo,* de Alexandre Dumas. Sim, é preciso alertar, guardadas as proporções de tempo e lugar, a realidade de alguns prisioneiros da Penitenciária da Pedra Grande se entrelaça aos aspectos da índole humana. Na ficção de Dumas, o jovem Edmond Dantes, exposto às angústias e dilemas de uma ardilosa emboscada da vida, aos poucos vai se transformando num homem frio e calculista, que não mede as consequências de seus atos mais cruéis. A respeito do jovem lavrador Ivan, de apenas 19 anos, também podemos pensar que caiu em uma armadilha na cidade de Criciúma, Santa Catarina, sua cidade natal. Não é possível precisar o dia, mas o ano era 1943. Foi na companhia de seu irmão que se envolveu em uma discussão com um homem desconhecido, num pequeno estabelecimento comercial da cidade. A discussão acalorada segundo os registros, "atacou seu brio". Parafraseando Alexandre Dumas, na obra acima citada, o debate sufocou os *bons instintos* dos envolvidos na discussão; essa evoluiu para uma violenta luta corporal, que resultou em grave ferimento no oponente de Ivan. Mesmo ferido, ele tenta escapar de outros golpes. Ivan o persegue e, ao alcançá-lo, percebe a gravidade, isto é, o levou ao encontro da morte.

Entrou no estabelecimento comercial como cidadão comum, jovem agricultor, e deixou o estabelecimento tentando fugir das autoridades da ordem e da lei. Sua captura foi rápida e sem resistência. Foi levado à cadeia pública de Urussanga e ficou detido até seu julgamento.

Pelo crime de homicídio culposo - sem antecedentes criminais -, Ivan foi sentenciado a seis anos de reclusão a serem cumpridos na Penitenciária da Pedra Grande, em Florianópolis. Ao chegar neste estabelecimento prisional, em abril de 1943, ficou em prisão celular diurna e noturna. Este procedimento era comum entre os presos recém-chegados, como forma de avaliar seus comportamentos e atitudes antes de os integrar à rotina da penitenciária. Por demonstrar brandura e disciplina, logo foi designado para trabalhar como aprendiz na oficina de marcenaria. Em dois meses, foi promovido a primeiro oficial; nas horas vagas, auxiliava na carpintaria (SANTA CATARINA, pront. 894, 1943).

Para Foucault (2009), a disciplina é uma técnica de distribuição dos indivíduos com o poder de esquadrinhar, classificar e hierarquizar segundo o objetivo específico da instituição que trabalha, manipula e controla o comportamento, enfim, produz o tipo de homem necessário àquela sociedade.

Diferentemente do detento Vitor, os registros mostram Ivan como um detento resignado ou conformado desde a sua captura, julgamento e prisão. Já nos registros feitos sobre sua conduta, em março de 1943, na cadeia pública de Urussanga, o carcereiro relatou que, durante o tempo de sua prisão, esse prisioneiro revelou "ótimo comportamento, tendo prestado serviços de limpeza e faxina da cadeia". Na penitenciária do estado não foi diferente; o subdiretor João Gualberto Furtado registrou em seu relatório: "Ivan tem uma vida penitenciária positiva, quer pela ausência de qualquer falta, quer na constância ao trabalho, podendo assim ser resumido: bom na comarca de origem; igualmente bom neste presídio" (SANTA CATARINA, pront. 894, 1943).

Ao iniciar o cumprimento de sua pena na Penitenciária da Pedra Grande, passou a frequentar a escola mantida pela instituição. Em seu prontuário, consta que era alfabetizado, mas apresentava deficiência em sua instrução, e, de acordo com o relatório do subdiretor J. Gualberto, "ao ingressar, mal firmava o nome", razão por que foi matriculado na primeira série. Sua dedicação aos estudos lhe rendeu um elogio em portaria, em dezembro de 1944, e a promoção para a terceira série. Seu entusiasmo pelos estudos se complementou com seu interesse pela leitura, percebido e registrado em seu pedido de livramento da condicional, em 1945, em que consta: "[...] demonstrou, também, incomum interesse pela Biblioteca que lhes pertence, retirando para ler, obras instrutivas, umas após outras" (SANTA CATARINA, pront. 894, 1943). No quadro 3, é possível constatar o perfil desse leitor detento.

Quadro 3 - Relação de empréstimos das obras da biblioteca da Penitenciária (1944-1945) - Ivan

	Título	**Autor**	**Empréstimo**	**Categoria**
1	Iracema	José de Alencar	14/10/1944	Romance
2	O poder da vontade	Orison Swett Marden	21/10/1944	Bem viver
3	A marcação do lugar na vida	Orison Swett Marden	11/11/1944	Bem viver
4	O Gaúcho (volume 1)	José de Alencar	18/11/1944	Romance
5	O Gaúcho (volume 2)	José de Alencar	25/11/1944	Romance

(cont.)

(conclusão)

6	O Guarani (volume 1)	José de Alencar	02/12/1944	Romance
7	O Guarani (volume 2)	José de Alencar	09/12/1944	Romance
8	O sucesso pela vontade	Orison Swett Marden	16/12/1944	Bem viver
9	Til (volume 1)	José de Alencar	06/01/1945	Romance
10	Til (volume 2)	José de Alencar	13/01/1945	Romance
11	Vozes Animadoras	Orison Swett Marden	20/01/1945	Bem viver
12	Viagem através do Brasil (vol.1)	Ariosto Espinheira	27/01/1945	História do Brasil
13	Viagem através do Brasil (vol.2)	Ariosto Espinheira	03/02/1945	História do Brasil
14	A mulher e o lar	Orison Swett Marden	10/02/1945	Bem viver
15	A iniciação aos negócios	Orison Swett Marden	03/03/1945	Bem viver
16	Uma, duas argolinhas	Carlos Drummond de Andrade	17/03/1945	Poesia
17	As minas de prata	José de Alencar	24/03/1945	Romance
18	Mil histórias sem fim	Malba Tahan	07/04/1945	Romance
19	Lágrimas de homem	Warwick Deeping	21/04/1945	Romance
20	O vento da noite	Emily Bronte	05/05/1945	Poesia
21	O anjo de pedra	Tennessee Williams	30/05/1945	Romance
22	O tronco do Ipê (volume 1)	José de Alencar	02/06/1945	Romance
23	O tronco do Ipê (volume 2)	José de Alencar	09/06/1945	Romance
24	Cinco Minutos	José de Alencar	04/08/1945	Romance
25	Senhora (volume 1)	José de Alencar	01/12/1945	Romance
26	Senhora (volume 2)	José de Alencar	08/12/1945	Romance
27	Lacerda Coutinho	Henrique Fontes	15/12/1945	Biografia
28	A filosofia de Machado de Assis	Afrânio Coutinho	22/12/1945	Filosofia

Fonte: Elaborado pela autora em julho de 2019.

Os registros dos empréstimos das leituras de Ivan datam de outubro de 1944. No entanto, pode ser que esses não sejam os únicos títulos lidos por ele. Partindo do princípio de que a biblioteca funcionava regularmente às sextas-feiras e que os livros tinham prazo de sete dias para devolução, assim como no caso de Vitor, há lacunas comuns nas anotações entre os dias dos meses de março, junho, julho, agosto, setembro e novembro de 1945. O que nos sugere algumas hipóteses: a falta do responsável pelos registros nesses dias, a indisponibilidade dos prontuários nesses períodos ou até a impossibilidade de atendimento a todos os solicitantes ao mesmo tempo, já que a biblioteca funcionava apenas uma hora por semana.

No quadro 3, podemos conhecer as preferências desse leitor por livros de romance, de bem viver, e de poesia. Entre os romances, os livros de José de Alencar caíram em seu gosto. Dos 12 títulos disponíveis na biblioteca prisional, oito foram lidos por Ivan. As obras do autor referido são reconhecidas por retratar as regiões brasileiras, os costumes e as tradições de sua gente. Levam o leitor por uma viagem pelo Brasil: na geografia, na história, nas festas religiosas, na multiplicidade da cultura popular e na heterogeneidade e simplicidade de seus heróis. Tais características, de alguma forma, tocaram a sensibilidade deste leitor.

Na escrita poética de José de Alencar, já no prólogo da obra, convida a quem lê a viajar inspirado pelas páginas do livro, a se divertir, a distrair a mente das coisas que o preocupam. Em suas amistosas palavras, há uma forma de atrair e cativar o leitor para explorar mais o texto. Neste ponto de vista, podemos dizer que Ivan foi cativado por este romance indianista, que mistura ficção e história da colonização na região do Ceará. O livro narra a história de amor da índia Iracema, "a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabellos mais negros que a aza da graúna, e mais longos que o seo talhe da palmeira", e do branco europeu, colonizador e civilizado, e os conflitos entre os costumes dos indígenas. O leitor apenado, imerso nessa aventura rica dos detalhes de uma região diferente e distante da sua realidade, pode ter tomado gosto por esse tipo de literatura.

Além das obras de José de Alencar, Ivan também leu as do inglês George Warwick Deeping, e do norte-americano Tennessee Williams.

Os textos, em certa medida, poéticos, de José de Alencar, podem ter levado, ainda que de forma inconsciente, esse detento a explorar também livros de poesia como *O vento da noite*, que reúne poemas da inglesa Emily Bronte, mundialmente conhecida por seu aclamado romance *O morro dos ventos uivantes*, e "uma, duas argolinhas" com versos de Carlos Drummond de Andrade, um dos maiores poetas brasileiros do século XX.

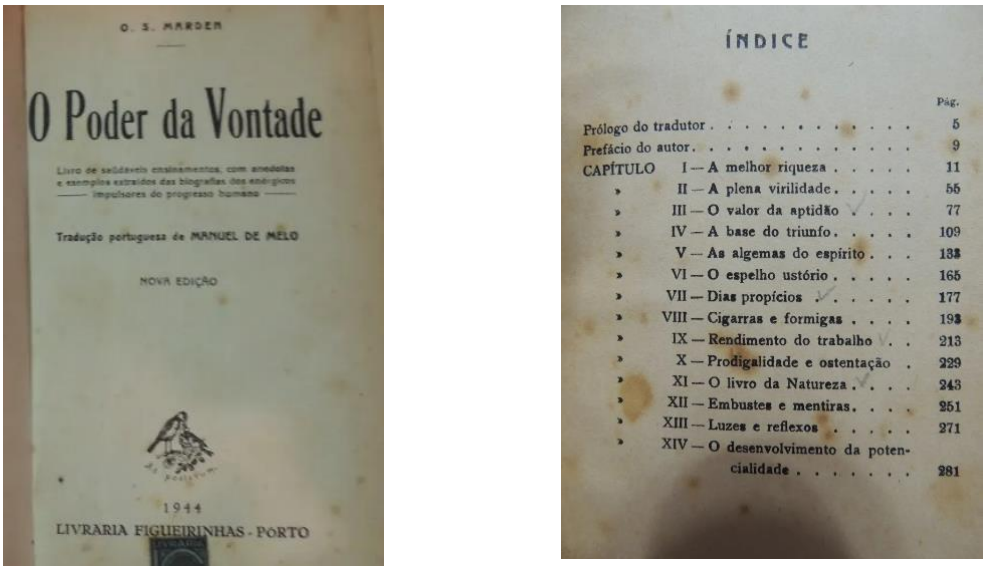
De maneira geral, ao imaginarmos uma prisão, não a pensamos como um lugar de estudo, de leitura, que dirá de poesia! A compreensão superficial do sistema carcerário nos leva a supor que tal ambiente seja repleto de violência, humilhação e dor; um lugar sórdido, no qual ninguém desejaria estar. Segundo a ideia de inferno de Dante,[27] um antro temeroso, onde o céu não mais seria contemplado e a pena seria a eterna ausência da esperança, poderia, de certa forma, definir uma prisão. Não podemos negar que a Penitenciária da Pedra Grande controlasse os gestos e as mentes, punisse os corpos e as

[27] Dante Alighieri, escritor e poeta italiano do século XIV. Autor da obra "Divina Comédia", composta em versos e dividida em três parte: inferno, purgatório e paraíso.

almas desses homens encarcerados; podemos, contudo, afirmar, mediante os documentos localizados em seus prontuários, que havia poesia dentro daqueles muros. Os livros em verso e prosa, os poemas sobre a vida, o amor e a liberdade preenchiam com a esperança os momentos de uma leitura solitária.

As obras do norte-americano Orison Swett Marden aparecem entre as mais lidas por Ivan. Dos 19 títulos disponíveis nessa biblioteca, consta que ele leu seis. Os dados do seu relatório indicam que ele intercalava as leituras entre os títulos de José de Alencar e os de Marden, demonstrando uma certa preferência por esses autores, como se seus textos se complementassem e assim ampliassem sua compreensão acerca das histórias narradas e/ou de sua própria vivência. Diferente de Vitor, que não demonstrou preferência pela leitura de outras obras desses dois autores. De acordo com a relação de empréstimo de livros, o primeiro título desse autor lido por Ivan foi *O poder da vontade*, livro que aborda a perseverança e o trabalho para o progresso humano. Ilustramos este título na figura 9, lembrando que esta não é a imagem correspondente à da edição lida por Ivan.

Figura 10 - Livro O poder da vontade, de Orison Swett Marden (1944) - capa e índice



Fonte: Sebo Antigo Porto - Mercado Livre. Disponível em <produto.mercadolivre.com.br/MLB-699845142-livro-o-poder-da-vontade-orison-swett-marden-_JM>. Acesso em: 3 abr. 2020.

Neste livro, Marden reclama para cada indivíduo o equilíbrio físico, mental e moral, sendo esses os pontos propulsores do sucesso. O autor aborda, no capítulo III –“ O valor da aptidão” –,requisito necessário ao exercício de determinada atividade ou função a fim de se tornar capaz de realizar, de forma correta e a contento, aquilo que se predispõe a fazer ou aquilo que se requer que faça. Ou seja, para Marden, o desenvolvimento das

aptidões ocorre pelo domínio dos instintos, da disciplina das emoções, da correção dos pensamentos, da capacitação do corpo e da mente e por meio do exercício do trabalho:

> Parece incrível que haja quem não consiga desenvolver seus meios de aperfeiçoamento com as energias e recursos que possua. E, contudo, a grande maioria das pessoas – a massa anônima da sociedade – não repara nesses meios de que dispõe e considera a vida como um pesadelo insuportável, desgostando-se com o penoso encargo de ter que trabalhar para viver, quando afinal, este é o único meio de formar um caráter superior (MARDEN, 1944, p. 106).

As palavras de Marden parecem ir ao encontro da vivência prisional de Ivan. Desde a sua prisão, ele demonstrou disciplina, respeito às regras e gosto pelos estudos e pelo trabalho. A trajetória deste prisioneiro, descrita pelo subdiretor J. Gualberto Furtado, foi pacífica, o que lhe rendeu o elogio de "presidiário exemplar, com raro aproveitamento e esforço para melhorar suas condições pessoais". Neste entendimento, a vida penitenciária de Ivan seguia dentro da normalidade controlada. As atividades diárias eram um jeito de se manter-se sadio na rotina atrás das grades, onde as ações devem ser ponderadas (SANTA CATARINA, pront. 894, 1943).

Até a data do delito, Ivan tivera uma vida modesta, como um homem simples, assim como tantos outros cidadãos comuns do país. Esse sujeito comum pode ser compreendido na definição de Certeau como o homem ordinário que "compõe o conjunto de anônimos que estão na base da sociabilidade moderna". E tem, na vida diária, um campo de atuação e exposição de suas vontades, de suas lutas, compartilhadas e experimentadas no convívio social. Ainda segundo o autor, "as ações desse homem simples podem ser silenciosas, explícitas em práticas e pequenos jogos de astúcia para superar as adversidades cotidianas que garantam sua sobrevivência" (1998, 60-62). Apesar das pressões disciplinares às quais os indivíduos são submetidos no cárcere, há quem habilmente construa para si refúgios mentais como forma de bem lidar com a vida no claustro, dedicando-se ao estudo, ao trabalho e/ou à leitura.

A dedicação aos estudos durante o tempo que Ivan passou nessa instituição prisional lhe garantiu um elogio, em portaria, no ano de 1944, e a possiblidade de liberdade condicional ao cumprir um terço da pena. De um homem quase analfabeto a aluno exemplar, Ivan foi (re)construindo sua vida nas dependências dessa prisão. Embora não tenhamos localizado nenhuma ficha de leitura deste leitor apenado, seus registros indicam que ele era um leitor habitual, com gosto particular por romances e manuais de bem viver. Os registros de seu repertório de leituras demonstram uma significativa imersão nessa cultura. Sua trajetória, diferentemente da do apenado Vitor, seguiu uma linearidade, um perfil do 'preso ideal', daquele que aceita o castigo por seu crime e

aproveita de sua estada na prisão para se instruir e, quiçá, se tornar um exemplar cidadão republicano da época.

No âmbito da leitura, a experiência no cárcere proporcionou a Ivan mais que algumas obras instrutivas; também possibilitou momentos de prazer, distração e, por que não, sonhos e aspirações. A leitura amplia o vocabulário, ajuda a adquirir novos conhecimentos, a desenvolver a imaginação e a conhecer outros lugares e costumes. Por meio do acervo da biblioteca da Penitenciária da Pedra Grande, foi possível a esse leitor apenado, em suas maneiras de ler, desvelar o mundo à sua volta. A prisão, embora vista como um lugar de infortúnios por alguns, para outros poderia ser um meio de aprendizado.

Neste entendimento, o subdiretor J. Gualberto Furtado, sempre que possível, destacava as qualidades dos bons leitores detentos em seus documentos de livramento de condicional. Para ele, a leitura de obras ‘instrutivas” ajudava na melhoria do comportamento dos sentenciados e suas possibilidades de reintegração social. Com isso, ele assim finalizava o pedido de condicional de Ivan, em 1945: “Tendo assegurado, pelo ofício que aprendeu e pelo desenvolvimento intelectual alcançado, os meios de subsistência, achamos que satisfaz ele a todos os requisitos legais para merecer o livramento de condicional” (SANTA CATARINA, pront. 894, 1943).

Assim, em janeiro de 1946, Ivan recebeu a liberdade condicional e pôde recomeçar a sua vida, nesse momento, como um homem renovado, instruído, profissional de marcenaria e carpintaria e um leitor habitual.

Encontramos nas palavras de Dostoiévski, o escritor russo que também passou pela experiência do cárcere, e talvez por isso aborde o tema numa dimensão tão íntima, uma reflexão sobre a experiência prisional para um indivíduo: “[...] aqui começa já uma nova história, a história da gradual renovação de um homem, a história do seu trânsito progressivo dum mundo para outro, do seu contato com outra realidade nova, ignorada até ali” (DOSTOIÉVSKI 2002, p. 510). Neste sentido, percebemos a dimensão da instituição prisional e de seus instrumentos educativos no processo de transformação dos indivíduos. De alguma forma, eles são tocados, seja pelo peso da disciplina imposta, seja pelo apreço pelo trabalho, pelo gosto dos estudos ou pelo simples prazer da leitura.

Em direção às novas descobertas das práticas de leitura desses homens privados de liberdade, a seguir conheceremos o leitor apenado, Sérgio.

2.3 SÉRGIO, REVELANDO SENTIMENTOS MORAIS?

> *Cheio de vergonha, nada respondi, pois me faltavam elementos para refutar a opinião do homem. Se ele, observador profissional dos delinquentes, me via assim, teria lá as suas razões. Ponderei, extingui melindres. Tinha motivo para escandalizar-me? Não. Em duros casos, a observação podia ser considerada elogiosa. Consigo realmente ambientar-me depressa, acomodar-me às circunstâncias.*
>
> (RAMOS, 2000, p.297)

A situação de confinamento, de se sentir marginalizado, instala no prisioneiro variadas emoções e dramas morais. No excerto acima, extraído da obra *Memórias do cárcere,* de Graciliano Ramos, está relatada sua experiência como preso político no ano de 1936, durante o governo de Vargas. O trecho, expõe quão complexo é o sentimento de quem se encontra cerceado em sua liberdade, recluso numa prisão. O olhar desse autor sobre os demais presos, políticos ou comuns, leva-nos, à sua maneira, sem arriscar julgamentos precipitados, à compreensão da história desse leitor apenado aqui identificado como Sérgio, um lavrador de 22 anos. Em 1942, este jovem, casado, natural de Curitibanos, no planalto catarinense, no distrito também denominado Curitibanos, cometeu um crime de homicídio considerado hediondo aos olhos da lei, devido ao caráter desumano e imoral do ato.

> Segundo os documentos penitenciários, Sérgio portava uma arma de fogo para a prática da caça em uma mata nos arredores da região onde residia. Ao ver uma menina brincando sozinha em uma clareira, decidiu usá-la como alvo de sua arma. Disparou uma vez e acertou, atingindo sua cabeça. A criança morreu imediatamente. Em seguida, a arrastou para a mata, e ali violou o seu corpo. As autoridades da lei logo o identificaram como autor do delito.

No momento de sua captura, talvez por entender ou assumir a gravidade de seu ato, não ofereceu resistência à prisão, como foi possível constatar em seu prontuário. O acusado foi levado à cadeia pública da região, onde permaneceu até o julgamento, em 1943. Após cerca de um ano, foi julgado e a sentença proferida pelo juiz não foi menos que 30 anos de reclusão, e esta veio a ser cumprida na Penitenciária da Pedra Grande em Florianópolis.

Após o cumprimento do período de isolamento celular, definido a critério de uma comissão, Sérgio foi avaliado e considerado apto a gozar de todos expedientes de benefícios regulamentares dessa instituição prisional, como exercer trabalho diurno,

gozar do recreio no pátio, frequentar a escola e fazer empréstimo dos livros da biblioteca, conforme o Regimento Interno de 1931.

No seu documento de entrada no sistema penitenciário, ele foi declarado analfabeto pelas autoridades. Assim, em abril de 1943, ele foi matriculado no primeiro ano da escola mantida pela Penitenciária da Pedra Grande. No relatório do diretor Edelvito Campelo D'Araújo, no ano de 1940, ele registra haver maior incidência de crimes por "ignorância que raia pela brutalidade" junto àqueles com baixa ou nenhuma instrução (SANTA CATARINA, 1940). Nesta direção, as instituições educativas existentes no sistema prisional brasileiro, e aqui, especificamente, no estado de Santa Catarina, estavam alinhadas ao ideário nacional de alfabetização da população brasileira, principalmente das classes pobres, incluindo-se a população carcerária. A escola e a biblioteca prisional funcionavam como alavanca do acesso à escolarização como um meio de transformação social (SANTA CATARINA, pront. 901, 1943).

Nos documentos analisados, Sérgio era considerado um aluno disciplinado e com boa frequência escolar. Porém, diferentemente de Vitor e Ivan, não recebeu elogio em portaria pelo aproveitamento nos estudos neste primeiro ano, provavelmente por não ter alcançado a aprovação nos exames finais para cursar a segunda série no ano seguinte. No entanto, parece que este primeiro ano o habilitou à leitura, ou, como o designa Roger Chartier (2003, p. 25), à "competência de leitura", pois, a partir de agosto de 1944, passou a retirar semanalmente livros da biblioteca, na maioria, obras religiosas. De forma geral, não constam dados sobre o credo religioso dos apenados nos prontuários. Assim, não ficou evidente se este leitor demonstrava preferência por livros de moral religiosa por comungar de uma crença ou por se ter sentido tocado pelas palavras de salvação e/ou redenção da fé cristã, ou até mesmo por ter sido estimulado por outros presos ou agentes prisionais a escolher tal gênero, ou, ainda, na sua condição de fé, espiar seu crime por meio da leitura de textos religiosos. Vale sublinhar uma observação referente a Sérgio pelo subdiretor J. Gualberto Furtado, em seu relatório, em que escreve que o "sentenciado tem revelado sentimentos morais", e que "esta prisão tem cumprido com seu ofício na regeneração dos presos", quiçá dos homens abandonados pelo destino (SANTA CATARINA, pront. 901, 1943).

No rastro das leituras de Sérgio, verificamos que, em 16 meses, ele retirou da biblioteca 62 obras, concentrando-se nos títulos de religião e de romance, pois, conforme os dados, 26 delas são de religião, o que equivale a 42% e, 12 do gênero romance, ou cerca de 19%. Outros gêneros aparecem em menor número, a saber: quatro títulos de

contos, três do tipo manuais de bem viver, três relativos à saúde/medicina, um de história infantil, um de história geral, um de educação, um de biografia, um de biologia, um de política e, por fim, oito títulos sem identificação de autor e de categoria. Conjecturamos que estes títulos, não identificados nesta pesquisa, podem ter feito parte de edições de revistas ou folhetos, comumente adquiridos pela biblioteca da penitenciária, conforme já mencionado no capítulo anterior. No quadro 4, consta, ordenada por data, a relação dos títulos e categorias dos empréstimos ao apenado.

Quadro 4 - Relação de empréstimos das obras da biblioteca da Penitenciária (1944-1945) – Sérgio

	Título	**Autor**	**Empréstimo**	**Categoria**
1	Rimas	Arthur Azevedo	19/08/1944	Contos
2	Notas de um diarista	Humberto de Campos	26/08/1944	Romance
3	Fagulhas	Não identificado	02/09/1944	?
4	O poema de Anchieta	José de Anchieta	09/09/1944	Romance
5	Panorama do cristianismo	Não identificado	16/09/1944	Religião
6	Varonilidade do mestre	H.E. Fosdick	23/09/1944	Religião
7	Paulo de Tarso	Não identificado	30/09/1944	Religião
8	Nosso Mestre	Não identificado	07/10/1944	Religião
9	Esplendores da fé	Não identificado	14/10/1944	Religião
10	Meditações cristãs	Não identificado	21/10/1944	Religião
11	O guia da Saúde	Não identificado	04/11/1944	Saúde
12	O Guarani (volume 1)	José de Alencar	11/11/1944	Romance
13	O Guarani (volume 2)	José de Alencar	18/11/1944	Romance
14	Seara Médica	Não identificado	25/11/1944	Saúde/Medicina
15	Jesus de Nazaré	Não identificado	09/12/1944	Religião
16	Evangelismo e Avivamento	Não identificado	16/12/1944	Religião
17	Notas de um marujo	Muller dos Reis	23/12/1944	Romance
18	A voz da profecia	Não identificado	30/12/1944	Religião
19	Nosso Mestre	Não identificado	06/01/1945	Religião
20	Ajuda-te a ti mesmo	Orison Swett Marden	13/01/1945	Bem viver
21	Religião eficaz	Não identificado	20/01/1945	Religião
22	Biblioteca educacional	Não identificado	27/01/1945	Educação
23	Marieta	Não identificado	03/02/1945	?

(cont.)

(conclusão)

24	Esplendores da fé	Não identificado	24/02/1945	Religião
25	Mais junto a ti Senhor	Não identificado	03/03/1945	Religião
26	Seara Médica	Não identificado	10/03/1945	Saúde/Medicina
27	Vozes do calvário	Não identificado	17/03/1945	Religião
28	O significado da oração	Não identificado	24/03/1945	Religião
29	História de Cristo	Não identificado	31/03/1945	Religião
30	Em espírito e verdade	Não identificado	07/04/1945	Religião
31	Alegorias	Não identificado	14/04/1945	Contos
32	Meu Natal	Não identificado	21/04/1945	?
33	O livro desconhecido	Não identificado	28/04/1945	?
34	Amigo	E. Percy Ellis	05/05/1945	Religião
35	Como achei a Cristo	Não identificado	12/05/1945	Religião
36	A Escola Dominical	Não identificado	19/05/1945	Religião
37	Cristianismo Intrépido	Não identificado	26/05/1945	Religião
38	Avivamento e Evangelismo	Não identificado	02/06/1945	Religião
39	Sombras que sofrem	Não identificado	09/06/1945	?
40	Religião eficaz	Não identificado	16/06/1945	Religião
41	A voz da profecia	Não identificado	30/06/1945	Religião
42	Como achei a Cristo	Não identificado	07/07/1945	Religião
43	Desperta e vive	Dorothea Brande	14/07/1945	Bem viver
44	O Gaúcho (volume 1)	José de Alencar	21/07/1945	Romance
45	O Gaúcho (volume 2)	José de Alencar	28/07/1945	Romance
46	O moço loiro	Joaquim Manuel de Macedo	04/08/1945	Romance
47	As minas de prata	José de Alencar	18/08/1945	Romance
48	Nós e a vida	Karl Von Frisch	08/09/1945	Religião
49	A marcação do lugar na vida	Orison Swett Marden	15/09/1945	Bem viver
50	Histórias do mundo para as crianças	Monteiro Lobato	22/09/1945	Infantil
51	Santa Catarina	Não identificado	29/09/1945	?
52	Nós e a vida	Karl Von Frisch	06/10/1945	Biologia
53	Notas de um estudante	João Ribeiro	13/10/1945	Contos
54	O caminho de três agonias	Candido Mota Filho	20/10/1945	Política/Crítica

(cont.)

(conclusão)

55	A derrota de Napoleão na Rússia	General Conde de Ségur	27/10/1945	História Geral
56	Pequena História do Mundo	Não identificado	03/11/1945	?
57	Mil histórias sem fim	Malba Tahan	10/11/1945	Romance
58	Dr. Mário Rangel	Não identificado	17/11/1945	?
59	Temas Falados	Maurício de Medeiros	24/11/1945	Contos
60	Ubirajara	José de Alencar	30/11/1945	Romance
61	Vida, morte, imortalidade	Karl Von Frisch	07/12/1945	Biologia
62	Memórias	Humberto de Campos	14/12/1945	Biografia

Fonte: Elaborado pela autora, em julho de 2019.

De acordo com estes dados, o primeiro livro retirado por Sérgio foi *Rimas*, de Arthur Azevedo, que se refere a contos. O segundo livro foi o romance *Notas de um diarista*, de Humberto de Campos, e somente depois desses gêneros ele começou a retirar os títulos sobre religião, o que nos leva a pensar que, inicialmente, ele não tinha uma preferência por determinadas categorias, e que essa preferência foi se constituindo ao longo de seu cotidiano. Apesar da preferência demonstrada por títulos religiosos, Sérgio, assim como Vitor, era um leitor eclético, ou múltiplo, dada a variedade dos títulos descritos em seu prontuário. Podemos inferir, também, que ele era um leitor costumaz, pois as anotações seguem uma sequência semanal de retirada de livros, só se registrando lacunas nos meses de fevereiro e agosto de 1944. No quadro 5, a descrição das sete fichas de leitura preservadas nos documentos deste preso.

Quadro 5 - Dados das fichas de leitura (Sérgio)

Título da obra: ***Notas de um estudante*** (13/10/1945) Nome do autor: *João Ribeiro* 1- De que trata este livro? *Estudos nacionaes e apontamentos de origem alemã. Notas de história, de arte, de sciencia.* 2- Você leu o livro até o fim? *Não* 3- Gostou da leitura? *Não gostei.* 4- Por que? *Porque é um livro que fala e apresenta em confirmação das doutrinas de Steinach. Em homens doente de mais de 70 anos.*
Título da obra: ***A derrota de Napoleão na Rússia*** (27/10/1945) Nome do autor: *General Conde de Ségur* 1- De que trata este livro? *A derrota de Napoleão na Rússia* 2- Você leu o livro até o fim? *Não* 3- Gostou da leitura? *Não gostei* 4- Por que? *Porque indica e selebra a guerra.*

(cont.)

(conclusão)

Título da obra: *Dr. Mário Rangel* (17/11/1945) Nome do autor: Não identificado 1- De que trata este livro? *De especiais doenças* 2- Você leu o livro até o fim? *Li algumas frases* 3- Gostou da leitura? *Sim* 4- Por que? *Porque em sina se defender de muitas doenças e em sina remédio.*
Título da obra: *Temas falados* (24/11/1945) Nome do autor: *Maurício de Medeiros* 1- De que trata este livro? *Não respondeu* 2- Você leu o livro até o fim? *Não li até o fim* 3- Gostou da leitura? *Não gostei* 4- Por que? *Não respondeu*
Título da obra: *Ubirajara* (30/11/1945) Nome do autor: *José de Alencar* 1- De que trata este livro? *É de caça e amor* 2- Você leu o livro até o fim? *Sim* 3- Gostou da leitura? *Gostei da leitura* 4- Por que? *Porque é istória de cassador e de amor. Seu não gostasse desta estória de amor eu talveis não fosse homem. Poriço, eu gosto muito de cousas assim.*
Título da obra: *Vida, morte, imortalidade* (07/12/1945) Nome do autor: *Karl Von Frisch* 1- De que trata este livro? *Das características da vida e da sua duração.* 2- Você leu o livro até o fim? *Sim* 3- Gostou da leitura? *Sim* 4- Por que? *Porque és a leitura que ensina amém.*
Título da obra: *Memórias* (14/12/1945) Nome do autor: *Humberto de Campos* 1- De que trata este livro? *Autobiografia* 2- Você leu o livro até o fim? *Não li até o fim.* 3- Gostou da leitura? *Gostei de alguma couza e alguns capitro não gostei.* 4- Por que? *Porque pratica um crime e me lembro no que eu cometi. Eu esto arepedido doque fies e quero esquecer de minha falta. este livro fais com que eu me lembre no crime que cometi. E poriço não gosto de alguma páginas.*

Fonte: Elaborado pela autora em maio de 2019.

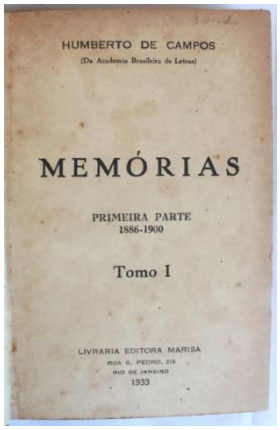
Além dos indícios das práticas de leitura, as anotações nessas fichas expõem os sentimentos, e também a escolarização deste leitor apenado. Em processo de alfabetização, Sérgio não faz uma relação ortográfica, nem se preocupa com as regras da norma culta, mas transcreve exatamente os sons que escuta. Ao compreendermos a leitura e a escrita como práticas culturais e sociais, ou seja, ações que não são exclusivamente escolares, admitimos não se constituírem unicamente de uma técnica de decifração e decodificação, mas que vão além da aquisição de um sistema de escrita alfabética, pois

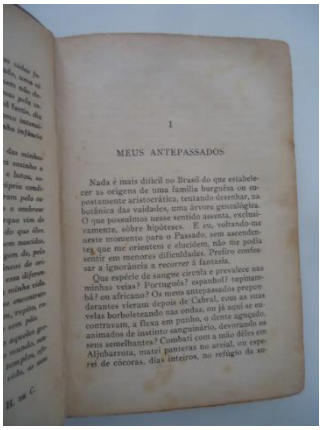
abarcam também diferentes níveis de compreensão, na medida em que os indivíduos interagem com os textos. Os estudos de Roger Chartier (2004) indicam que ler é uma habilidade que envolve competências plurais, com isso produzindo apropriações diversas de um mesmo objeto escrito. Em outras palavras, ler não é um ato puramente mecânico e desconectado da realidade social, mas como caminhar por ambientes já conhecidos, agregando novos elementos e conhecimentos ao longo do percurso.

Por meio das fichas de leitura de Sérgio, confrontamos o perfil de leitor habitual com a ação comum de leitura parcial das obras. Isto é evidenciado nas fichas dos títulos *Notas de um estudante,* de João Ribeiro, *A derrota de Napoleão na Rússia*", do general Conde de Ségur, *Dr. Mário Rangel,* de autor não identificado, *Temas falados,* de Maurício de Medeiros e *Memórias,* de Humberto de Campos. Sérgio afirmou não ter gostado de três desses livros. Isto justificaria, por si só, a interrupção das leituras; entretanto, ele também não concluiu a leitura daquela da qual afirmou ter gostado. Essas contradições confirmam, de certa forma, uma atitude comum no cotidiano desse leitor, cujo interesse inicial pelo texto parece se desvanecer ao longo da leitura.

A respeito do livro *Memórias, (*Figura 10), não temos como afirmar que seja a mesma edição da que pertenceu ao acervo da biblioteca da penitenciária, mas a sua forma nos auxiliará a compreender o sentido desse livro por parte deste leitor apenado.

Figura 11 - Livro Memórias, de Humberto de Campos (1933) - capa e primeira página do capítulo 1





Fonte: Alberto Leiloeiro. Disponível em: https://www.albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=4119107. Acesso em: 28 abr. 2020.

Ao mergulhar no universo das páginas de um livro, as percepções, por vezes, se distanciam daquelas que nos levaram às escolhas, seja pelo formato, pelo título, pela sinopse da obra ou, mesmo, pela indicação de outros leitores. As relações que se

estabelecem entre o texto, a materialidade que o manifesta e o leitor, não se restringem a estratégias externas de indução ou atração que se tende a impor a seu público. O consumo da leitura faz emergir a memória de cada um como um turbilhão de emoções, emaranhado com os gostos e as aptidões pessoais, como a descrita na ficha de leitura do livro *Memórias*, de Humberto de Campos. Em suma, o texto despertou nele sentimentos contraditórios. Alguns capítulos lhe eram agradáveis; outros o faziam confrontar-se com suas memórias, lembranças de atos primitivos, degenerados, desumanos, que ele preferia esquecer ou, quiçá, superar.

Em 1933, o jornalista Humberto de Campos publicou o livro *Memórias* (1886-1900), com crônicas das suas lembranças de infância e juventude, considerado o livro mais célebre de sua carreira pela Academia Brasileira de Letras. No primeiro capítulo dessa obra, o autor disserta sobre seus antepassados e faz uma reflexão sobre os instintos primitivos de seus ancestrais:

> Que espécie de sangue circula e prevalece nas minhas veias? Português? Espanhol? Tupinambá? Ou africano? Os meus antepassados preponderantes vieram depois de Cabral, com suas velas borboleteando nas ondas, ou já aqui se encontravam, com a flecha em punho, o dente aguçado, animados de instinto sanguinário, devorando seus semelhantes?" (CAMPOS, 1933, p. [...]?)

A leitura também é uma construção e/ou reconstrução das memórias daquele que opera fora do texto (CHARTIER, 2001); portanto, sob a ótica deste leitor, esta passagem do texto expressa, em parte, o ato criminoso por ele praticado. Por conseguinte, pode ser compreensível sua aversão por alguns capítulos e a interrupção da leitura, já que este livro traz à tona lembranças difíceis de defrontar. Na contramão, as leituras de cunho religioso confortam e auxiliam na mudança moral, geralmente idealizada por seus usuários. Talvez por este motivo Sérgio se tenha dedicado com afinco a leituras desse gênero, consideradas edificantes pela direção da penitenciária. Os registros mostram que este leitor, assim como Vitor, tinha por prática a leitura repetida de alguns títulos; neste caso, os religiosos como *A voz da profecia*, *Como achei a Cristo*, *Esplendores da fé*, *Nosso mestre* e *Religião eficaz*. Apesar disto, não foi localizada nenhuma ficha de leitura sobre tais obras, ou outras, relacionadas a religião.

É importante destacar o apontamento feito por Sérgio na ficha de leitura do título *Vida, morte, imortalidade*, do zoólogo alemão Karl Von Frisch, que aborda estudos da área da Biologia: história natural, desenvolvimento da vida, órgãos e suas funções, ecologia, genética e relações com o meio ambiente. Ele disse que gostou da leitura por ser instrutiva e finaliza com a palavra "amém". Esta palavra, de conotação religiosa em

um texto de outro gênero, sugere que este leitor estava imerso na crença cristã, e que, mesmo após a leitura de uma obra científica, ele se sentia compelido a reforçar ou reafirmar sua fé.

O gênero romance também agradava a este leitor apenado. Na linha dos romances de José de Alencar, Sérgio leu *O guarani*, *O gaúcho* e *Ubirajara*. Este último foi registrado em ficha de leitura e demonstra o apreço do leitor por histórias de aventura e relações amorosas. Nesta obra, o autor buscou resgatar os valores indígenas, reconstruir a imagem do índio e defender sua cultura. O protagonista é o índio Jaguarê, um guerreiro que se torna chefe da tribo e, posteriormente, passa a ser chamado de Ubirajara, que, em tupi-guarani, significa "senhor da lança".

Este livro, em sua primeira versão (1874), é organizado em nove capítulos, com 155 páginas. A história é relativamente curta. Ao longo do livro, José de Alencar apresenta a cultura indígena por meio do vocabulário tupi e utiliza notas explicativas ao final da obra. Apesar de ser um clássico do século XIX, a leitura não é complicada; a narrativa é simples e a história envolve o leitor na aventura desse personagem corajoso e sagaz. Sérgio gostou tanto do livro que assim justificou: "Se eu não gostasse desta estória de amor eu talveis (sic) não fosse homem". O homem a que se refere é o herói idealizado na figura viril do indígena do século XVI, que se contrapunha a ele, que há alguns anos cometera um crime hediondo.

Em 1955, aos 34 anos, Sérgio recebeu a liberdade condicional. Os 12 anos na prisão lhe conferiram a profissão de marceneiro, o ensino primário completo, o gosto pela leitura e, talvez, a redenção de sua alma atormentada pela lembrança do crime cometido. As circunstâncias que levam o homem à restrição de sua liberdade são variadas. Os documentos prisionais sugerem, no caso de Vitor, que a situação de miséria o inclinou ao roubo; na de Ivan, que as emoções se sobrepuseram à sua razão e o levaram ao crime. No caso de Sérgio, não consta claramente evidenciada em seus registros a condição – psicológica, social, cultural - que o levou a tão dantesco ou brutal ato. Entretanto, pelo entendimento de que as estratégias dessa prisão vão além da punição da alma, deduz-se que, certamente, terão ido ao encontro da regeneração humana por meio do trabalho, da escolarização e da leitura.

Nesta perspectiva, segue-se a questão: Pela dimensão do ato violento de Sérgio, será que a experiência no claustro verdadeiramente o preparou para seguir o caminho como um homem regenerado, trabalhador, disciplinado, e leitor habitual? Pelas

informações dispostas nas fontes pesquisadas, não é possível responder a este questionamento.

Na esteira desta pesquisa, conheceremos, a seguir, os vestígios das práticas de leitura do próximo leitor apenado, aqui identificado como Mário.

2.4 MÁRIO, LER PARA MATAR O TEMPO

> Indivíduos tímidos, preguiçosos, inquietos, de vontade fraca habituam-se ao cárcere.
> (RAMOS, 2000, p.26)

As palavras do romancista alagoano Graciliano Ramos, retiradas do livro *Memórias do cárcere*, são o testemunho da realidade de quem viveu na prisão. A narrativa é simples, porém carregada de amarguras pelas situações vividas por ele e por outros presos que dividiam o espaço no *Purgatório.*[28] Assim como nas memórias deste autor, nas reviravoltas da vida se entrecruzam histórias, pessoas e tormentos. Nos reveses da existência humana, em 1942, o mecânico Mário, natural de Orleans, em Santa Catarina, solteiro, aos 25 anos, na companhia de dois colegas, participou de um violento ato criminoso. A princípio, o plano era simples; eles solicitariam o serviço de um motorista de carro particular para realizar uma viagem de Torres (RS) para Criciúma (SC) e, no meio do percurso, anunciariam o roubo. Porém, os homens não levaram em consideração a reação do motorista durante tal abordagem. Com isso, o que seria um roubo, se transformou em um trágico e vil homicídio. Este caso abalou a sociedade catarinense na época e ficou conhecido vulgarmente como o "crime da gargantinha". Os envolvidos nesta trama foram julgados e condenados a 30 anos de prisão cada um, a serem cumpridos na Penitenciária da Pedra Grande, a partir do ano de 1943 (SANTA CATARINA, pront. 905, 1943).

Em depoimento, Mário afirmou que, ao contrário dos outros dois acusados, não teve participação direta na ação que levou à morte do motorista. Entretanto, após julgamento, ele foi considerado igualmente culpado e recebeu a pena máxima estabelecida em lei.[29] Seja pelo arrependimento de não ter impedido o infeliz ato criminoso, pela repercussão do caso no estado, ou até mesmo pela conscientização da

[28] O Purgatório está entre o céu e o inferno. Nele, a alma sofre cumprindo penas que tem como objetivo a sua purificação. As penas são, às vezes, tão terríveis quanto as do Inferno, mas as almas as cumprem sem reclamar, pois, têm certeza de que, quando o tempo de sua purgação terminar, lhes será concedida a entrada no Paraíso (ALIGHIERI, 1999).

[29] Art. 55. A duração das penas privativas de liberdade não pode, em caso algum, ser superior a trinta anos, nem a importância das multas ultrapassar cem contos de réis (BRASIL, 1940).

gravidade de seu delito, ele não se opôs, nem recorreu da sentença. De modo diferente de Vitor, mas muito próximo da atitude de Sérgio, Mário logo aceitou sua punição e se conformou com seu destino no cárcere. Isto se confirma pelo registro do subdiretor J. Gualberto Tavares em 1944, no qual afirma que este detento, logo de sua chegada, se dedicou ao trabalho, aos estudos e à leitura, não tendo cometido faltas nem recebido punições até aquele momento; em suma, "a vida penitenciária do postulante é positiva" (SANTA CATARINA, pront. 905, 1943).

Sobre a escolaridade de Mário, os documentos informam que ele era alfabetizado (sabia ler e escrever) antes de ingressar nessa penitenciária; todavia, após avaliação, concluíram que sua alfabetização era deficiente e por isso deveria cursar o segundo ano da escola mantida pela instituição. Logo de sua chegada, passou a retirar livros da biblioteca da penitenciária, tornando-se um leitor habitual. Já no ano seguinte, recebeu do subdiretor um elogio, em portaria, pelo bom aproveitamento e dedicação aos estudos (SANTA CATARINA, pront. 905, 1943).

Os registros mostram que o primeiro empréstimo de obras da biblioteca prisional ocorreu em julho de 1943. É importante ressaltar que, dos 27 prontuários (1941-1945) localizados com fichas de leitura, este é o único que contém uma ficha referente a este ano, enquanto nos documentos dos outros presos leitores os vestígios das leituras remontam ao ano de 1944. Considerando que a biblioteca desta instituição foi criada oficialmente em 1938, podemos levantar algumas hipóteses, como: as fichas de leitura não eram utilizadas ou não eram arquivadas nas pastas dos apenados antes de 1943, e, supostamente, alguns presos teriam lido mais títulos do que as identificadas em seus documentos. Podemos pensar também que, anteriormente, esse material era guardado em outro local, ou até mesmo descartado depois de analisado pelos agentes prisionais. Para o momento, apresentamos a relação dos títulos constante no prontuário deste leitor apenado, organizada por data de empréstimo (Quadro 6).

Quadro 6 - Relação de empréstimos das obras da biblioteca da Penitenciária (1943-1945) – Mário

	Título	**Autor**	**Empréstimo**	**Categoria**
1	O Sertanejo (volume 1)	José de Alencar	10/07/1943	Romance
2	O Sertanejo (volume 2)	José de Alencar	17/07/1943	Romance
3	Família sem Nôme	Julio Verne	21/05/1944	Romance

(cont.)

(conclusão)

4	De Paris ao Brasil por terra	Lous Birissenard	30/05/1944	Romance
5	A obra prima da vida	Orison Swett Marden	19/08/1944	Bem viver
6	O sucesso pela vontade	Orison Swett Marden	26/08/1944	Bem viver
7	O aperfeiçoamento individual	Orison Swett Marden	02/09/1944	Bem viver
8	Os milagres do pensamento	Orison Swett Marden	09/09/1944	Bem viver
9	A arte de economizar e poupar	Orison Swett Marden	23/09/1944	Bem viver
10	Retoques no meu de volta da URSS	André Gide	24/09/1944	Memórias
11	O punhal nazista no coração do Brasil	Não identificado	30/09/1944	História do Brasil
12	Thesouro da juventude (18 volumes)	Editor W.M. Jackson	07/10/1944	Conh. Gerais
13	As artes	Não identificado	14/10/1944	?
14	Russia	Não identificado	21/10/1944	?
15	Machado de Assis	Não identificado	28/10/1944	Contos
16	Os meus balões	Não identificado	04/11/1944	?
17	Reminiscências	Humberto de Campos	11/11/1944	Romance
18	Antologia da Academia Bras. de Letras	Não identificado	18/11/1944	História do Brasil
19	Gato preto em campo de neve	Érico Veríssimo	25/11/1944	Romance
20	Carlos Magno	Não identificado	02/12/1944	Biografia
21	A nova política do Brasil	Getúlio Vargas	24/12/1944	Política
22	Os sertões	Euclides da Cunha	06/01/1945	Romance
23	O trabalho, a saúde e o êxito	Orison Swett Marden	31/01/1945	Bem viver
24	Casei-me com a aventura	Osa Johnson	10/02/1945	Romance
25	América	Monteiro Lobato	24/02/1945	Historia Geral
26	Desperta e vive	Dorothea Brande	24/03/1945	Bem viver
27	Compendio de física	Não identificado	21/05/1945	Física
28	O Gaúcho (volume 1)	José de Alencar	02/07/1945	Romance
29	O Gaúcho (volume 2)	José de Alencar	02/07/1945	Romance
30	A vida começa aos quarenta	Walter B. Pitkin	04/07/1945	Bem viver

(cont.)

(conclusão)

31	Arte de viver	André Mourais	28/07/1945	Romance
32	Curso geral de química	Não identificado	28/07/1945	Química
33	O homem que calculava	Malba Tahan	08/09/1945	Romance
34	Regras para triunfar na vida	N.D. Lafuerza	15/09/1945	Bem viver
35	A prosperidade	Não identificado	27/09/1945	Bem viver
36	História da civilização	Will Durant	27/09/1945	História Geral
37	O conquistador	Não identificado	06/10/1945	?
38	Vênus geradora	A. Cabral	01/12/1945	Biologia
39	O Brasil na lenda e na cartografia	Gustavo Barroso	08/12/1945	História do Brasil

Fonte: Elaborado pela autora em julho de 2019.

A partir da análise desses registros, constatamos que Mário leu 12 títulos de romances, 10 de bem viver, 3 de história do Brasil, 2 de história geral, 1 de biografia, 1 de política, 1 de física, 1 de química, 1 de biologia, 1 de conhecimentos gerais, 1 de conto e 4 não identificadas, nem por autor nem por gênero. Este panorama constrói, em nosso imaginário, um detento leitor com preferência por romances e obras de bem viver, assim como o preso Ivan. Ainda que demonstre um gosto diversificado, tendo em vista as diferentes categorias lidas, não foi observada nenhuma retirada de títulos de cunho religioso, o que nos leva a pensar que este preso, diferentemente de Sérgio, não buscava o consolo, a redenção ou a salvação de sua alma nos textos de moral cristã.

As cinco fichas de leitura localizadas no prontuário de Mário mostram que este preso possuía uma bela letra, um certo cuidado com a norma da boa escrita ou escrita culta. Seus apontamentos sobre as leituras, e, em geral, mostram clareza de ideias e firmeza nos argumentos. Podemos dizer que ele era um leitor frequente, ou costumaz, e que provavelmente já tinha o hábito da leitura antes de sua prisão. Todavia, também é possível pensar que tal refinamento da escrita da ficha de Mário possa ter sido assistida, revisada ou manipulada por outro autor, um professor ou um subdiretor, talvez até mesmo por quem lhe enviava os livros. Não há certeza diante das fontes encontradas, o que nos leva a diferentes interpretações de um mesmo objeto de estudo. Para melhor apreciação de suas observações, reproduzimos as anotações de suas cinco fichas de leitura (Quadro 7).

Quadro 7- Dados das fichas de leitura (Mário)

Título da obra: *O Sertanejo* (17/07/1943) Nome do autor: *José de Alencar* *1-* De que trata este livro? *História de aventuras, um tanto fantástica numa fazenda do sertão brasileiro.* *2-* Você leu o livro até o fim? *Sim. Gostaria de ler algo sobre esse mistério de Job.* 3- Gostou da leitura? *Para matar o tempo, concordo em dizer que sim.* *4-* Por que? *Porque, apesar de ser incrível que o nosso herói submetesse um tigre pelas orelhas, é interessante a descrição dos usos e costumes, e autoridades rudimentares numa fazenda, nos tempos coloniais. Também a grata recompensa de Anhamum.*
Título da obra: *Família sem nôme* (21/05/1944) Nome do autor: *Júlio Verne* 1- De que trata este livro? *Da traição de um dos membros que conspiravam pela independência do Canadá.* 2- Você leu o livro até o fim? *Sim. Apenas este volume.* *3-* Gostou da leitura? *Sofrivelmente, quer enviar-me a continuação.* *4-* Por que? *Porque não poderei dar uma opinião, digo, deixar minhas impressões aqui sem primeiro concluir a leitura da obra, porém, aquiescendo em partes, observo que a traição de Simão Horgaz não foi inteiramente ruinosa, foi um estímulo para os dois filhos que lutaram com tanto devoto pela libertação da sua pátria.*
Título da obra: *De Paris ao Brasil por terra* (30/05/1944) Nome do autor: *Louis Burissenard* 1- De que trata este livro? *Duma acidentada viagem "através da América".* **2-** Você leu o livro até o fim? *Sim. No que se refere a este volume.* *3-* Gostou da leitura? *É interessante.* **4-** Por que? *Porque não deixa de o ser, um homem sujeitar-se à tanto desconforto unicamente por sentir horror à navegação marítima à qual se ele tentasse logo se adaptaria.*
Título da obra: *Gato preto em campo de neve* (25/11/1944) Nome do autor: *Érico Veríssimo* *1-* De que trata este livro*? Da viagem do autor aos Estados Unidos da América do Norte.* 2- Você leu o livro até o fim? *Sim* 3- Gostou da leitura? *Sim. Mande-me sempre livros bons como esse.* 4- Por que? *Porque me sugeriu conhecimentos mais íntimos sobre o alto grau de civilização do povo norte americano.*
Título da obra: *A nova política do Brasil* (24/12/1944) Nome do autor: *Getúlio Vargas* 1- De que trata este livro? *Do progresso do Brasil* 2- Você leu o livro até o fim? *Sim* 3- Gostou da leitura? *Sim* 4- Por que? *Porque por intermédio deste livro fiquei um tanto a par do que no Brasil se desenvolve sob a orientação do nosso prestigioso governo.*

Fonte: Elaborado pela autora em maio de 2019.

O romance *O sertanejo*, de José de Alencar, primeira edição publicada em 1875, apresenta uma história ambientada no interior nordestino do século XVIII. O retrato da

região, com suas particularidades geográficas e culturais, e o personagem heroico, neste livro definido como um homem simples, que enfrenta com bravura as dificuldades do sertão brasileiro, são característicos dos textos deste autor. Dessa forma, José de Alencar oportuniza ao leitor conhecer os mais variados lugares e as mais diferentes culturas do país, numa aventura retratada nas páginas do livro. Sobre a leitura dessa obra, Mário considerou a história deveras fantasiosa, e a classificou como um tipo de leitura para passar o tempo. Isto revela a preferência desse leitor por textos mais próximos da realidade humana. Ainda assim, reconheceu esse livro como instrutivo, já que o levou a conhecer os usos e costumes de habitantes de outra região e de outro tempo.

O livro *Família sem nome*, de Júlio Verne, é composto de dois volumes, e faz parte da coleção *Viagens Maravilhosas aos mundos conhecidos e desconhecidos*, com primeira edição em 1890. O livro ilustra a vida de uma família do baixo Canadá, durante a Rebelião dos Patriotas, de 1837-1838. As obras desse autor francês foram consideradas futuristas para a época em que foram publicadas. Suas histórias são permeadas de aventuras, uma mistura da vida real com a ficção. Embora não tenhamos identificado a edição do título lido por Mário, observamos que, comumente, as edições dos livros desse autor possuíam capas ilustradas. Em geral, os desenhos chamavam a atenção dos leitores como uma forma de convidá-los a conhecer a aventura textual e/ou a participar dela. No intuito de remeter os sentidos do leitor da atualidade ao tempo passado, apresentamos a figura 11 do livro referido.

Figura 12 - Livro Família sem nome, de Júlio Verne (1890) - capa e contra capa

Fonte: Biblio SP Literatura. Disponível em https://sites.google.com/site/biblioespliteratura/jlio-verne. Acesso em: 23 mai. 2020.

A ficha de leitura de Mário refere-se ao primeiro volume do livro de Júlio Verne. Nela, ele relata que este título lhe agradou bastante e usou a palavra "sofrivelmente", para expressar sua ansiedade pelo empréstimo e leitura do volume 2, com a continuação da história. Este leitor era bem articulado na escrita desses documentos. Ele parecia dialogar com a ficha como se estivesse conversando diretamente com uma pessoa. Além da esmerada caligrafia, já comentada anteriormente, Mário escrevia, sem cometer erros ortográficos, com precisão e segurança, suas impressões sobre o texto. Ele conseguia, também, resumir bem suas ideias no espaço limitado desse formulário, o que não ocorria com a maioria dos leitores apenados pesquisados, registrando-se casos em que foi impossível entender o que estava escrito ou o sentido da frase. Isso nos leva a pensar que, diante dos demais presos estudantes e leitores, Mário era, senão o único, um dos que detinham maior refinamento intelectivo na prática da leitura e da escrita.

O livro *De Paris ao Brasil por terra,* de Louis Burissenard, conta uma história sobre as tentativas de um homem em viajar da Europa para o Brasil sem utilizar o meio de transporte da época, o navio. Nesta ficha de leitura, Mário faz uma crítica ao personagem ao entender que, se ele se entregasse àquilo que temia ser ruim ou perigoso, logo se adaptaria. Difícil não relacionar a situação do protagonista dessa história com a deste preso, que, ao enfrentar seu medo, torna mais branda a aceitação e a adaptação, fosse numa embarcação ou numa prisão.

A leitura da obra *Gato preto em campo de neve*, de Érico Veríssimo, também agradou a Mário. O autor escreveu esse livro sobre sua viagem aos Estados Unidos em 1941. Ao desembarcar em Nova York, disse ter encontrado um país jovem, com pessoas cordiais e sorridentes, que demonstravam prosperidade mesmo em tempos como aqueles, marcados pela Segunda Guerra Mundial. A história apresenta pessoas, lugares e exemplos de princípios, a serem seguidos pelo povo brasileiro e pelo governo, assim como tenta nutrir o sentimento de esperança frente às diversidades do país. Na perspectiva de um prisioneiro, como não se encantar por esse relato, diante de uma viagem descrita com detalhes vívidos, de um país moderno e próspero, e a crença de um dia, quem sabe, poder conhecer esse prodigioso lugar como um homem livre? Por tais características, a leitura desse tipo de história contribui, de algum modo, para tornar a pena mais suave.

A última ficha de leitura de Mário refere-se ao livro *A nova política do Brasil*, escrita pelo presidente Getúlio Vargas, composta de cinco volumes. Este livro apresenta uma retrospectiva das realizações do governo varguista (1930-1945). Não foi possível precisar qual dos volumes ele leu; todavia, esta leitura lhe proporcionou um cenário das

mudanças, consideradas boas pelas autoridades, ocorridas no país. Com isso, percebemos que Mário era um leitor que estimava conhecer o que se passava fora dos muros da prisão; parecia querer estar atualizado sobre seu país e o mundo. Seu gosto por livros que abordassem viagens e culturas diferentes, mais do que uma leitura para distração ou passatempo, também o instruía e o atualizava. E, quiçá, lhe trouxesse, futuramente, maiores oportunidades como homem liberto.

Aspectos importantes sobre as práticas do funcionamento da biblioteca da penitenciária foram levantados a partir da análise das fichas de leitura de Mário. Segundo este leitor, os livros eram enviados a ele. Podemos notar isso em duas de suas fichas: *Família sem nome*, de Júlio Verne, a respeito da qual Mário escreve: "[...] quer enviar-me a continuação?" e *Gato preto em campo de neve*, de Érico Veríssimo, em que anota: "Mande-me sempre livros bons como esse". Essa questão não fica evidente em outros documentos da instituição, tampouco nos prontuários dos outros apenados do estudo em tela. Portanto, não podemos afirmar se essa regra se aplicava a todos os presos desse período.

Em 1952, após cumprir um terço da pena, Mário recebeu o livramento condicional. Aos 35 anos de idade, foi recompensado com a liberdade. Fosse pelo seu comportamento disciplinado, pela dedicação aos estudos e à leitura, sua passagem na prisão se constituiu em um grande aprendizado, tal qual relata Pachoal Lemme em suas memórias sobre sua experiência na prisão durante o Estado Novo, período que o leva a considerar de forma positiva a vivência no cárcere e a reconhecer que tudo aquilo fazia parte da cultura política do país: "[...] uma experiência inestimável, insubstituível mesmo. Pelo amadurecimento que me proporcionou em minha formação de homem e de educador, produzindo um alargamento extraordinário da minha visão das coisas, dos fatos e dos homens" (LEMME, 1988, v. 2, p. 293). Embora os motivos que levaram Mário e Paschoal Lemme à prisão tenham sido distintos, suas histórias se entrecruzam na caminhada do aprendizado para a vida.

Nos caminhos que nos levam ao encontro dos vestígios das práticas de leitura dos apenados da Penitenciária da Pedra Grande, apresentaremos, a seguir, o último leitor detento deste estudo - Jonas.

2.5 JONAS, FORTE VONTADE DE SE INSTRUIR

> Então, fulgurante luz atravessou o cérebro do preso; tudo quanto até então era para ele obscuro, ficou completamente esclarecido.
>
> (DUMAS, 2009, p. 156)

Retomar a obra de Dumas para dissertar sobre esse último leitor apenado não é um ato aleatório. O despertar do saber no cárcere, um dos lugares mais inóspitos que alguém poderia pensar para estudar ou ler um livro, estava presente na realidade dos presos da Penitenciária da Pedra Grande, assim como na passagem desse texto em que o personagem Edmond Dantes, após longos anos como prisioneiro na ilha de If, em Marselha, França, gradativamente vai se instruindo por meio dos livros fornecidos por um intelectual abade. A certa altura de seus estudos, ele se sente como que atingido pela luz do conhecimento, que o arremessa num emaranhado de sensações nunca vividas: da angústia à raiva, da tristeza ao contentamento, da hesitação à certeza de que já não era mais o mesmo homem. Assim como sugerido na trama de Dumas, podemos pensar que o conhecimento alimenta a alma, injeta ânimo e conduz à liberdade aqueles que nutrem o desejo de sair da escuridão da ignorância. É dessa forma que podemos apresentar Jonas, um lavrador de 22 anos, natural de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, que, em 1941, residia em Concórdia (SC), e, em dado momento, encontrou na prisão a possibilidade de se instruir.

Em novembro de 1941, Jonas, sob o efeito do álcool, foi a uma festa de casamento na cidade onde residia. Durante a comemoração dos noivos, ele se envolveu em perturbações e discussões com algumas pessoas. A fim de manter a harmonia no ambiente, o noivo solicitou que Jonas se retirasse do local. Este, não concordando com decisão do anfitrião, iniciou uma discussão exaltada e, posteriormente, uma luta corporal na qual acabou causando um grave ferimento em seu oponente, que, como consequência, foi à morte. Jonas, aparentemente sem pesar a atitude impensada, deixou o local em fuga (SANTA CATARINA, pront. 912, 1943).

As autoridades locais capturaram o acusado e o levaram à cadeia pública de Concórdia, onde permaneceu por quase dois anos, até o seu julgamento em 1943. As testemunhas relataram ao delegado que Jonas era um "indivíduo perigoso, afeito de arruaças e desordens", fosse por sua índole agressiva, fosse pelo efeito da bebida alcóolica. Estas seriam as explicações pelas quais "prostrou a vítima no dia de seu casamento". Ainda assim, o delegado atestou que "durante o tempo que o postulante

esteve naquela cadeia pública revelou sempre a melhor conduta". Assim, após ser julgado, Jonas foi sentenciado a pena de seis anos a serem cumprida na Penitenciária da Pedra Grande em Florianópolis (SANTA CATARINA, pront. 912, 1943).

Sua vida penitenciária foi considerada positiva pela direção da instituição. Terminada a primeira fase da pena, de isolamento diurno e noturno, data e período não registrados em seu prontuário, foi designado ao trabalho na oficina de vassouras, onde, em pouco tempo, passou a gozar "da estima e confiança do Mestre Encarregado", sendo até mesmo elogiado por meio de *memorandum,* em 1944, "pelo espírito de disciplina, zelo e dedicação ao trabalho demonstrado naquela oficina", mostrando ser um homem diferente daquele denunciado pelas testemunhas da fatídica ação criminosa. Em suma, seu comportamento foi considerado "bom na comarca, igualmente bom neste presídio", dedicando-se "inteiramente ao trabalho", sem cometer faltas, sem receber punições e usufruindo de todas as "regalias regulamentares" dessa prisão (SANTA CATARINA, pront. 912, 1943).

A avaliação institucional registrou que Jonas, ao ingressar na penitenciária, sabia "ler e escrever deficientemente", pois possuía "rudimentares conhecimentos de leitura e escrita". Dessa forma, foi matriculado no primeiro ano da escola desse estabelecimento prisional:

> frequentando as aulas com pontualidade, revelando-se obediente e disciplinado e obtendo ótimo aproveitamento. Sua forte vontade de instruir-se valeu-lhe a promoção para o segundo ano, que também venceu com galhardia, achando-se apto a ser promovido ao terceiro ano do curso e uma portaria de elogio desta subdiretoria (SANTA CATARINA, pront. 912, 1943).

Sua dedicação não estava centrada somente no trabalho e na escola; ele também era um leitor habitual. Segundo os registros em seu prontuário, "essa forte vontade de aprender, e melhorar os seus conhecimentos se acham revelados, também, no número e na qualidade dos livros que retirou da biblioteca que o Estabelecimento mantém para os sentenciados".

Para tanto, o pedido de condicional de Jonas, redigido pelo subdiretor J. Gualberto Furtado, em novembro de 1944, diz: "Somente de setembro deste ano a esta data, retirou e leu livros cuja enumeração é a que segue: *O Aperfeiçoamento individual;* 2 - *O Sucesso pela vontade;* 3 - *A Atitude Vitoriosa;* 4 - *Sê Perfeito em tudo que fizeres;* 5 - *Cidadão do Mundo;* -6. *Força, Cultura e Liberdade*; 7 - *Os Milagres do Amor;* 8 - *As artes de Economizar e Poupar;* 9 - *A Mulher e o Lar;* 10 - *Vozes Animadoras;* 11 - *A derrota de Napoleão na Rússia*" (SANTA CATARINA, pront. 912, 1943). Para melhor apreciação, apresentamos o quadro 8, com a relação de empréstimos dos títulos a este leitor apenado.

Quadro 8 - Relação de empréstimos das obras da biblioteca da Penitenciária (1944-1945) – Jonas

	Título	Autor	Empréstimo	Categoria
1	O sucesso pela vontade	Orison Swett Marden	02/04/1944	Bem viver
2	O aperfeiçoamento individual	Orison Swett Marden	19/08/1944	Bem viver
3	A atitude vitoriosa	Orison Swett Marden	09/09/1944	Bem viver
4	Sê perfeito em tudo que fizeres	Orison Swett Marden	23/09/1944	Bem viver
5	Cidadão do Mundo	Não identificado	30/09/1944	Não identificado
6	Força, cultura e liberdade	Almir Andrade	07/10/1944	Política
7	Os milagres do amor	Orison Swett Marden	14/10/1944	Bem viver
8	A arte de economizar e poupar	Orison Swett Marden	21/10/1944	Bem viver
9	A derrota de Napoleão na Rússia	Gal. Conde de Ségur	25/10/1944	História Geral
10	A mulher e o lar	Orison Swett Marden	28/10/1944	Bem viver
11	Vozes Animadoras	Orison Swett Marden	11/11/1944	Bem viver
12	Reconstrução da Ordem Social	Eduardo P. Magalhães	02/12/1944	Política
13	Educação da alma	Não identificado	24/02/1945	Religião
14	A mulher e o lar	Orison Swett Marden	17/03/1945	Bem viver
15	Sonhos D'Ouro	José de Alencar	21/11/1945	Romance

Fonte: Elaborado pela autora em julho de 2019.

A relação dos títulos lidos por Jonas, comparada à dos outros leitores apenados, pode ser considerada relativamente pequena. Isto não quer dizer que ele não fosse um leitor frequente, mas possivelmente tivesse um ritmo diferente de leitura, no sentido de demandar mais tempo para refletir sobre a leitura realizada. Nesta direção, Chartier (1998) alerta ser o ato de ler derivado de capacidades e hábitos, já que o encontro com textos mais densos pode exigir de cada leitor um tempo maior para a leitura, dependendo da sua maneira de pensar e de sentir. Importante evidenciar que, assim como apareceram lacunas entre as datas de empréstimo das obras de Vitor, Ivan, Sérgio e Mário, é possível que esses registros no prontuário de Jonas também sejam incompletos pelos motivos já explicitados nas análises dos vestígios das práticas de leitura já referidos.

Nos indícios das leituras de Jonas, identificamos sua preferência por livro tidos como manuais de bem viver, do autor norte americano Orison Swett Marden. Como já exaltado pelo subdiretor J. Gualberto Furtado, em pouco mais de dois meses Jonas leu oito títulos desse autor, entendidos pela instituição como obras edificantes. Além dessas, leu também dois títulos de política, um do gênero romance, um de história geral, um de

religião e um sem identificação de autor e categoria. Por essa análise, é possível definir Jonas como um leitor com gosto variado, com preferência por determinada categoria ou autor.

Identificamos ter ele lido duas vezes o título *A mulher e o lar*, de O. S. Marden. Neste livro, em direção oposta à dos manuais de instrução feminina ou de educação da mulher, que contribuiriam para educar e reforçar o comportamento, o papel e o lugar das mulheres na sociedade ocidental, o autor norte-americano defende, para a mulher, os mesmos direitos admitidos para o homem, desde o direito à educação, o direito à carreira profissional, o direito ao divórcio e o direito ao voto. Marden informa ao leitor que não pretende tomar partido nas disputas dos dois sexos. Em seu entendimento, a mulher deve emancipar-se, não do homem, pois dele será sempre uma indispensável colaboradora, mas emancipar-se daquilo que, pelas mãos do homem, a colocou num estado de submissão. O autor desmistifica a inferioridade da mulher; mostra como ambos os sexos podem desempenhar funções idênticas, até mesmo profissionais, sem qualquer prejuízo para qualquer um deles. Rompendo com pressupostos mais conservadores, o autor destaca: "A mulher não vê as coisas do mesmo ponto que o homem, nem vice-versa; mas a intersecção dos raios visuais de ambos iluminará mais vivamente o objecto observado" (MARDEN, 1940 *apud* PEREIRA, 2014, p. 57). Portanto, para Marden, a mulher tem um papel a desempenhar, dentro e fora do lar, sem ser vítima de preconceitos.

Considerando os contrastes da realidade brasileira da década de 1940, podemos dizer que esse livro era deveras progressista para a época, pois demonstrava cientificamente que nenhum sexo é superior ao outro e que, como tal, não deve ter mais direitos jurídicos e políticos, dado que "ambos existem, são indispensáveis e dependentes um do outro. A sua justificação está em que os dois se completam" (MARDEN, 1940 *apud* PEREIRA, 2014, p. 57). Assim, esse novo entendimento sobre a mulher do século XX seria uma das possíveis razões pelas quais Jonas se dedicou à sua leitura por duas vezes. A prática da releitura de títulos também foi encontrada nos registros de empréstimos de Vitor, com os títulos *Esta hora tremenda*, de Heitor J. Paverini, e *Desperta e vive*, de Dorothea Brande; nos de Sérgio, com os títulos *A voz da profecia*, *Como achei a Cristo*, *Esplendores da fé*, *Nosso mestre* e *Religião eficaz*, de autores não identificados. Disto, podemos concluir que este leitor detento podia reler livros de seu interesse, como poderia fazer um leitor em liberdade. Sim, a leitura é uma prática cultural.

No exame das fichas de leitura de Jonas, ainda que os títulos mais lidos fossem do autor Orison S. Marden, nenhuma registra estas obras. Em duas delas foram localizados

os seguintes livros: *A derrota de Napoleão na Rússia,* do general Conde de Ségur e *A Reconstrução da ordem social,* de Eduardo P. de Magalhães.

Nesses registros, foi possível reconhecer a caligrafia desse leitor, que em muito se assemelha à do apenado Mário, tanto pela estética e esmero da letra, quanto pelo cuidado com a norma da escrita culta. Reconhecer semelhança entre uma caligrafia e outra no mínimo leva à suspeita de uma operação de terceiros, que bem poderia ser definida como manipulação. Com isso, também é possível pensar que tal esmero na ficha poderia ter sido resultado de assistência, revisão ou manipulação de um professor ou um subdiretor. Entretanto, não há como confirmar tal suspeita. Para melhor apreciação das percepções das leituras de Jonas, analisaremos os dados desses documentos condensados no quadro 9.

Quadro 9 - Dados das fichas de leitura (Jonas)

Título da obra: *A derrota de Napoleão na Rússia* (25/11/1944) Nome do autor: *General Conde de Ségur* 1- De que trata este livro? *Trata-se de um grande homem que apesar de sua derrota deixou seu nome na história.* 2- Você leu o livro até o fim? *Sim* 3- Gostou da leitura? *Sim* 4- Por que? *Porque reconheci que a ambição demasiada e sem limites arrasta-nos a infelicidade em vez da felicidade*
Título da obra: *Reconstrução da ordem social* (02/12/1944) Nome do autor: *Eduardo P. de Magalhães* 1- De que trata este livro? *Trata-se da nova constituição criada pelo presidente Getúlio Vargas.* 2- Você leu o livro até o fim? *Sim* 3- Gostou da leitura? *Sim* 4- Por que? *Porque tive conhecimento que a mocidade brasileira, geralmente, tem uma determinada tendência, quer pela civilização, quer pelo progresso do país.*

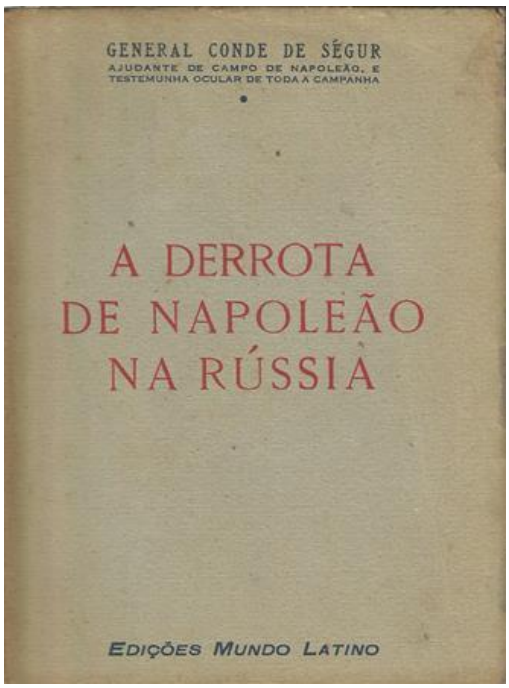
Fonte: Elaborado pela autora em maio de 2019.

A obra *A derrota de Napoleão na Rússia* foi escrita pelo general Conde de Ségur, um ex-integrante do exército de Napoleão Bonaparte. Nela ele descreve pormenorizadamente os fatos que levaram à derrota o imperador francês na Rússia. Nesse relato, o autor explica que a vitória sobre os franceses no império dos Czares se deveu a dois fatores determinantes. O primeiro, foi a tática utilizada pelo exército russo de se limitar a provocar pequenas batalhas e ir recuando, deixando atrás de si a terra devastada por incêndios e a fuga das populações, de tal modo que o exército napoleônico avançava, mas não encontrava onde acampar, nem o que comer, ou seja, sem condições mínimas de sobreviver. O segundo fator foi o inverno russo em seu período mais rigoroso, que acabou

por dispersar os poucos sobreviventes daqueles campos gelados e desertos. O autor, uma testemunha ocular do episódio, apresenta de forma explicativa os horrores e catástrofes do grau extremo a que podem chegar os sofrimentos físicos e a miséria moral dos homens, “mas foi necessário um esforço cruel para que ele pudesse arrancar de si mesmo uma ordem de marcha que lhe era tão nova! Este esforço foi tão penoso, custou tanto ao seu orgulho, que nesse combate interior ele desmaiou” (SÉGUR, 1942, p. 242).

Apresentamos uma capa deste livro, alertando não se tratar da mesma edição que Jonas teve em mãos, já que esta não nos foi revelada nos documentos da penitenciária, mas o intuito, aqui, é criar ou recriar o clima de leitura a partir da materialidade que este exemplar pode oferecer ao leitor contemporâneo (Figura 12).

Figura 13 - Livro A derrota da Napoleão na Rússia, do general Conde de Ségur (1942) – Capa



Fonte: Portal dos livreiros. Disponível em: <https://www.portaldoslivreiros.com.br/livro.asp?codigo=2260054&titulo=A_Derrota_de_Napoleao_na_Russia>. Acesso em: 26 mai. 2020.

Uma parte considerável dos livros localizados nessa época possuíam capas semelhantes a essa: fundo claro, título e subtítulo em letras preto e/ou vermelho, sem ilustrações; contudo, não deixam de atrair alguns leitores. Essa publicação, do ano de 1942, possui 265 páginas em formato 14x19 cm, ou seja, um livro relativamente pequeno, carregado de uma grande história. Esse livro, baseado em eventos reais, impressiona pelos aspectos históricos e dramáticos da existência humana. A coragem, o orgulho, o medo e

a morte parecem separados de uma guerra por uma linha tênue. Para Jonas, em certa medida, esse texto o fez pensar sobre o equilíbrio da vida, tomando por base que o excesso está relacionado à infelicidade. Ao contrário de Jonas, o apenado Sérgio não gostou do texto, talvez por sua baixa escolaridade, pela compreensão rasa de leituras mais densas. É possível até, que, por sua preferência por títulos religiosos, não leu este livro até o fim. Vemos, portanto, de um lado, o livro como um texto literário, carregado dos valores e sentimentos de seu autor; de outro, o leitor, aquele que se apropria daquilo que o aproxima da sua visão de mundo. Assim, na percepção do subdiretor J. Gualberto Furtado, essa ficha de leitura foi um importante elemento de avaliação da índole do detento; por isto ela foi transcrita na íntegra, no pedido de livramento de condicional nº 101/44. Com isso, o subdiretor acrescenta:

> Esses fatos, no nosso modesto entender, evidenciam tratar-se de um dos mais autênticos e alvissareiros casos em que patenteia a excelência do aparelhamento desta Penitenciária e dos métodos de reeducação, de regeneração dos delinquentes e dão razão a Armando Costa, quando, no seu livro "Livramento Condicional", à pag. 195, afirma que "o crime, por si só nada tem que ver com a regeneração ou readaptação do delinquente". Pensamos, por isso, que a concessão do livramento condicional ao liberando vai ao encontro da nobre finalidade que anima essa sábia medida de política criminal, que vê na antecipação merecida da liberdade ao detento, um estímulo ao seu reerguimento moral e à sua reintegração no meio social (SANTA CATARINA, pront. 912, 1943).

A Penitenciária da Pedra Grande, como uma representação de autoridade na reeducação dos indivíduos, operava de modo a controlar as emoções, disciplinar o corpo e o espírito, e assim restabelecer a ordem social projetada nas esferas políticas daquele período. Nesta direção, a leitura e suas implicações no modo de pensar e agir dos leitores privados de liberdade estariam nas relações de poder segundo as quais Foucault (1997), em seus estudos sobre a prisão, compreende que os indivíduos são "submetidos a múltiplos dispositivos de encarceramento, objetos para discursos que são, eles mesmos, elementos dessa estratégia", admitindo, todavia, em certa medida, que os detentos, em suas posições de interesses paralelos ou obstinação, atravessam essas relações.

Na ficha de leitura da obra *Reconstrução da ordem social*, de Eduardo P. de Magalhães, consta que, segundo Jonas, se trata da nova Constituição criada pelo presidente Vargas. Ele apresenta suas impressões sobre a leitura, com ar otimista, de que "a mocidade brasileira, geralmente, tem uma determinada tendência, quer pela civilização, quer pelo progresso do país". Neste período, esse pensamento ou sentimento estava sendo incutido pelos discursos do Estado Novo por todo o país. Assim também

ocorria nessa penitenciária, que (re)formava homens para os (re)integrar nesse novo mundo. Neste sentido, as leituras dos títulos de bem viver de Orison S. Marden contribuíram para reforçar essa concepção positiva acerca dos valores morais da época.

Em 1945, após cumprir pena de quatro anos entre a cadeia pública e a Penitenciária da Pedra Grande, Jonas recebeu a liberdade condicional. O subdiretor J. Gualberto, importante articulador no processo de soltura deste detento, registrou, em seu pedido de livramento de condicional, a seguinte impressão sobre ocorrido:

> O crime praticado por *Jonas*, pelas circunstâncias que o rodearam, predispõe de começo, o espírito contra seu autor. Tirar a vida de um ser humano não impressiona bem em nenhuma circunstância, mas, quando esse fato se dá no dia mesmo em que essa pessoa, em harmoniosa conjugação de sentimentos com aquela que escolheu para companheira, engalana o coração e a alma numa justa e humana aspiração de viver e ser feliz, reveste-se do acre sabor de atentado aos mais sagrados e íntimos sentimentos do ser humano (SANTA CATARINA, pront. 912, 1943).

Ainda que o ato criminoso de Jonas reverbere nos corações dos que foram diretamente atingidos pelo ocorrido, o subdiretor J. Gualberto acreditava que este leitor apenado correspondia ao projeto reformador idealizado por essa penitenciária e pelo governo. Não temos como afirmar, com base nesse *corpus* documental, que tais conceitos tenham sido assimilados de forma uniforme e precisa como pensado por seus idealizadores. Neste sentido, tendo em vista que o tempo recluso afastou Jonas de certos desejos e vícios da vida contrária, não há como saber se após a sua soltura sua experiência de vida no cárcere o conduziu a uma vida digna aos olhos da lei. Graciliano Ramos (2000, p. 4), após sua experiência carcerária, afirma que, em seu entendimento, a "liberdade completa ninguém desfruta". Assim sendo e partindo dessa reflexão, podemos pensar que, de certa maneira, Jonas seguiu seu caminho consciente de seus atos frente às limitações que a vida, ou ele mesmo, lhe impôs.

Os motivos que levaram esses cinco indivíduos à vida penitenciária são distintos, assim como as suas práticas de leitura. Da escolha do livro à escrita de suas impressões sobre o texto, essas ações são perpassadas pelas histórias de vida, pelo grau de instrução, pelas crenças, pela situação econômica, pela cultura e pela sociedade na qual eles estavam inseridos. Ainda que imersos nas rotinas disciplinadoras e inculcadoras de valores de uma instituição prisional, as apropriações das leituras pelos apenados são singulares. De modo igual, a leitura de uma mesma obra por diferentes detentos gera significados múltiplos, a exemplo de leitores como Jonas e Sérgio em relação a *A derrota de Napoleão na Rússia*. Neste sentido, além das estratégias desenvolvidas pela penitenciária, os presos, ainda que forçosamente mergulhados na cultura dominante, manobravam e desviavam, com suas formas de atuar no mundo, as operações em direção à produção da sua particular essência humana.

A construção do texto, pautada no arcabouço da História Cultural, com o intento de compreender os vestígios das práticas de leituras desses cinco apenados, permite apresentar as considerações finais do estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao caminhar pelo desconhecido e temido mundo carcerário das décadas de 1930 e 1940, foi possível reconhecer - no cenário de dualidades do governo de Getúlio Vargas, marcado por conflitos armados e ideológicos -, as ações empreendidas, em sua maioria de forma ditatorial, com vistas às políticas públicas de educação.

Nesse período, importantes modificações foram ocorrendo no panorama educacional brasileiro; entretanto, nenhuma das reformas educacionais que tinham como meta a universalização da escolarização e a erradicação do analfabetismo se destinou especificamente à educação de adultos nos ambientes de restrição de liberdade.

O fato é que o entendimento jurídico - de orientação humanitária e liberal da escola penal do período no qual Getúlio Vargas, Nereu Ramos e Edelvito Campelo D'Araújo foram formados pelas Faculdades de Direito -, era que a (re)educação do delinquente constituía um poderoso instrumento de regeneração do indivíduo. Nesta direção, as ações políticas interessadas em forjar corpos e mentes saudáveis e disciplinados para se reintegrar à sociedade urbana-industrial que se formava influiu, de certa forma, nas medidas para a instalação e a manutenção de uma escola e uma biblioteca na Penitenciária da Pedra Grande em Florianópolis.

Ainda que, segundo as fontes, a escola seguisse o Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina, o conteúdo e o método de ensino utilizados ficavam a cargo de acadêmicos de Direito, subordinados ao diretor dessa instituição, que considerava que a instrução do condenado deveria servir mais à sua regeneração moral do que ao ensino em si. Para as autoridades desse estabelecimento prisional – diretores, subdiretores e chefes de seção -, a excelência da educação escolar e moral proporcionada neste ambiente é evidenciada na dedicação aos estudos e na leitura das obras que compunham o acervo da biblioteca e, posteriormente, nas impressões dos textos relatadas nas fichas de leitura.

Na trilha dos vestígios de tais práticas na penitenciária, objeto deste estudo, os documentos foram, aos poucos, remontando o cenário político, econômico e social em que *nossos leitores privados de liberdade* atuavam.

Ao longo do percurso desta pesquisa, ideias e ideais foram se construindo e desconstruindo, tomando como guia as *falas* dos documentos. Os documentos preservados pelo Arquivo Público de Santa Catarina e os jornais da época registram parte da história da Penitenciária da Pedra Grande pelas lentes de suas principais autoridades,

o diretor Cleto Barreto, o diretor Edelvito Campelo D'Araújo, o interventor general Ptolomeu Assis Brasil, o governador Nereu Ramos e o presidente Getúlio Vargas. Já os documentos que compõem as pastas dos apenados registram uma história distinta, registro tanto de agentes prisionais como de chefes de seção, subdiretores e, principalmente, dos próprios presos. Por vezes, era preciso retornar aos arquivos para obter respostas e assim desvelar os segredos. Ainda assim, alguns deles não nos foram relevados. Neste sentido, as práticas culturais, ainda que não todas manifestamente explícitas nos textos, representam uma forma de percepção do social, construída, pensada e dada a ler por meio deste mergulho nos arquivos de uma penitenciária na linha proposta por Roger Chartier.

Esse mesmo autor defende que o mundo social se constitui de "[...] divisões, classificações e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real" (1990, p. 17). Digo mais: essa pesquisa, como uma história da leitura por meio documental, pode ser entendida como marcas deixadas por indivíduos no tempo e que supõe vários caminhos que podem levar a diferenciados sentidos, aqui representados por um ponto de vista singular.

Permitindo-me um retorno à minha singularidade, seja-me permitido expressar o que sentia a cada encontro de fragmentos da história produzidos por diferentes agentes: sentia-me totalmente remetida àquele tempo e lugar. O fato criava um encontro das minhas experiências com as de uma época passada. Enquanto leitora eclética, há muito tempo me aventurei na leitura de Dostoievski, que me encantou e continua a me encantar, embora não o compreenda em toda a sua magnitude. O mesmo posso dizer de Alexandre Dumas, que me atrai com aventuras de uma época antiga. Outra leitura que me é significativa são as obras de Clarice Lispector, que me fascina pela intensidade de suas palavras, entre tantos outros que não citei neste texto, mas que, de alguma forma, marcaram e marcam minha escrita. De fato, ressignifiquei minhas leituras de obras literárias quanto possível, e delas me apropriei, no sentido de aproximar a realidade desses leitores apenados às histórias de presos políticos, e até mesmo de personagens fictícios que, de certa forma, me remeteram a uma satisfação pessoal nesse processo de escrita acadêmica.

O intuito que aqui me guiou foi o de apresentar ao leitor contemporâneo alguns aspectos das práticas de leitura no tempo em que a escola e a biblioteca serviam de instrumentos de regeneração para indivíduos perigosos pela ignorância. Dito isto, reitero o que escrevia Chartier (1990), que a leitura, como prática cultural, fonte de produção de

sentido, constitui um aspecto intrínseco e fluido da relação do leitor com os textos, exposto a muitas variáveis e nelas envolto.

Na composição deste texto de dissertação, nenhuma escolha foi aleatória. As imagens dos livros que ilustram este estudo foram inspiradoras na construção da escrita e guiaram meus sentidos em direção àquela época. Cada leitor detento foi selecionado para análise detalhada por seu algo diferente a nos contar. Nesse processo de seleção, além da intuição, considerei como relevantes algumas anotações dos agentes penitenciários, assim como a história de vida pregressa e penitenciária do apenado, as obras por ele lidas e suas fichas de leitura.

Os vestígios das práticas de leitura mostram os perfis desses leitores apenados - Vitor, Ivan, Sérgio, Mário e Jonas. Vitor foi o primeiro escolhido dentre os 95 presos leitores que frequentavam a escola. Ao conhecer sua história, admito que a empatia foi imediata, mas o que definiu essa escolha foi a quantidade de documentos preservados que contam sua trajetória, marcada por revolta e redenção, principalmente no que tange à leitura e à escrita, atos que se configuram em gestos, em espaços, em hábitos. Um leitor costumaz, com gosto variado, mas com preferência por obras do gênero romance, com nuances de aventura, com a prática de leituras repetidas. As fichas de leitura por ele preenchidas foram escritas de forma resumida, pontual, quem sabe por força da limitação do formulário ou pelo ato automático da escrita rotineira nesse processo burocrático. Apesar de sua trajetória inicial como detento ter sido conturbada, Vitor, aos poucos, foi adaptando suas ações ao ambiente que o cercava, sendo elogiado em documentos oficiais pelo bom desempenho no trabalho, na escola e na leitura. De jovem impetuoso a homem brando, dominado pelo sistema ou astuto por conveniência de suas necessidades.

O segundo leitor escolhido foi Ivan. A seleção se efetuou por considerar relevantes para o presente estudo as informações contidas em seu Livramento de Condicional, em que o subdiretor João Gualberto Furtado destaca, entre outras, sua qualidade de bom leitor. Sua trajetória penitenciária é ali descrita de forma otimista. Ivan, de homem simples, com pouca instrução e que mal firmava o nome, em pouco tempo passou a leitor frequente de obras “edificantes”. Seu gosto variado, incluindo livros de poesia, e preferência por romances e títulos de bem viver, revelam um homem diferente do que fora capaz de cometer um brutal ato criminoso, como se, antes, lhe faltasse a civilidade necessária para viver em sociedade e para quem, segundo o subdiretor, a leitura de boas obras foi significante na assimilação dos valores humanos. Embora não tenha localizado

nenhuma de suas fichas de leitura, os indícios de suas práticas puderam ser identificados pelos registros elogiosos do subdiretor ao seu desenvolvimento intelectual e moral.

Já para a escolha do terceiro leitor, Sérgio, o critério foi justamente o de suas fichas de leitura. Sua relação era expressiva e suas fichas revelam bastante sobre sua educação e vivências. Pela quantidade de registros de leitura se diria que Sérgio era um leitor habitual. Pelas informações das fichas, o identifiquei como um leitor com competência rasa na leitura de diferentes textos, pois não os lia até o fim. Sua baixa escolaridade pode explicar por que não completasse algumas leituras. Considerado analfabeto logo à sua chegada, iniciou os estudos na escola da penitenciária e, em um ano, já retirava livros da biblioteca prisional. Sua escrita é reconhecida por uma caligrafia razoável, com erros ortográficos e gramaticais e mostra um nível intermediário de alfabetização. Suas leituras, em suas fichas, são, em geral, resumidas. Pelos indícios de suas práticas, reconheço nele a preferência principalmente por títulos religiosos e por alguns do gênero romance. Assim como Vitor e Jonas, ele repetiu a leitura de algumas obras. Em seu caso, o gênero favorito era de cunho religioso.

Mário, o quarto leitor, assim como Sérgio, foi escolhido principalmente pela riqueza de registro das suas fichas de leitura. Entretanto, as marcas das práticas desses dois leitores são distintas. Mário possuía uma bela letra, sem erros ortográficos e gramaticais. De todas as fichas analisadas nesta pesquisa, as dele foram as mais descritivas e críticas. Chartier (1994) assevera que uma história das maneiras de ler e escrever deve identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores e as tradições de escrita. A leitura e a escrita são auxiliares, por natureza, com um fim único, a comunicação escrita dos pensamentos. Assim como os leitores apenados investigados neste estudo, Mário também era um leitor frequente e de gosto eclético. Tinha preferência por romances, porém, dentro deste gênero, preferia histórias dinâmicas e mais próximas da realidade. Ao longo do percurso nessa instituição prisional, demonstrou constância e disciplina em suas ações. Apesar disso, os registros em seu prontuário não apresentam detalhes ou elogios a respeito de sua vida penitenciária; constam apenas informações padronizadas, próprias dos formulários administrativos das penitenciárias.

Jonas, o quinto leitor, assim como Ivan, foi selecionado principalmente pelo teor descritivo do pedido de livramento de condicional. O subdiretor João Gualberto Furtado reconhece nele a excelência das estratégias da Penitenciária da Pedra Grande em transformar moralmente os homens por meio da educação. O subdiretor destaca também

a importância da leitura e da qualidade dos livros por ele lidos, principalmente os de O. S. Marden. Jonas era um leitor habitual, com preferência por títulos de bem-viver; ainda assim, não localizei, de sua parte, nenhuma ficha de leitura sobre tais obras. Jonas, assim como Vitor e Sérgio, repetiu a leitura do mesmo livro, neste caso, do gênero de sua preferência, bem viver.

Com o olhar voltado aos vestígios das práticas de leitura inscrita neste *corpus* documental, examinado à luz da Nova História Cultural, reconhecemos algumas práticas desses leitores apenados da Penitenciária da Pedra Grande, tais como:

- o gesto da consulta e empréstimo de títulos da biblioteca, que se repetia semanalmente, às sextas-feiras, geralmente das 18 às 19 horas;

- as leituras em suas celas silenciosas, com prazo de sete dias para devolução do livro, podendo ser renovado por mais sete;

- o que se lia eram obras de gêneros variados, como de bem viver, de romances, de religião, poesia, história, contos, entre outros;

- os títulos do gênero romance, como constavam em maior quantidade na biblioteca, eram, consequentemente, os mais lidos entre esses leitores privados de liberdade;

- a repetição, em alguns casos, da leitura de alguns títulos;

- a prática, como para qualquer leitor, da leitura parcial, sem finalização, e, naturalmente, com diferentes descrições e/ou percepções de um mesmo título.

Encerrando este ciclo de descobertas e construção do conhecimento, tendo em vista os objetivos deste estudo - investigar os caminhos para a instalação da escola e da biblioteca da Penitenciária da Pedra Grande e analisar os vestígios das práticas de leitura dos apenados nessa instituição entre os anos de 1941 a 1945 -, posso dizer que, apesar de algumas limitações impostas pela pandemia, como a impossibilidade de retornar aos arquivos em busca de outras evidências e assim refinar o olhar pelas lentes de um conhecimento mais robusto adquirido com o tempo, estes resultados corresponderam ao propósito desta pesquisa.

A questão a se saber é se as estratégias dessa instituição prisional, movimentadas principalmente por seus subdiretores, conseguem a regeneração humana por meio do trabalho, da escolarização e da leitura. O que se sabe é que a escola e a biblioteca seguiam, em parte, as instruções educativas e culturais do estado de Santa Catarina e se complementavam na educação intelectual e moral dos presos. Já as diferentes histórias de vida desses homens, imersos em um ambiente cercado e vigiado, não impediu gostos

literários próprios e, por vezes, coincidentes, nem neles interferiu, ainda que os possa ter influenciado.

O fato é de que toda vida cotidiana está inquestionavelmente mergulhada no mundo da cultura. Isto posto, no âmbito da leitura no ambiente carcerário, por mais vigiado e hermético que seja, e mais rígidas as suas regras, o sujeito leitor pode, de algum modo, ser livre em seu pensar e sentir.

Tenho em grande apreço o conhecimento dos eventos conseguidos e vistos por ângulos diferentes, por quanto têm enriquecido minha pesquisa, e até mesmo pelas contradições, incertezas, questionamentos aos quais, por vezes, não tenho conseguido responder, ao menos com este único estudo.

É possível pensar em futuras pesquisas, que poderão ser realizadas por mim, ou a quem interessar, tendo como referências os resultados aqui oferecidos. Este trabalho, assim o entendo, poderia não só iluminar, como encurtar um tempo e um espaço material e cultural que, até o momento em que me decidi a investigar, se encontrava invisibilizado aos estudiosos e pesquisadores do campo da História e Historiografia da Educação Catarinense. Para o momento, aprecio o estudo elaborado e, com olhar saudoso, a entrego aos leitores contemporâneos para assim criarem e/ou recriarem suas percepções acerca deste escrito. Encerro este trabalho parafraseando a autora portuguesa do romance *As luzes de Leonor*, Maria Teresa Horta (2011, p. 19): “Acabou-se o contente desvario, e meus olhos saudosos do engano quase querem formar um novo rio”.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). Disponível em <http://www.academia.com.br>. Acesso em: 2 mar. 2020.

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. VIDAL, Diana Gonçalves. Corpo e Matéria: relações (im)previsíveis da cultura material escolar. In: SILVA. Vera Lucia Gaspar de *et al*. (Org.). **Cultura Material Escolar em Perspectiva Histórica**: escritas e possibilidades. Vitória: Edufes Editora, 2018.

ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia**: purgatório / Versão em prosa, notas, ilustrações e introdução por Helder L. S. da Rocha. Ilustrações de Gustave Doré. São Paulo, 1999.

AURÉLIO, Daniel Rodrigues. **Dossiê Getúlio Vargas**. **A vida e a trajetória do presidente mais importante da história do Brasil.** São Paulo: Universo dos Livros, 2009.

AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1971. p. 663-780.

BOMBASSARO, Ticiane. **A Educação Física no Estado de Santa Catarina**: a construção de uma pedagogia racional e científica (1930-1940). 2010. 241f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2010.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

BORGES, Viviane Trindade. História e Instituições de assistência: perscrutando trajetórias marginais (1930 – 2011). **XXVII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 20/09/2019.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. **Código Criminal do Império**. Rio de Janeiro, 16 dez. 1830. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 24.794, de 14 de Julho de 1934**. Cria, no Ministério da Educação e Saúde Pública, sem aumento de despesa, a Inspetoria Geral do Ensino Emendativo; dispõe sobre o Ensino do Canto Orfeônico e dá outras providências. 1934.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional do Livro. **Guia das Bibliotecas Brasileiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

BRASIL. Presidente Getúlio Vargas. **Discurso no banquete oferecido pelas forças armadas em 02 de janeiro de 1931**. Rio de Janeiro,1931. http:www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1o-mandato/31.pdf/view>. Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. Presidente Getúlio Vargas. **Discurso de saudação ao povo brasileiro em 1º de janeiro de 1936**. Rio de Janeiro, 1936. Disponível em: http:www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/2o-mandato/36.pdf/view>. Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. Presidente Getúlio Vargas. **Discurso em comemoração ao Dia do Trabalho em 1º de maio de 1940**. Rio de Janeiro, 1940. http:www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/2o-mandato/40.pdf/view>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BULFINCH, Thomas. **O Livro de Ouro da Mitologia**: histórias de deuses e heróis. Tradução David Jardim Júnior. 26. ed. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2002.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930:** da degenerescência à regeneração. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República.** São Paulo: Ed. Brasilense, 1989.

_____. A reforma Sampaio Dória, política e pedagogia. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck *et al.* (Org.). **Reformas Educacionais:** as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946). Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

CASSETARI, Fernanda Biava. **Periculosidade e Internação Obrigatória**: os Menores infratores na penitenciária da Pedra grande entre os anos de 1935 e 1945. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e da Educação (–Faed) - Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) - Florianópolis, 2018.

CASTRO, Raquel Xavier de Souza. SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Cultura Material da Escola: entram em cena as carteiras**.** In: SILVA, Vera Lúcia Gaspar; PETRY, Marilia Gabriela (Org.). **Objetos da Escola**: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XX). Florianópolis: Editora Insular, 2012.

CHARRIÈRE, Henri. **Papillon**: o homem que fugiu do inferno. 3. ed. tradução Mário Varela Soares. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2014).

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. 3. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998.

CHARTIER, ROGER. **História Cultural**: entres práticas e representações. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1990.

_____. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução Mary Del Priore. Brasília: Editora Universidade de Brasília,1994.

_____. **Práticas da Leitura**. CHARTIER, Roger (Org.). 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. **Formas e Sentidos**. **Cultura Escrita**: entre distinção e apropriação. Campinas-SP. Mercado das Letras, 2003. 167p.

_____. **Leituras e leitores na França do antigo regime**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, 2. Porto Alegre, 1990. p. 177-229.

CUNHA, Célio da. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez Editora. 1981.

CUNHA, Luiz Antônio. 1997 repete 1937? Unificação e Segmentação no Ensino Brasileiro. In: **Seminário "Um olhar sobre Anísio"**. Mesa Redonda "Política Educacional", Rio de Janeiro, 3 set. 1999. Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH/PACC, Fundação Anísio Teixeira, 1999.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Rezas, ginástica e letras: normalistas do Colégio Coração de Jesus - Florianópolis / décadas de 1920 e 1930. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

CUNHA, Maria Teresa Santos e CECCHIN, Cristiane. Tenha Modos! Educação e Sociabilidades em manuais de Civilidade e Etiqueta (1900-1960). **X Simpósio Internacional**. Processo Civilizador. Campinas: Unicamp, 2007.

DALLABRIDA, Norberto. Colmeia de Virtudes: o grupo escolar Arquidiocesano São José e a (re)produção das classes populares. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

DIAS, Kelly Keiko Koti. Um livro de cultura média geral: Enciclopédia Thesouro da Juventude (193?) e a questão da obra fronteiriça. **XXVII Simpósio Nacional de História.** Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH. Natal, 2013.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor M. **Crime e Castigo**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002.

DUMAS, Alexandre. **O Conde de Monte Cristo**. 2. ed. Martin Claret. São Paulo, 2009.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a.

_____. **O Processo Civilizador**: Formação do Estado e Civilização. V. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b. p. 193-206.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da Evolução do Ensino Público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina – períodos imperial e republicano. 2. ed. rev. – Florianópolis. Ed. da UFSC, 1991.

FISCHER, Steven Roger**. História da Leitura**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p. 243-394.

_____. **A Revolução de 1930**. História e Historiografia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

GOULEMOT, Jean Marie. **Práticas de Leitura**: da leitura como produção de sentido. 7. ed. CHARTIER, Roger (Org.). São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985. p. 333-430.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

HORTA, Maria Teresa. **As luzes de Leonor**. 3. ed. Portugal: D. Quixote, 2011.

LEMME, Paschoal. **Vida de família, formação profissional, opção política**. São Paulo: Cortez, 1988, v. 2.

LISPECTOR, Clarice. **Felicidade Clandestina**: contos. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOBATO, Monteiro. **América**. 9. ed. - São Paulo: Editora Brasiliense, 1931.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da Escola Nova**: bases, sistemas e diretrizes da Pedagogia contemporânea. 11. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1974.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

MACHADO, Alzemi. **A Reforma de 1935**: sinalizando a constituição de bibliotecas escolares no sistema estadual de ensino de Santa Catarina. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 450-466, ago./nov. 2017.

MACHADO, Alzemi. **A Implantação de Bibliotecas Escolares na Rede de Ensino de Santa Catarina (Décadas de 30 e 40)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) - Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARDEN, Orison Swett. **O Sucesso pela Vontade.** Tradução J. Martins de Almeida. Porto: Casa Editora D. A. Figueirinha, 1925.

MARTINS, Marcus Vinicius Rodrigues. **A biblioteca escolar no processo de escolarização da leitura no contexto do movimento escola nova: 1920-1940**. 2013. 142 f. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte, 2013.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. CUNHA, Maria Teresa dos Santos. **Razões para guardar**: a escrita ordinária em arquivos de professores/as. Revista da Educação em Questão, Natal, v. 25, n. 11, p. 40-61, jan./abr.2006.

MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MIRANDA, Antonio Luiz. **A Penitenciária de Florianópolis**: de um instrumento da modernidade a utilização por um Estado totalitário. 1998. 132 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1998. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77976>. Acesso em: 21 nov. 2018.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitário Ltda, 1976.

NORONHA, E. Magalhães. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 1998.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A Biblioteca "Fora do Tempo":** políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil. 1994. 221f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Curso de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação da Universidade de São Paulo. USP. São Paulo, 1994.

PEREIRA, Sónia Maria Martins. **Da edição de guias para a mulher e ensaios sobre a condição feminina durante o Estado Novo (1933-1950)**. 2014. 109f. Dissertação (Mestrado em Estudos Editoriais) - Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro – Portugal. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/32243549.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

POYER, Viviane. **Penitenciária Estadual da Pedra Grande:** um estudo sobre a política de combate à criminalidade em Florianópolis entre 1935-1945. 2000. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Florianópolis, 2004.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. 2 v. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

REBELO, Fernanda. **A Penitenciária de Florianópolis e a Medicalização do Crime (1935 – 1945).** 2004. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Curso de Saúde Pública do Centro de Ciências da Saúde - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Florianópolis, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 23. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.

RUIZ. Maria Clara. **Adaptações Locais de um Tesouro Universal**: análise comparativa de duas versões de uma enciclopédia infanto-juvenil de inícios do século XX. 2012. 126p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Belo Horizonte,

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 7. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982. p. 1 a 89.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. O Professor Paulista Orestes Guimarães e a Modernização da Instrução Pública Catarinense (1911-1918). **Cadernos de História da Educação** – n. 6 – jan./dez. 2007. p. 107-120.

_____. DALLABRIDA, Norberto. **A Escola da República**: grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). Campinas: Mercado das Letras, 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves. Práticas de Leitura na Escola Brasileira dos anos 1920 e 1930**.** In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira et al. (Org.). **Modos de Ler Formas de Escrever**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SANTA CATARINA. Universidade do Estado de Santa Catarina. Instituto de Documentação em Ciências Humanas (IDCH). **Prontuários da Penitenciária de Florianópolis** (1930-1945). Florianópolis, 2020.

SANTA CATARINA. **Lei nº 967**, de 22 de agosto de 1913. Cria o Regulamento Geral da Instrução Pública em Santa Catarina. APESC.

SANTA CATARINA. **Código de Menores**. Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm>. Acesso em: 28 mar. 2020.

SANTA CATARINA. **Decreto 796**, de 2 de maio de 1914. Programa os Grupos Escolares e das Escolas Isoladas do Estado de Santa Catharina. Joinville, 1914. APESC.

_____. **Decreto nº 3.281,** de 23 de janeiro de 1928 no Distrito Federal. Reforma do Ensino, 1928. APESC.

_____. **Decreto nº 93**, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, v. 76, n. 295, 27 dez. 1937.

_____. **Decreto n° 147,** de 1° de agosto de 1931. Reorganiza o regimento penitenciário no Estado, 1931. APESC.

_____. **Decreto n° 713** de 5 de janeiro de 1935. Reforma Trindade,1935. APESC.

_____. **Decreto n° 64,** de 9 de agosto de 1935. Regula o Ensino Religioso no Estado de Santa Catarina, 1935. ASPEC.

_____. **Decreto nº 714,** de 9 de dezembro de 1938. Expede Regulamento para os Grupos Escolares, 1938. APESC.

_____. **Decreto nº 880**, de 3 de fevereiro de 1940. Determina a criação de duas escolas primárias na penitenciária do estado, subordinadas à direção daquele estabelecimento. 1940. APESC.

_____. **Decreto nº 55,** de 28 de janeiro de 1931. Criação da Escola da Penitenciária da Pedra Grande no Grupo Escolar Archidiocesano São José. 1931, APESC.

_____. **Decreto n° 1547,** de 21 de outubro de 1926. Florianópolis. APESC.

SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. **Penitenciária da Pedra Grande. Regimento Interno.** Florianópolis, 1931. 28 p.

_____. **Penitenciária do Estado. Relatório Penitenciária da Pedra Grande ano de 1940**. (Anexos). Florianópolis, 1940.

_____. **Penitenciária do Estado de Santa Catarina. Relatório do Exercício de 1939**. Sr. Dr. Edelvito Campelo D´Araújo. Florianópolis, 1939.

_____. **Penitenciária do Estado de Santa Catarina. Relatório do Exercício de 1938.** Sr. Dr. Edelvito Campelo D´Araújo. Florianópolis, 1938.

_____. **Penitenciária do Estado de Santa Catarina. Relatório do Exercício de 1936.** Sr. Dr. Edelvito Campelo D´Araújo. Florianópolis, 1936.

_____. **Penitenciária do Estado de Santa Catarina. Relatório do Exercício de 1935.** Sr. Dr. Edelvito Campelo D´Araújo. Florianópolis, 1935. 28p.

_____. **Relatório da Penitenciária da Pedra Grande Exercício de 1933.** Sr. Dr. Cleto Barreto. Florianópolis, 1933. 26p.

PENITENCIÁRIA do Estado. O Estado, Florianópolis, Ano XVI, n. 5097, p.1, 22 de setembro de 1930. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1930/EST19305097.pdf>Acesso em: 20 fev. 2019.

UMA Penitenciária. A República. Florianópolis, Ano 1, n. 8, p. 2, 7 de outubro de 1926. Disponível em: < http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/republica/1926/REP192608.pdf> Acesso em: 20 fev. 2019.

UMA Penitenciária. A inauguração da Penitenciária e da Villa Operária. A República. Florianópolis, Ano IV, n. 1192, p. 1, 23 de setembro de 1930. Disponível em: < http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/republica/1930/REP19301192.pdf> Acesso em: 20 fev. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JOSGRILBERG, Fábio B. **Cotidiano e invenção**: os espaços de Michel de Certeau. São Paulo: Escrituras, 2005.

LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LEMME, Paschoal. **Memórias. Infância, adolescência, mocidade**. São Paulo: Cortez, 1988, v. 1.

LIMA, Octavio Luiz de. **1932**: São Paulo em chamas. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Adolfo Konder**. 2018. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1027-Adolfo_Konder>. Acesso em: 13 fev. 2019.

SANTOS, Isabela Mendonça. PRADO, Florestan Rodrigo do. **Sistemas Penitenciários**. ETIC 2016. Encontro de Iniciação Científica ISSN 21-76-8498. 18p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A – CORPUS DOS PRONTUÁRIOS DA PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE (1931-1945) – IDCH/UDESC

Ano	Prontuários	Descrição de empréstimos de livros	Prontuários com fichas de leitura	Fichas de Leitura
1931	34	0	0	0
1932	24	0	0	0
1933	36	0	0	0
1934	51	0	0	0
1935	50	0	0	0
1936	45	0	0	0
1937	142	0	0	0
1938	114	0	0	0
1939	46	0	0	0
1940	61	0	0	0
1941	70	8	2	4
1942	60	5	3	8
1943	79	24	12	36
1944	74	29	6	13
1945	79	39	4	10
Total	**965**	**105**	**27**	**71**

Fonte: Elaborado pela autora mai. 2019.

APÊNDICE B – RELAÇÃO DAS PROFISSÕES IDENTIFICADAS NOS PRONTUÁRIOS DOS LEITORES APENADOS (1941-1945) – IDCH

Profissão declarada	Total
Açougueiro	1
Barbeiro	2
Broqueiro	1
Carpinteiro	3
Carroceiro	1
Comerciário	4
Contador	1
Eletricista	2
Ferreiro	2
Ferroviário	1
Fotógrafo	1
Funcionário Público	2
Industriário	1
Jornaleiro	1
Lavrador	33
Maquinista	1
Marceneiro	2
Marítimo	2
Mecânico	2
Militar	3
Mineiro	1
Motorista	4
Não definida	10
Operário	17
Padeiro	3
Pedreiro	2
Pintor	1
Torneiro	1
Total	**105**

Fonte: Elaborado pela autora – mai. 2019.

APÊNDICE C – GRAU DE INSTRUÇÃO INFORMADO NOS PRONTUÁRIOS DOS LEITORES APENADOS (1941-1945) – IDCH

Grau de instrução dos leitores da Penitenciária da Pedra G.	Total
Primeira	2
Segunda	26
Terceira	58
Quarta	9
Ginásio - não frequentaram a escola da penitenciária	10
Total de apenados leitores	**105**

Fonte: Elaborado pela autora – mai. 2019.

APÊNDICE D – RELAÇÃO DAS OBRAS IDENTIFICADAS NOS PRONTUÁRIOS DOS LEITORES APENADOS (1943-1945) - IDCH

N.	Título	Autor	Categoria
1	Atentados contra o Brasil	A Tenório d'Albuquerque	História do Brasil
2	Pessimismo risonho	A. Austregesilo	Bem viver
3	Vênus geradora	A. Cabral	Biologia
4	Luthero	A. de Saussure	Biografia
5	Casos Raes a Registrar	A. Felício dos Santos	Religião
6	Caxias	Afonso de Carvalho	Biografia
7	A filosofia de Machado de Assis	Afrânio Coutinho	Filosofia
8	Cem melhores sonetos brasileiros	Alberto de Oliveira	Poesia
9	Contos da terra paulista	Alberto Leal	Contos
10	O conde D'eu	Alberto Rangel	História do Brasil
11	O thesouro de Cavendish	Alfredo Ellis Junior	Romance
12	Napoleônicas	Alice Storm	Biografia/guerra
13	Força, cultura e liberdade	Almir Andrade	Política
14	Retoques no meu de volta da URSS	André Gide	Biografia/memórias
15	Perdido na lua	André Laurie	Romance
16	Conflito Sentimental	Andre Maurois	Romance
17	Arte de viver	André Maurois	Romance
18	Sentimentos e Costumes	André Mourais	Romance
19	Memórias de um cirurgião	Andréa Majocchi	Biografia
20	José Agostinho	Antonio G. Neves Ferreira	Contos
21	Clínica Naturista	Antonio Valeta	História do Brasil
22	Viagem através do Brasil (2 v.)	Ariosto Espinheira	Contos
23	Rimas	Arthur Azevedo	Contos
24	Marconi, Senhor do Espaço	B. L. Jacot D. M. B. Collier	Biografia
25	A ilusão Russa	Baptista Pereira	Romance
26	Menina e moça	Bernardim Ribeiro	Romance
27	O caminho das três agonias	Candido Mota F.	Romance
28	O caminho de três agonia	Candido Mota Filho	Política
29	Lá vem a mentira	Capitão Furtado	Contos
30	Uma duas argolinhas	Carlos Drummond de Andrade	Poesia
31	Método de Análise	Carlos Gois	Língua Portuguesa
32	Páginas de além túmulo	Carlos Gomes dos Santos	Romance

(cont.)

(conclusão)

33	Poesias completas	Castro Alves	Poesia
34	Pelo Sertão do Brasil	Cel. Almicar B. de Magalhães	História do Brasil
35	Mixórdia: contos, anecdotas	Cornélio Pires	Contos
36	Tarrafadas: contos, anedotas	Cornélio Pires	Contos
37	Vi, li e ouvi	D. Xicote	Bem viver
38	Como fazer amigos e influenciar pessoas	Dale Carnegie	Bem viver
39	Heróis da Decadência	Dianna Moog	Religião
40	O môço de caráter	Dom Tihamer Tuth	Religião
41	O sentido da vida	Dom Valfredo Tepe	Religião
42	Desperta e vive	Dorothea Brande	Bem viver
43	Doutor, aqui está o seu chapéu	Dr. Joseph A Jerger	Romance
44	Uma pequena História do Mundo	E H Gombrich	História Geral
45	Amigo	E. Penci Ellis	Religião
46	Tarzan e a cidade de ouro	Edgar Rice Burroughs	Romance
47	Thesouro da juventude (15 v.)	Editor W.M. Jackson	Conh. Gerais
48	Aldeias Inglesas	Edmund Blunden	Romance
49	Reconstrução da Ordem Social	Eduardo P. de Magalhães	Política
50	O vento da noite	Emily Bronte	Poesia
51	Gato preto em campo de neve	Érico Veríssimo	Romance
52	Eu porém vos digo	Ernesto Renan	Romance
53	Os Sertões	Euclides da Cunha	Romance
54	Amor pelo telefone	Florence L. Barclay	Romance
55	O dia da bandeira	Francisco Gomes	História do Brasil
56	Frutos da Pastoral	Frederico Figner	Religião
57	A pupila do doutor	Gabriella D'ethamps	Romance
58	E a França teria vencido	General Charles de Gaule	Romance
59	A derrora de Napoleão na Rússia	General Conde de Ségur	História Geral
60	O romance da física	George Russell	Física
61	A Serracena	Germaine Acremant	Romance
62	A nova política do Brasil	Getúlio Vargas	Política
63	A vida de Santo Agostinho	Giovani Papini	Biografia
64	O caminho da felicidade	Godofredo Rangel	Religião
65	Santos Dumont	Gondin da Fonseca	Biografia
66	João do Porto	Gustavo Barroso	História do Brasil

(cont.)

(conclusão)

67	O Brasil na lenda e na cartografia	Gustavo Barroso	História do Brasil
68	Viagem e caçadas em M.Grosso	H. Pereira da Cunha	História do Brasil
69	Varonilidade do mestre	H.E. Fosdick	Religião
70	Esta hora tremenda	Heitor J. Peverini	História Geral
71	Lacerda Coutinho	Henrique Fontes	Biografia
72	Bilac, vida e obra	Henrique Orciuoli	Biografia
73	Enternecimento (Versos)	Henriqueta Lisboa	Poesia
74	Edison tal como o conheci	Henry Ford	Biografia
75	Os Grandes Processos da História (5 v.)	Henry Robert	História Geral
76	Quo Vadis	Henryk Sienkiewicz	Romance
77	À sombra da tamareira	Humberto de Campos	Romance
78	Memórias	Humberto de Campos	Romance
79	Notas de um diarista	Humberto de Campos	Romance
80	Reminiscências	Humberto de Campos	Romance
81	Últimas Crônicas	Humberto de Campos	Romance
82	Medicina e médico do lar	Humberto O. Swartout	Saúde
83	Sargento Nikola	Istvan Tomás	Romance
84	Cultura dos campos	J. F. de Assis Brasil	História do Brasil
85	A formação da mentalidade	J. H. Robinson	Bem viver
86	O grito da selva	Jack London	Romance
87	Sertão Bravo	Jayme Sisnando	Romance
88	Notas de um estudante	João Ribeiro	Biografia
89	A moreninha	Joaquim Manuel de Macedo	Romance
90	O moço loiro	Joaquim Manuel de Macedo	Romance
91	A Patrulha da Madrugada	John M Saunders	Romance
92	A vida de John Paton	John Paton	Biografia
93	O teatro soviético	Joracy Camargo	Romance
94	Brasil minha terra	Jorge C. Deister	História do Brasil
95	A pata e a gazela	José de Alencar	Romance
96	Alfarrabios	José de Alencar	Romance
97	As minas de prata	José de Alencar	Romance
98	Cinco Minutos	José de Alencar	Romance
99	Iracema	José de Alencar	Romance
100	O Gaúcho (2 v.)	José de Alencar	Romance

(cont.)

(conclusão)

101	O Guarani (2 v.)	José de Alencar	Romance
102	O Sertanejo (2 v.)	José de Alencar	Romance
103	O tronco do Ipê (2 v.)	José de Alencar	Romance
104	Senhora (2 v.)	José de Alencar	Romance
105	Sonhos D'Ouro	José de Alencar	Romance
106	Til (2 v.)	José de Alencar	Romance
107	Ubirajara	José de Alencar	Romance
108	O poema de Anchieta	José de Anchieta	Romance
109	Os anões da floresta	José M. Silva Neto	Romance
110	Humberto de Campos	José Olympio	Biografia
111	Novas Poesias	José Ramos Coelho	Poesia
112	Família sem Nôme	Julio Verne	Romance
113	A esfinge dos gelos	Júlio Vernie	Romance
114	Nós e a vida	Karl Von Frisch	Religião
115	Vida, morte, imortalidade	Karl Von Frisch	Religião
116	O manto de Cristo	Lloyd C. Douglas	Religião
117	De Paris ao Brasil por terra	Lous Birissenard	Romance
118	O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-reis	Luís Edmundo	Romance
119	Vencedor em todas as batalhas	Luiz Waldvogel	Religião
120	Brasileiros Pioneiros do ar	Lysias Rodrigues	História do Brasil
121	Anita	M. Delly	Romance
122	O diamante azul	M. Maryan	Romance
123	O Rei dos Andes	M.Delly	Romance
124	Mil histórias sem fim	Malba Tahan	Romance
125	O homem que calculava	Malba Tahan	Romance
126	Histórias Gozadas	Manoel Bastos Tigre	Contos
127	Páginas escolhidas	Manuel Bernardes	Religião
128	Médico do espírito	Marie Beynon Ray	Religião
129	Temas Falados	Maurício de Medeiros	Romance
130	A vida de Eleonora Duse	Max Reinhardt	Romance
131	América	Monteiro Lobato	História Geral
132	Histórias do mundo para as crianças	Monteiro Lobato	Romance
133	O choque das raças ou o presidente negro	Monteiro Lobato	Romance
134	Notas de um marujo	Muller dos Reis	Romance

(cont.)

(conclusão)

135	Regras para triunfar na vida	N.D. Lafuerza	Bem viver
136	História militar do Brasil	Nelson Werneck Sodré	História do Brasil
137	A máquina da felicidade	Oliveira e Silva	Contos
138	Rubaiyat	Omar Khayyam	Poesia
139	A arte de economizar e poupar	Orison Swett Marden	Bem viver
140	A atitude vitoriosa	Orison Swett Marden	Bem viver
141	A escolha da Profissão	Orison Swett Marden	Bem viver
142	A harmonia do bem	Orison Swett Marden	Bem viver
143	A iniciação aos negócios	Orison Swett Marden	Bem viver
144	A marcação do lugar na vida	Orison Swett Marden	Bem viver
145	A mulher e o lar	Orison Swett Marden	Bem viver
146	A obra prima da vida	Orison Swett Marden	Bem viver
147	Ajuda-te a ti mesmo	Orison Swett Marden	Bem viver
148	Domínio dos nervos	Orison Swett Marden	Bem viver
149	O aperfeiçoamento individual	Orison Swett Marden	Bem viver
150	O corpo e o espírito	Orison Swett Marden	Bem viver
151	O poder da vontade	Orison Swett Marden	Bem viver
152	O sucesso pela vontade	Orison Swett Marden	Bem viver
153	O trabalho, a saúde e o êxito	Orison Swett Marden	Bem viver
154	Os milagres do amor	Orison Swett Marden	Bem viver
155	Os milagres do pensamento	Orison Swett Marden	Bem viver
156	Sê perfeito em tudo que fizeres	Orison Swett Marden	Bem viver
157	Vozes Animadoras	Orison Swett Marden	Bem viver
158	Casei-me com a aventura	Osa Johnson	Romance
159	O homem e a paisagem	Ovídio Cunha (Geografia)	Geografia
160	A luta contra a morte	Paul de Kruif	Contos
161	O Romance da Prata	Paulo Setubal	Romance
162	A bandeira de Fernão Dias	Paulo Setúbal	Romance
163	O sonho das esmeraldas	Paulo Setúbal	Romance
164	Romance da Prata	Paulo Setúbal	Romance
165	Sonhos das Esmeraldas	Paulo Setúbal	Romance
166	Biografia dos maiores vultos do Brasil	Prof. Eduardo P. C. de Vasconcellos	Biografia
167	A lua crescente	Rabindranath Tagore	Poesia
168	Presidente Vargas	Raul Frischauer	Biografia

(cont.)

(conclusão)

169	Jacala o crocodilo	Rudyard Kipling	Romance
170	Cientistas Britânicos	Sir Richard Gregory	História Geral
171	Saudade	Tales de Andrade	Romance
172	O anjo de pedra	Tennessee Williams	Romance
173	Impressões Transatlânticas	Theo Filho	Romance
174	Pela Reforma Social	Tristão de Athayde	Filosofia
175	O Fim do Mundo	Upton Sinclair	Romance
176	Maurício de Nassau, o Brasileiro	Vicente Themudo Lessa	Biografia
177	Histórias da nossa História	Viriato Corrêa	Romance
178	Mata Galego	Viriato Corrêa	Romance
179	A vida começa aos quarenta	Walter B. Pitkin	Bem viver
180	O mundo pródigo	Walter G. Borchers	Religião
181	Lágrimas de homem	Warwick Deeping	Romance
182	História da civilização	Will Duran	História Geral
183	Expedição à Serra do Roncador	Willy Aureli	História do Brasil

Fonte: Elaborado pela autora outubro/2019.

APÊNDICE E – RELAÇÃO DAS OBRAS SEM IDENTIFICAÇÃO DE AUTORES DESCRITAS NOS PRONTUÁRIOS DOS LEITORES APENADOS (1943-1945) - IDCH

N.	Título	N.	Título	N.	Título
1	Páginas Avulsas	42	Educação da alma	83	O deserto
2	A conquista da Terra	43	Educação e Brasilidade	84	O Grande Imperador
3	A educação	44	Educação Popular	85	O guia da Saúde
4	A Escola Dominical	45	Em espírito e verdade	86	O inimigo que enfrentamos
5	A fada dos cabelos luminosos	46	Energias e disciplina	87	O livro desconhecido
6	A Formação da Sociedade	47	Esplendores da fé	88	O Mediterrâneo
7	A história da minha vida	48	Evangelismo e Avivamento	89	O Mistério das Sombras
8	A larguesa do Reino de Deus	49	Fábulas e alegrias	90	O mundo que o português criou
9	A prosperidade	50	Fagulhas	91	O Passado
10	A publicação	51	Folhinha de qualquer ano	92	O punhal nazista no coração do Brasil
11	A URSS	52	Geopolítica	93	O que penso no mundo
12	A Verdade de Cristo	53	Gramática Inglesa	94	O Rio de Sul
13	A voz da prophecia	54	Grandes soldados do Brasil	95	O significado da oração
14	Alegorias	55	História Catarinense	96	O varão de dores
15	Ali Babá	56	História de Cristo	97	Os amigos de Jesus Cristo
16	Anita Garibaldi	57	História de Santa Catarina	98	Os heróis através da História
17	Antologia da Academia Bras. de Letras	58	História Universal	99	Os ingleses são assim
18	Arithmética intuitiva	59	Histórias do bem e do mal	100	Os meus balões
19	Aritmética Elementar	60	Inimigos que enfrentamos	101	Panorama do cristianismo
20	As artes	61	Instrução Moral e Cívica	102	Para triunfar na vida
21	As maravilhas do C.A.	62	Ivanoé	103	Paulo de Tarso
22	As mil e uma noites	63	Jesus de Nazaré	104	Pequena História do Mundo
23	As origens da guerra de 1939	64	Jornal de crítica	105	Pequeno Trecho
24	Aventura de Arthur G.P.	65	Lendas do céu e da terra	106	Perde, ganha
25	Avivamento e Evangelismo	66	Machado de Assis	107	Perfume de Mulher
26	Bela reforma social	67	Mais junto a ti Senhor	108	Poetas do Brasil
27	Biblioteca educacional	68	Marieta	109	Primeiro Congresso
28	Bôas Festas	69	Medicina, médico charlatão do passado	110	Religião eficaz
29	Carnaúba	70	Meditações cristãs	111	Rio Branco
30	Capitão Furtado	71	Memórias de um comunista	112	Rondon
31	Carlito	72	Método P.M.	113	Rússia

(cont.)

(conclusão)

32	Carlos Magno	73	Meu Natal	114	Sangue Suor e lágrimas
33	Chamada urgente	74	Minha terra, minha gente	115	Santa Catarina
34	Cidadão do Mundo	75	Monografias Agrícolas	116	Seara Médica
35	Como achei a Cristo	76	Naufrágios	117	Só no mundo
36	Como se ensina	77	Negros da América	118	Sombras que sofrem
37	Compendio de física	78	No Invisível	119	Tchaikovschy
38	Cristianismo Intrépido	79	Nosso Mestre	120	Teatro
39	Cultura do campo	80	Novo método de cura	121	Teoria e prática da cooperação
40	Curso geral de química	81	O conquistador	122	Últimas Conferências
41	Dr. Mário Rangel	82	O conselheiro médico do lar	123	Vozes do calvário

Fonte: Elaborado pela autora - out. 2019.